

O pioneirismo da pós-graduação em educação do Brasil

trajetórias da turma de 1966 da PUC-RIO

organização
Patrícia Coelho da Costa
Silvana Soares de Araujo Mesquita
Jefferson da Costa Soares



Pedro & João editores

O PIONEIRISMO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO BRASIL:

TRAJETÓRIAS DA TURMA DE 1966 DA PUC-RIO

Pedro & João
editores

Patrícia Coelho da Costa
Silvana Soares de Araujo Mesquita
Jefferson da Costa Soares
(Organização)

O PIONEIRISMO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO BRASIL:

TRAJETÓRIAS DA TURMA DE 1966 DA PUC-RIO

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Patrícia Coelho da Costa; Silvana Soares de Araujo Mesquita; Jefferson da Costa Soares [Orgs.]

O pioneirismo da pós-graduação em educação do Brasil: trajetórias da turma de 1966 da PUC-RIO. São Carlos: Pedro & João Editores, 2026. 163p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-3307-9 [Impresso]
978-65-265-3308-6 [Digital]

1. Pós-Graduação. 2. Educação. 3. Pioneirismo. 4. PUC-Rio. 5. Egresso. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB – 8-8828
Revisão: Eduardo Russel]
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editor: Valdemir Miotello
Diretores executivos: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Patrícia Coelho da Costa
Silvana Soares de Araujo Mesquita
Jefferson da Costa Soares

CAPÍTULO I 15
A PUC-Rio e a Pós-Graduação em Educação no Brasil 15
Vera Maria Candau

CAPÍTULO II..... 33
A Institucionalização entre 1996-1970 do Primeiro Mestrado em Educação no Brasil: revisitando as suas potencialidades e os seus limites 33
José Carmelo Braz de Carvalho.

CAPÍTULO III 39
Verbetes: trajetórias dos egressos da primeira turma de mestrado em educação da PUC-RIO de 1966 39
1. Ana Maria de Souza Amorim.....39
Eduardo Silva Russell
2. Ângelo Domingos Salvador.....43
Massuel dos Reis Bernardi
3. Dirce Faria Brandão.....49
Jefferson da Costa Soares
4. Iêda Lúcia Lima Pereira.....52
Jefferson da Costa Soares
5. Leila Borges de Araújo.....55
Joycimar Barcellos
Simone Henriques Lima

6. Lygia Souto de Azambuja 61
Jefferson da Costa Soares
7. Margarida Efigênia Câmara 67
Vitória Regina Dias Lima
8. Maria Helena Dias Gomes 73
Andréa Miguel Abrantes Ferreira
9. Maria Terezinha Moraes de Mello Éboli 81
Vanessa Weber de Castro
10. Merise Santos de Carvalho 94
Leonardo Santos Silva
Olga Marinho Paiva Talyuli
11. Norma Villa Éboli 99
Renata Rodrigues de Freitas
Roberta Rodrigues Rocha Pitta
12. Odila Apolônia de Oliveira Ferreira 103
Olga Marinho Paiva Talyuli
Leonardo Santos Silva
13. Regina Helena Cariello 108
Joycimar Barcellos
Simone Henriques Lima
14. Rita de Cássia Umbelino dos Santos 113
Patrícia Coelho da Costa
15. Stella Cecília Duarte 117
Rafaela Oliveira Vieira da Silva
Daniel Vilaça dos Santos
16. Wilma Jamile Jorge 123
Joycimar Barcellos

REFERÊNCIAS 129

APÊNDICES 139

Dedicamos a todos que
construíram a história da
Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

APRESENTAÇÃO

Patrícia Coelho da Costa[1]
Silvana Soares de Araujo Mesquita[2]
Jefferson da Costa Soares[3]

O interesse por memórias de um espaço-tempo é uma das condições que mais nos confere humanização. Nas memórias estão as marcas de nossa própria ancestralidade, construídas por experiências individuais ou coletivas, imersas em contextos históricos e sociais que lhes conferem ineditismo e relevância. Essas memórias podem ser factuais, de um momento histórico específico, mas também podem ser longínquas, permitindo compreender processos e trajetórias pessoais desenvolvidos a partir de uma experiência coletiva e pioneira.

A investigação sobre as memórias, o pioneirismo e as trajetórias dos alunos da primeira turma do curso de Mestrado em Educação do Brasil, realizado na PUC-Rio, é o tema deste livro. Carlos Cury (2005) destaca que, desde os anos 1950, havia a intenção de institucionalizar a formação de cientistas em nosso país, a partir da criação de cursos de mestrado e doutorado. Em 1951, Anísio Teixeira criou a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Ministério da Educação e Saúde, para dar suporte à formação de pesquisadores e docentes por meio de financiamentos. Em 1962, a PUC-Rio, objetivando a formação e a renovação dos seus quadros, recomendou alguns docentes para Programas de Pós-

[1] Doutora em Educação, USP; Professora do Programa de Pós-Graduação do PPGE PUC-Rio.
[2] Doutora em Educação, PUC-Rio; Professora do Programa de Pós-Graduação do PPGE PUC-Rio.
[3] Doutor em Educação, UFRJ; Professor do Programa de Pós-Graduação do PPGE PUC-Rio.

Graduação nos Estados Unidos e na Bélgica. Em 1965, já no período da ditadura, foi estabelecido um convênio entre a PUC e a CAPES para a realização de um curso de especialização em Planejamento Educacional, que formasse técnicos para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), sob a coordenação da Professora Eulina Fontoura. Cinco meses depois, foi publicado o Parecer 977, de 3 de dezembro de 1965, pelo Conselho Federal de Educação, que regulamentou a Pós-Graduação no Brasil e definiu seus níveis e finalidades. Esta legislação deu subsídios para que, em 1966, o projeto do curso de especialização se estruturasse em nível de mestrado, com duas linhas: Planejamento Educacional e Aconselhamento Psicopedagógico.

Em 2025, havia o desejo de comemorar os 60 anos do curso de Mestrado em Educação da PUC-Rio. Encontramos, durante aquelas arrumações gerais de trabalho, em um canto do armário da atual secretaria do Programa, uma caixa com as 16 fichas de matrícula da turma de mestrado de 1966. As fichas, já bastante amareladas, com partes datilografadas e outras escritas à mão, traziam uma foto 3x4 em preto e branco no canto e informações gerais sobre cada estudante dessa turma. Essas fichas, ao chegarem às nossas mãos, como pesquisadores em educação, trouxeram muitas emoções por permitirem conhecer os estudantes pioneiros do mestrado em educação na PUC-Rio e no Brasil. O que será que pesquisaram em 1966? Em que instituições passaram a atuar? De onde vinham ao ingressar no mestrado? Que idade tinham ao ingressar no mestrado? Qual a distribuição pelo Brasil desses egressos? Como desenvolveram suas carreiras? Essas inquietações originaram a proposta deste livro.

O paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1991) destaca que os caminhos traçados pelo pesquisador são definidos a partir das pistas que ele identifica gradativamente. As fichas de matrícula não respondiam totalmente às nossas questões, mas nos deram indícios para novas etapas. As datas de nascimento que constavam nesses documentos foram a segunda pista: muitas trajetórias

poderiam já ter sido interrompidas pelas circunstâncias da vida, e a entrevista poderia não ser uma possibilidade de investigação.

Optamos, então, por convidar nossos egressos recentes e atuais alunas/os de mestrado e doutorado para construir um grupo de trabalho e de pesquisa. Fizemos diversas reuniões on-line, hoje dentro de uma nova realidade, muito diferente da de 1966, com esse grupo. A motivação por analisar as memórias do PPGE PUC-Rio foi sempre recebida com muita responsabilidade e compromisso pelo grupo, alguns historiadores e outros não. Cada pesquisador construiu seu corpus documental a partir de fontes que iam sendo encontradas em jornais, livros, sites de órgãos governamentais, processos judiciais, dissertações e entrevistas.

Nas reuniões mensais, compartilhamos os achados progressivamente, trocamos referências de buscas e de contatos, que culminaram em cada uma das dezesseis trajetórias dos egressos de 1966 narradas neste livro. Optamos por nomear cada trajetória apresentada como verbete, mesmo não se tratando de um dicionário, enciclopédia ou glossário. Compreendemos que o verbete é um gênero textual informativo e expositivo que, neste caso, tem como finalidade descrever a trajetória profissional e intelectual dos egressos da primeira turma de mestrado em educação da PUC-Rio e do Brasil.

Os verbetes foram escritos sem uma formatação unificada; cada pesquisador-autor empreendeu seu estilo na forma de narrar as trajetórias dos egressos, dentro dos limites dos acervos encontrados. Cada verbete descreveu, além das trajetórias dos egressos, o processo investigativo para se chegar às memórias registradas, os limites e as possibilidades desse processo. Temos verbetes que conseguiram identificar com maior ênfase as trajetórias intelectuais, pelas produções encontradas e/ou entrevistas com o próprio egresso; outros que evidenciam a inserção profissional do egresso; e ainda alguns que, devido aos limites das fontes, trazem elementos biográficos mais esparsos.

Ressaltamos que a tentativa de organizar essas informações foi realizada a partir de um recorte definido por cada autor, com o

propósito de iluminar a trajetória acadêmica (ou intelectual) desses sujeitos. No entanto, é possível enxergar eixos que atravessam essas jornadas.

O primeiro deles é a formação inicial dos ingressantes, pois todos cursaram graduação em Pedagogia, embora em diferentes faculdades e regiões do território nacional, com concentração em Minas Gerais e, depois, no Rio de Janeiro, e em instituições confessionais. A maior parte dos egressos inicia primeiro uma carreira profissional, a maioria em escolas de educação básica, até chegar ao mestrado. Um pequeno grupo se insere no mestrado logo após a graduação em Pedagogia. O que mais nos chama a atenção é a diversidade de trajetórias profissionais pelo país, pós-mestrado, porém com concentração da atuação na área de educação, seja no ensino, seja na atuação como técnicos em educação.

Há também trajetórias construídas em órgãos públicos, associadas a trabalhos burocráticos, mas também de pesquisa. Os egressos vão atuar em universidades federais no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em São Paulo; no Ministério da Educação; no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); e na Companhia Vale do Rio Doce. Porém, outra parte mantém sua atuação nas escolas da educação básica, seja como professor, diretor ou, indiretamente, como escritores de livros didáticos.

O segundo eixo que atravessa essas jornadas diz respeito aos desafios de terem sido intelectuais da educação no período da ditadura militar em nosso país. No campo da educação, trata-se de um período marcado pela Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), que previa a modernização das universidades no Brasil, criando a departamentalização, a adoção do sistema de créditos e a extinção das cátedras, a institucionalização da pós-graduação e o controle do movimento estudantil, dentre outros aspectos. Além disso, a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692/71, promoveu mudanças na estrutura do ensino, que passou a ser denominado

ensino de primeiro grau, com oito anos de duração (houve a junção do primário com o ginásio), e ensino de 2º grau, unificado e profissionalizante.

Nesse sentido, vários dos egressos da turma de 1966 participaram de reformas, seja como professores, seja como pareceristas. No cenário nacional, trata-se de um período marcado pela redefinição dos rumos do desenvolvimento em direção à inserção no capitalismo internacional, pela redefinição das funções do Estado, pelo aumento do controle pelo Conselho de Segurança Nacional, pela centralização e modernização da administração pública e pela cessação e repressão do protesto social. Também identificamos processos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que investigaram esses professores por diferentes motivos.

Além dos verbetes, este livro se inicia com textos da Professora Vera Candau e do Professor José Carmelo, docentes das primeiras turmas e eméritos do PPGE em 20026, que contam sobre a construção histórica da pesquisa em educação no Brasil, associada ao desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação na PUC-Rio. São textos que foram escritos para comemorações anteriores à criação do PPGE, que publicamos neste livro para que se consolidem como registros históricos e intelectuais do percurso da pós-graduação em educação brasileira.

Nos apêndices do livro, é possível encontrar outros achados relevantes da pesquisa e, diríamos até emocionantes: os programas de ensino das disciplinas cursadas pelos mestrandos da turma de 1966. É possível, ao lê-los, reconhecer os conteúdos selecionados, as intencionalidades dos professores e as bibliografias que referenciam as aulas.

Para concluir, nosso muito obrigado pelo passado, pelo presente e pelo futuro do PPGE PUC-Rio.

Pelo passado, nosso muito obrigado aos egressos da turma pioneira do mestrado em educação de 1966, por construírem trajetórias na educação e fora dela tão comprometidas e enriquecedoras. Obrigado, Ana Amorim, Ângelo Salvador, Dirce Brandão, Iêda Pereira, Leila Araújo, Lygia Azambuja, Margarida

Câmara, Helena Tauhata, Terezinha Éboli, Merise Carvalho, Norma Éboli, Odila Ferreira, Regina Cariello, Rita Santos, Stella Duarte e Wilma Jorge.

Pelo presente, nosso muito obrigado aos doutores e mestres, egressos do PPGE PUC-Rio, por suas atuais inserções na pesquisa em educação e em diferentes campos profissionais. Em especial, obrigada, Andréa Ferreira, Eduardo Russell, Joycimar Barcellos, Massuel Bernardi e Vanessa Castro, por aceitarem participar dessa produção.

Pelo futuro, nosso muito obrigado aos nossos doutorandos/as e mestrandos/as por acreditarem na pesquisa em educação e apostarem nela para a construção de novas trajetórias. Em especial, obrigado, Daniel Santos, Leonardo Silva, Olga Paiva, Roberta Pitta, Renata Freitas, Rafaela Silva, Simone Lima e Vitória Lima, por aceitarem participar dessa produção. Nosso muito obrigado a todos/as os professores, professoras, egressos e estudantes do PPGE PUC-Rio que contribuíram para escrever a história e o futuro da pós-graduação em educação do Brasil.

Referências

CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 7-20, 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000300002.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAPÍTULO I

A PUC-Rio e a Pós-Graduação em Educação no Brasil[1]

Vera Maria Candau[2]

Introdução

A minha participação quer ter um caráter de depoimento, fazer memória de alguns aspectos que podem favorecer a compreensão da construção da identidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio e de seu projeto acadêmico e social.

Uma primeira pergunta que certamente podemos fazer, e que será o ponto de partida, a introdução da minha intervenção, é a seguinte: o que leva a PUC-Rio, no início dos anos 60, antes do golpe militar, a implantar "estudos pós-graduados", expressão própria da época, considerando que, em 1963, começa a pós-graduação nesta universidade na área de Engenharia Elétrica? É possível afirmar que, para que essa realidade se concretizasse, confluíram aspectos de caráter externo e interno, fortemente entrelaçados.

Do ponto de vista externo, é importante que tenhamos presente que, para muitos autores, o modelo de universidade que, com raras exceções, se firma no Brasil a partir dos anos 20 e que prevalece até os anos 60 é o modelo de federação de escolas profissionais, no qual a pesquisa científica está praticamente

[1] O texto é uma adaptação do artigo original publicado em 2006, na revista Educação On-Line, periódico de acesso aberto do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

[2] Professora Titular Emérita do Departamento de Educação da PUC-Rio.

ausente ou tem um espaço bastante limitado. Sob este modelo, o ensino superior se expande lentamente no país, num primeiro momento, para, a partir de 1945, acelerar esse processo sob o impacto da redemocratização e do intenso crescimento urbano, mantendo, entretanto, nesse período, o modelo então dominante.

No entanto, a partir dos anos 50, esse modelo entra em crise em face dos avanços da industrialização e da própria dinâmica da sociedade brasileira. Surgem novas inquietudes e emergem movimentos sociais diferenciados. A comunidade científica cresce e se organiza. A necessidade de um novo modelo de universidade faz-se cada vez mais evidente, sem deixar, porém, de enfrentar fortes resistências. Nesse sentido, Gusso, Cordova e Luna (1985) afirmam:

> a gênese dos estudos pós-graduados se confunde, em primeiro lugar, com as lutas pela formação da comunidade científica brasileira e pela constituição dos seus espaços institucionais; e só mais tarde se entrelaça à Universidade com o surgimento da consciência de que o País se embaraçava nas teias da dependência tecnológica (p.17)

Inquietudes como a construção de uma nova cultura acadêmica, a necessidade de uma universidade comprometida com o desenvolvimento do país e sua autonomia científica e tecnológica e o papel da pesquisa vão ganhando espaço. Também ganha destaque a importância dos "estudos pós-graduados" nesta perspectiva, em meio a tensões e conflitos político-ideológicos. Ao mesmo tempo, no início dos anos 60, um grupo de professores, autoridades acadêmicas e jesuítas, membros do corpo docente desta universidade, promoveu diferentes estratégias nessa perspectiva. Alguns desses jesuítas, de grande prestígio científico, foram os seguintes: Padre Rosen (Física), Padre Mavrak (Psicologia), Padre Heinberg (Química), Padre Antonius Benko (Psicologia) e Padre Bastos Ávila (Sociologia e Política), entre outros. Conscientes do momento vivido pelo país e desejosos de

comprometer a PUC-Rio na luta pela reconfiguração da universidade brasileira, esses professores e jesuítas estabeleceram convênios com agências nacionais e internacionais, como FINEP, BNDE, USAID, UNESCO, Universidade de Louvain (Bélgica), várias universidades estadunidenses e o governo alemão. Esses esforços eram orientados à reforma universitária, à preparação de quadros docentes no exterior, assim como à contratação de professores com forte perfil acadêmico e profissional. A implantação de "estudos pós-graduados" certamente constituiu um componente fundamental nesse esforço.

Na área de Ciências Humanas, a atuação do Pe. Antonius Benko, jesuíta húngaro, foi especialmente importante na criação das condições necessárias para que surgissem as primeiras iniciativas no âmbito da pós-graduação.

Fui aluna do curso de graduação em Pedagogia desta universidade nessa época e participei ativamente do forte clima de discussão, compromisso e inquietude que marcava a vida universitária. A universidade se revelava um espaço de intenso debate sobre a realidade brasileira e questões internacionais candentes naquele momento, como a Revolução Cubana, entre outras.

A vida acadêmica e cultural não se limitava às salas de aula. Prolongava-se pelos corredores, pilotis, bares, auditórios, centros acadêmicos etc. O movimento estudantil era especialmente atuante e integrado por diferentes grupos. As atividades se prolongavam noite adentro e a experiência universitária se revelava extremamente viva e plural.

É, portanto, na confluência destes diferentes fatores que emerge a pós-graduação na PUC-Rio, no início dos anos 60.

No que diz respeito especificamente à área de educação, com o objetivo de destacar alguns momentos que me parecem especialmente importantes na construção da identidade do nosso programa, assinalarei três períodos: a) A constituição do Programa de Pós-Graduação (1965-1971); b) A criação do Doutorado e a reconfiguração do Programa (1976-1985); c) O momento atual.

a) A constituição do Programa de Pós-Graduação (1965-1971)

Em março de 1965, iniciam-se os "estudos pós-graduados" em educação na PUC-Rio, por meio de um convênio entre a Faculdade de Filosofia e a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura. O Pe. Benko foi diretor da Faculdade de Filosofia de 1964 a 1968. O convênio tinha como objetivo desenvolver um curso de especialização sobre "Estrutura e Planejamento do Ensino Brasileiro", visando atender à necessidade de aperfeiçoamento dos quadros daquele órgão federal e, simultaneamente, favorecer a participação de profissionais pertencentes a outros setores dos âmbitos público e particular (Relatório para o Credenciamento do Curso de Mestrado em Educação. PUC-Rio. 1969).

Convém ter presente que, à época, o Pe. Benko era assessor do CFE e da CADES. Segundo um dos nossos entrevistados, por ocupar essas funções, o Pe. Benko sabia que estava para sair uma legislação sobre pós-graduação no país. A estratégia de desenvolver um curso de especialização visava, certamente, preparar o caminho nesta direção.

Gostaria, neste momento, de mencionar os nomes dos integrantes do primeiro corpo docente do nosso Programa, pois sua relação evidencia a preocupação com a qualificação acadêmica e profissional do corpo de professores, presente desde a primeira hora:

i) Princípios de Planejamento Geral - João Paulo Reis Veloso (Ministro do Planejamento) e Isaac Kerstenetzty

ii) Fatores Socioeconômicos da Educação - Roberto Moreira (INEP)

iii) O Ensino Primário e Normal no Brasil - Paulo Almeida Campos (Faculdade de Filosofia Rio de Janeiro)

iv) O Ensino Secundário no Brasil - Eulina Fontoura (CADES)

v) O Ensino Industrial no Brasil - Vicente Umbelino (MEC – Divisão de Ensino Industrial)

vi) O Ensino Comercial no Brasil - Raul Moreira Lelis (PUC-Rio)

vii) O Ensino Agrícola no Brasil - Hilton Sales (Universidade Rural)

viii) Planejamento Educacional - Roberto Moreira (INEP) / Pery Porto

ix) Teorias Recentes em Educação - Celina Junqueira (PUC-Rio)

x) Ensino Superior no Brasil - Ernesto de Oliveira Júnior

O curso de especialização era coordenado pelo professor José Carmelo Braz de Carvalho e, além das disciplinas, supunha a realização de uma monografia. Foi totalmente financiado, e todos os 16 alunos o realizaram em regime de tempo integral, com bolsa.

Em 3 de dezembro de 1965, é aprovado pelo Conselho Federal de Educação o Parecer 977/65, que teve como relator o professor Newton Sucupira, por meio do qual foram definidos os cursos de pós-graduação no país, com uma concepção fortemente inspirada na experiência estadunidense.

Tendo presente esta nova realidade e a experiência acumulada por meio do curso de especialização já referido, a PUC elabora uma proposta de Curso de Mestrado em Educação, considerando também a disponibilidade institucional para a constituição de um corpo docente adequado. Inicia-se, assim, em 1966, o Curso de Mestrado, com duas áreas de concentração: Planejamento Educacional e Aconselhamento Psicopedagógico.

O corpo docente se reconfigura e é ampliado. Passa a contar com a colaboração de novos profissionais amplamente reconhecidos como de notório saber ou com doutorado realizado no exterior, como Célia Lúcia Monteiro de Castro, Nair Fortes Abu Merhy, Creusa Capalbo, Eloísa Lopez Franco, Maria Helena Novais Mira, Ângela Biaggio, Carlos Paes de Barros, Pe. Antonius Benko, Paulo Assis Ribeiro, Paulo Horta Novaes, Zacarias Sá de Carvalho e Walter Nascimento. Trata-se de um corpo docente de caráter fortemente interdisciplinar.

O currículo é estruturado em três blocos: i) disciplinas obrigatórias comuns às duas áreas de concentração, organizadas em três eixos — a) Educação Brasileira, b) Pesquisa Educacional e c) Correntes Atuais de Filosofia da Educação —; ii) disciplinas específicas de cada área de concentração; e iii) disciplinas eletivas.

Em 1970, é introduzida uma terceira área de concentração: Métodos e Técnicas de Ensino. O curso se expande rapidamente, tendo um número cada vez maior de candidatos: em 1966, foram 23; em 1968, 30; e, em 1970, 74. As matrículas, no período de 1966 a 1970, oscilaram de 10 a 36 por ano, num total de 108 profissionais de diferentes partes do país.

Convém ter presente que o processo de seleção dos mestrandos procurava articular três critérios: i) balanceamento entre profissionais mais jovens e outros com maior experiência profissional; ii) regionalização; e iii) interiorização. É possível afirmar que, sendo durante vários anos o único ou um dos poucos cursos de pós-graduação *stricto sensu* do país e consciente da sua opção pela abrangência nacional, o sistema de seleção utilizado pelo Programa foi pioneiro na introdução de cotas regionais para garantir a participação de candidatos oriundos das diferentes partes do país.

O curso teve forte apoio financeiro da CAPES e contou, desde o início, com um elevado número de bolsas de diferentes agências e também da própria universidade, sendo praticamente gratuito para os participantes. Além das bolsas, a CAPES concedeu diferentes auxílios ao Departamento, constituindo-se em uma parceira fundamental na viabilização da proposta. A professora Susana Gonçalves, então diretora da instituição, empenhou-se no desenvolvimento do programa. Progressivamente, também o CNPq ampliou sua colaboração.

Outros aspectos que me parecem relevantes assinalar são o desenvolvimento e a consolidação de projetos institucionais de pesquisa e a realização, durante vários anos, de um curso de preparação para o Mestrado, chamado curso de "nivelamento", nos

meses de janeiro e fevereiro, de caráter obrigatório e totalmente financiado.

Em fevereiro de 1969, é aprovado pelo CFE o Parecer 77/69, também tendo como relator o professor Newton Sucupira, que estabelecia Normas de Credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação. Imediatamente, o Departamento de Educação da PUC-Rio solicita o credenciamento do seu Curso de Mestrado. Em 4 de fevereiro de 1971, é aprovado o credenciamento deste curso, constituindo-se, assim, no primeiro Curso de Mestrado em Educação credenciado no país.

Neste mesmo ano, foi apresentada à defesa pública a primeira Dissertação de Mestrado do programa, de autoria da professora Maria Aparecida Mamede Neves.

Sabemos que estes anos são especialmente difíceis para o país. A ditadura militar vai explicitando, cada vez com maior contundência, sua face mais dura: censura, ameaças de todo tipo, invasão de domicílios, prisão, tortura, assassinatos. Tudo é permitido para identificar, prender e eliminar os considerados "subversivos". O exílio é condição de sobrevivência para muitos brasileiros, entre eles intelectuais e professores universitários. O tecido social e o clima cultural são marcados pela cultura do silêncio.

A universidade brasileira é seriamente afetada, mutilada, ferida no seu âmago: a liberdade de pensamento e de cátedra. A PUC-Rio não fica imune a esta realidade. Pelo contrário. É "alvo de agentes", nas palavras de um professor entrevistado. Membros do seu corpo docente e discente são ameaçados; alguns "desaparecem" ... Em 1969, o campus é invadido por forças "da ordem" cinco vezes. A universidade sofre constrangimentos externos e internos.

Por exemplo, a PUC-Rio sofre pressão para expulsar dos seus quadros membros do corpo docente que, sendo também professores de universidades públicas, tinham sido punidos e banidos destas universidades em virtude do AI-5. A PUC resiste, não sem tensões e conflitos também internos. Nem todos estão de acordo. A fronteira entre a prudência e a conivência é tênue. As

autoridades acadêmicas buscam estratégias que garantam a autonomia universitária, conscientes da fragilidade, do caráter provisório e da dramaticidade do momento.

Um fato que evidencia essa realidade, de especial importância para o nosso programa, foi a contratação do professor Durmeval Trigueiro como membro do corpo docente, em 1970, logo após ele ter sido "aposentado" como membro do Conselho Federal de Educação, em 1969.

Podemos afirmar que esta primeira etapa do Programa foi marcada por muita discussão, criatividade, tensões e também apoios de caráter externo e interno. Navegamos em águas muito turbulentas, mas, através delas, fomos construindo algumas marcas identitárias do nosso programa: seu caráter interdisciplinar, a centralidade da pesquisa, sua dimensão pública, a articulação entre produção acadêmica e compromisso social, a abrangência nacional e a preocupação com a compreensão, a análise e o enfrentamento dos desafios da educação na realidade do nosso país.

b) A criação do Doutorado e a reconfiguração do Programa (1976-1985)

Após o credenciamento, o Programa entra em um outro momento, de consolidação e desenvolvimento. O ritmo das defesas de Dissertação de Mestrado e a produção científica se intensificam. As pesquisas institucionais são objeto de especial estímulo e compromisso. Em 1974, o Programa é reconhecido pelo CNPq como "Centro de Excelência" para a realização de pesquisas em educação e, em 1978, o Mestrado é recredenciado pelo Conselho Federal de Educação.

Surgem novas inquietudes e começa-se a pensar na implantação do Doutorado. Num primeiro momento, tendo presentes as exigências deste nível de pós-graduação e o desenvolvimento não só da Pós-Graduação em Educação, mas também de outras áreas do Centro de Teologia e Ciências Humanas, como a da Psicologia, com a qual a Educação vinha

colaborando desde o início da pós-graduação, opta-se por criar, em 1976, um Doutorado interdepartamental e interdisciplinar na área de Psicologia Educacional, vinculado diretamente ao decanato do Centro de Teologia e Ciências Humanas.

Este Doutorado funcionou durante alguns anos, mas enfrentou muitas dificuldades de diferentes tipos: i) a falta de tradição de programas de pós-graduação de caráter interdepartamental; ii) a pouca identificação, tanto de educadores como de psicólogos, com a natureza do curso; iii) a tênue articulação com os cursos de mestrado de ambos os Departamentos; iv) questões de caráter burocrático, como a natureza do título a ser concedido; v) problemas relativos ao financiamento, entre outras.

Foi uma experiência interessante; aprendemos muito com ela, mas, em função das dificuldades enfrentadas, pareceu oportuno desativar o programa e não admitir novos alunos a partir do final dos anos 70, até que o curso fosse repensado. Os alunos matriculados deram prosseguimento às atividades previstas e, em 1982, foi defendida a primeira Tese de Doutorado dentro desta proposta interdepartamental.

Desfeita a parceria com a Psicologia, a área de Educação intensificou o debate na perspectiva da implantação do seu Doutorado. Estamos no início dos anos 80. O clima cultural, intelectual e político é outro. Os ventos da transição democrática se intensificam. Novos ares, intenso debate, novas perspectivas para o país. Nesse clima se dão as acaloradas discussões pela reformulação do programa.

Chega-se à conclusão de que não se tratava de acrescentar um nível, o Doutorado, ao Programa em funcionamento, mas de reelaborar globalmente sua proposta na perspectiva de um Programa de Pós-Graduação integrado, em que Mestrado e Doutorado estivessem inter-relacionados.

Outro elemento que emergiu como fundamental foi o questionamento das áreas de concentração até então desenvolvidas e da própria categoria "área de concentração". Surge e se afirma a

proposta de vertebrar o curso a partir de linhas de pesquisa. Esta proposta termina não passando nos órgãos acadêmicos da própria universidade, em função das exigências da legislação vigente sobre a pós-graduação. Assumimos, então, como área de concentração Educação Brasileira**,** na minha opinião mais como um recurso de caráter formal e burocrático do que como uma questão substantiva.

A partir de 1982, o Programa fica assim configurado:

> O Programa de Pós-graduação em Educação se realiza em dois níveis: o Mestrado e o Doutorado, concedendo respectivamente os títulos de Mestre em Educação e Doutor em Ciências Humanas (Educação). Ambos guardam entre si integração de perspectivas e métodos. O Mestrado se caracteriza pelo desenvolvimento da capacidade de análise e crítica consistentes sobre a realidade educacional. O Doutorado pelo desenvolvimento da criatividade científica e técnica no campo educacional. A área de concentração do programa é Educação Brasileira.
> O programa apresenta as seguintes características fundamentais:
>
> a) Perspectiva interdisciplinar: busca-se alcançar uma visão de totalidade do fenômeno educativo na sociedade, explorando-se as conexões e inter-relações entre as diferentes ciências da educação e destas com as demais ciências humanas e sociais;
> b) Caráter de flexibilidade: procura-se garantir uma flexibilidade estrutural que permita aos pós-graduandos obter uma fundamentação comum e, simultaneamente, explorar em profundidade a área de concentração e uma das linhas de pesquisa do programa;
> c) Ênfase na integração pesquisa-ensino: concebe-se o ensino como intimamente articulado à pesquisa, alimentando-se as disciplinas com os resultados de pesquisas e envolvendo mestrandos e doutorandos nos projetos de pesquisa do Departamento ou viabilizando projetos individuais." (Departamento de Educação. PUC-Rio; setembro 1982)

As Linhas de Pesquisa enfatizadas são as seguintes: i) Democratização da Educação; ii) Ensino-aprendizagem: problemas

e alternativas; iii) Formação do Educador; e iv) Pensamento Educacional Brasileiro.

Em 1983, a PUC-Rio solicita ao Conselho Federal de Educação a renovação do credenciamento do seu curso de Mestrado e o credenciamento do Doutorado em Educação, pelo período de cinco anos. Pelo Parecer 382/85 do CFE, é concedido o solicitado. No caso do Doutorado, segundo o referido parecer, os efeitos do credenciamento retroagem ao início do curso, isto é, a 1976.

Consideramos interessante reproduzir, neste momento, alguns trechos do Relatório da Comissão Verificadora, constituída pelas professoras Juracy Marques, da UFRGS, e Esther Buffa, da UFSCar, elaborado após a visita ao programa, realizada em março de 1984:

> O que se notou em todos os momentos é a impossibilidade de distinguir Cursos ou Programas. Há uma perfeita integração das atividades do Curso de Pedagogia e dos programas de Mestrado e Doutorado em Educação. A não ser pelo fato dos professores de Pós-Graduação serem aqueles que detêm titulações a nível de doutorado e, portanto, se constituem em orientadores de dissertações e teses e, em geral, coordenam os projetos de pesquisa, a impressão que se tem é de que todos, professores e alunos, participam do Projeto do Departamento de Educação. É evidente que, em relação às exigências curriculares, Mestrado e Doutorado se distinguem, embora haja muitas atividades de conjunto. (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 2)
>
> O curso de Mestrado, o mais antigo do país, está consolidado e reatualizado, tanto em função do Doutorado como das novas tendências do Curso de Pedagogia e demais licenciaturas. Há muita atividade de extensão, embora nem sempre identificada com esta denominação. A filosofia de inserção da PUC-Rio em seu ambiente comunitário é marcante, o que inclui atividades educacionais em uma favela das redondezas. (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 3)
>
> Apesar da escassez de recursos de infraestrutura e do número mínimo de professores de tempo integral, observa-se um ambiente voltado para a pesquisa e a produção científica, não só pela

preocupação dos alunos com suas dissertações e teses, mas também dos professores que com a participação de alunos de graduação e pós-graduação, assumem responsabilidades de execução de determinadas pesquisas junto às agências financiadoras (FINEP, INEP, CNPq). Assim, a falta de professores em tempo integral é solucionada, em parte, com a extrema dedicação deles aos cursos e às pesquisas. (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 3)

A unidade orçamentária é o Departamento. O Departamento de Educação mantém convênios com o CNPq, CAPES, INEP E FINEP. Com a CAPES, mais no que se refere a bolsas de Mestrado e Doutorado e com os outros órgãos mais no que respeita à pesquisa e atividades de intercâmbio (seminários, encontros, etc.). (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 4)

O currículo foi recentemente reformulado, depois de muitos estudos e discussões, emergindo uma nova proposta. Eliminaram-se as áreas de concentração e o currículo do Mestrado e Doutorado passou a apoiar-se em quatro linhas de pesquisa. (...) É de se salientar que a nova proposta monta o currículo sobre as linhas de pesquisa, tentando um desenvolvimento curricular onde o ensino se faz através da pesquisa. Este posicionamento transparece nas conversas, nas reuniões e perpassa todo o clima de funcionamento da Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio e do departamento no qual ela está inserida." (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 5 e 8)

"Nota-se, ainda, um interesse transformado em várias ações, quanto à interdisciplinaridade e interdepartamentalidade. Há projetos de pesquisas e linhas de ação desenvolvendo-se em colaboração e com a participação de professores e alunos de outros departamentos, num entrosamento que aproxima as vizinhanças de diferentes áreas do saber. Nas várias atividades de integração, observa-se a busca da especificidade da educação e do que ela tem a contribuir quando juntam-se os especialistas de várias áreas do conhecimento para estudar ou equacionar um problema." (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 7)

"A impressão geral é a de um corpo docente maduro, competente em suas respectivas áreas de especialização, experiente, tanto na prática educacional quanto na pesquisa". (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 9)

As relatoras mencionam que, até 1984, 302 dissertações de Mestrado haviam sido aprovadas e defendidas e acrescentam: "Esta é, sem dúvida, uma excelente colaboração para o conjunto da pós-graduação no país" (p. 8). Quanto à temática das mesmas, salientam que evidencia "um bom número delas voltadas para os problemas de educação das regiões nordeste e norte, revelando por sua vez a procedência geográfica dos alunos e o âmbito de influência dos egressos da pós-graduação da PUC/RJ" (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 8).

Já as teses de Doutorado aprovadas e defendidas até o ano acima mencionado são em número de 6 e abordam grandes temas da atualidade educacional, tais como: fracasso escolar, menores institucionalizados, educação infantil, qualidade do ensino superior.

O relatório conclui afirmando o amplo desenvolvimento e consolidação do Mestrado. No que diz respeito ao Doutorado, considera que estava "em fase de busca de consolidação, embora com um bom potencial" (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 10). Recomenda o apoio das agências financiadoras "para que esta consolidação se faça sem maiores desperdícios e desgastes" (Relatório da Comissão Verificadora, 1984, p. 10).

Convém ter presente que, com as categorias de avaliação então utilizadas pela CAPES, o Mestrado foi classificado na categoria A e o Doutorado na B.

Podemos afirmar que este foi um período de ampliação e consolidação do Programa na sua globalidade, assim como de aprofundamento na construção da sua identidade. Nesta perspectiva, alguns eixos vão se revelando cada vez mais estruturantes da proposta: i) a centralidade da pesquisa, ii) a articulação entre a produção acadêmica e iii) a dimensão social, a interdisciplinaridade, o trabalho coletivo do corpo docente e as relações docentes-discentes.

c) <u>O momento atual</u>

Hoje a Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio pode ser considerada um Programa consolidado, tanto no nível do Mestrado quanto do Doutorado. Nos últimos dez anos, vem sendo consecutivamente avaliado com nota 6, nas atuais categorias da CAPES, nota máxima atualmente atribuída aos Cursos de Pós-Graduação em Educação.

Até o presente momento, foram defendidas 631 Dissertações de Mestrado e 95 Teses de Doutorado. Os egressos do Programa estão presentes nas diferentes regiões do país. São professores de universidades públicas e particulares, educadores do ensino fundamental e médio, assim como profissionais da educação infantil; ocupam diversas funções no âmbito do Ministério da Educação e de secretarias estaduais e municipais; integram equipes de organizações não governamentais, assim como de outras instituições e movimentos da sociedade civil; estão no Congresso Nacional e em instituições de pesquisa e de produção cultural; colaboram com editoras, canais de televisão, empresas e diferentes agências nacionais e internacionais, entre outras atividades. É importante registrar a presença de profissionais oriundos de diferentes países latino-americanos no corpo discente do Programa.

Quanto ao corpo docente, é constituído por dezoito profissionais, brasileiros e de outras nacionalidades, e possui uma elevada produção científica e técnica e um amplo reconhecimento na comunidade acadêmica. Seus integrantes participam de comitês de órgãos e agências de caráter científico e de fomento à pós-graduação e à pesquisa no campo da educação. Integram comitês editoriais de revistas nacionais e estrangeiras. Organizam e participam ativamente de congressos, seminários, colóquios e reuniões de caráter científico e cultural. Prestam assessorias a diferentes grupos e instituições, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Desenvolvem atividades de promoção social e as articulam com a produção acadêmica. Participam de atividades promovidas pelos meios de comunicação social, orientadas ao

debate das questões relativas à educação nacional e aos desafios atuais enfrentados pela sociedade brasileira e mundial.

Nos últimos anos, é possível assinalar algumas mudanças ou ênfases no desenvolvimento do Programa, tais como:

i) A partir do ano 2000, as linhas de pesquisa foram reestruturadas, de forma a melhor refletir as mudanças que vinham se efetivando, no sentido de se obter um grau maior de consistência e organicidade da produção docente e discente. São quatro as atuais linhas de pesquisa: Formação de Professores: tendências e dilemas; Educação, Relações Sociais e Construção Democrática; Processos Culturais, Instâncias de Socialização e Educação; e História das Ideias e Instituições Educacionais.

ii) Foram ampliados e diversificados os grupos de pesquisa. Hoje o Programa possui dezessete projetos institucionais de pesquisa, que abarcam uma ampla temática e nos quais se integram alunos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, assim como profissionais de diferentes universidades situadas no Estado do Rio de Janeiro.

iii) O Programa vem se afirmando como lócus para a realização de pós-doutorados por parte de professores oriundos de diferentes universidades brasileiras.

iv) A incorporação ao Programa de um núcleo de Educação Matemática, em colaboração com o Departamento de Matemática.

v) A ampliação das atividades no âmbito internacional, tais como: convênios com instituições universitárias de diferentes países, intercâmbios de caráter científico, organização e participação, com apresentação de trabalhos, em eventos de caráter internacional, publicações em revistas estrangeiras de amplo reconhecimento científico e acadêmico, realização de pós-doutorados no exterior, ampliação do número de "bolsas-sanduíche" no exterior, apoios de agências como a Fundação Ford e a UNESCO, entre outras.

vi) A realização de Programas Interinstitucionais com universidades de diferentes partes do país. No momento, está em fase final de aprovação o desenvolvimento de um Doutorado

Interinstitucional em convênio com seis universidades da Região Norte do país.

vii) A articulação do Programa com atividades de extensão e de pós-graduação lato sensu em âmbitos como cursos de especialização, formação continuada de professores, presencial e a distância, educação de jovens e adultos e pré-vestibulares comunitários.

viii) Neste ano (2005), o Programa está lançando sua Revista on-line de Educação.

Trata-se, sem dúvida, de um momento de grande produtividade, em que se amplia a pluralidade de tendências e enfoques teórico-metodológicos no âmbito do Programa. Sabemos que as identidades coletivas são construções históricas, sócio históricas. Constituem um tecido que se costura através de continuidades e rupturas, em que os diferentes atores vão interagindo, em meio a tensões e conflitos, vínculos, distanciamentos e aproximações.

O grande risco das construções identitárias na condição pós-moderna em que vivemos é que se transformem em mosaicos, justaposição de atores, enfoques e posturas sem articulação orgânica. Segundo Stuart Hall (1997), podem reduzir-se a meras "celebrações móveis".

A pluralidade está presente, sempre esteve no nosso Programa, mas certamente hoje está mais acentuada e polifacética. No entanto, a construção de uma identidade comum supõe também alguns "nós" que articulam os fios e dão consistência à trama do tecido.

Nesta perspectiva, me atrevo a afirmar que algumas marcas continuam sendo centrais, constituindo estes "nós" que vertebram a identidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio: i) a centralidade da pesquisa; ii) a interdisciplinaridade; iii) a dimensão pública e a articulação entre o acadêmico; e iv) a responsabilidade social.

Este é um legado que pertence a todos nós, os atores da primeira hora e os que, em distintos momentos da trajetória do

nosso Programa, nos comprometemos com esta aventura, com este projeto, com esta utopia.

Gostaria de terminar com algumas palavras do professor Durmeval Trigueiro, que abrem sua página na Internet e que considero que expressam de modo muito adequado a paixão com que todos nós, alunos, funcionários e professores, vimos construindo esse Programa de Pós-Graduação em Educação:

> *A educação do conformismo não pode produzir indivíduos criadores; a educação da bravura mental com a disciplina da verdade, esta é que logicamente pode levar aos gestos criadores, tão necessários aos membros de uma sociedade democrática e de um mundo em mudança.* (Durmeval Trigueiro)

Referências

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer 977/65*.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer 77/69*.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. *Parecer 382/85*.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. *Relatório para o Credenciamento do Curso de Mestrado em Educação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1969.

GUSSO, D. A.; CORDOVA, R. A.; LUNA, S. V. *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO/Cresalc, MEC/Sesu/CAPES, 1985.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MARQUES, J.; BUFFA, E. *Relatório da Comissão Verificadora para efeito de Credenciamento do Doutorado e Renovação do Credenciamento do Mestrado em Educação da PUC-Rio*. abr. 1984.

CAPÍTULO II

A Institucionalização entre 1996-1970 do Primeiro Mestrado em Educação no Brasil: revisitando as suas potencialidades e os seus limites[1]

José Carmelo Braz de Carvalho

Seis décadas após, ao revisitar hoje o processo de institucionalização do primeiro Mestrado em Educação no Brasil, convém ressaltar que qualquer paradigma de análise institucional implica em desvelar três instâncias indissociavelmente interconectadas:

1) o *macrossistema político-educacional inclusivo da época,* como fator condicionante das ações e estratégias que as instituições e os seus atores possam objetivamente efetivar.

2) a *instituição em si*, com suas estruturas e seus processos já instituídos, e suas potenciais possibilidades instituintes.

3) *os atores sociais* que, em suas *praxis*, exercem as mediações possíveis entre o macrossistema político-educacional e o sistema instituído/instituinte das organizações onde operam.

Olhado assim retrospectivamente, o processo de institucionalização do primeiro Mestrado em Educação no quinquênio de 1966-1970, encontra arqueologicamente suas raízes mais profundas no biênio 1962-63, quando a PUC-Rio articula sua política de formação de seus quadros de docentes-pesquisadores no exterior. Naquele processo de redefinição de uma universidade pequena, reunindo suas Faculdades e Institutos em quatro Centros com seus respectivos Departamentos _ Centros de Ciências

[1] Texto é inspirado na participação do próprio autor no seminário de comemorações dos 40 anos de criação do PPGE, realizado em 2006.

Humanas, Sociais, Técnico-Cientificas e Bio-Médicas _ em um contexto de propostas tão discrepantes de reforma universitária (do Congresso da UNE em Curitiba, até a eleição de José Serra para presidência da UNE, em 1963) na Sociedade Civil, ocorria na PUC-Rio a presença marcante de uma plêiade de cientistas jesuítas - como Fernando Bastos D'Avila em Sociologia e Política; de Antonius Benko na Faculdade de Filosofia; de Pe. Rose na Física; de Pe. Vainberg na Química e nas Engenharias José de Amara Rosa.

Naquele contexto efervescente dos debates sobre a reforma universitária (desde a LDB de 1961; a ação da UNE; e o Movimento Político pelas Reformas de Base), um núcleo de então graduandos dos Cursos de Psicologia e de Educação foi indicado para fazer sua Pós-Graduação nos Estados Unidos e na Europa. Para os graduados de Pedagogia, a Université de Louvain foi a "alma mater", o ponto de referência, e para lá foram Vera Candau, José Carmelo, Maria Helena Queirós, Regina Maluf, Creusa Capalbo (apenas Zaia Brandão e Rosina Wagner escaparam da provinciana Louvain; e foram estudar na Metropolitana em Paris). Complementarmente, outras colegas de Psicologia, mas com experiência anterior no magistério, como Ângela Brasil Biagio, Maria Alice Amorim, Luis Isnard e Thereza Pennafirme, foram pós-graduar-se nas universidades Chicago e Stanford. Este núcleo de pós-graduandos no exterior vai paulatinamente se reincorporando à PUC-Rio a partir de 1965; de modo a constituir assim os quadros docentes que respaldaram o projeto de institucionalização em 1966 dos cursos de Mestrado em Educação e Psicologia.

Paralelamente ocorre também outro reforço interinstitucional, através do convênio entre a PUC-Rio e a Instituição Teresiana, para a gestão do Colégio Universitário da PUC, o Colégio Teresiano. Essa parceria permitiu a incorporação de diversas Doutoras tituladas na Espanha a Departamentos da PUC, e no caso específico do Departamento de Educação, a participação da Doutora em Psicopedagogia, Eloisa Lopes Franco.

A partir de 1965, a política de departamentalização da PUC-Rio é paulatinamente implementada, através de convênio entre o

Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, o MEC e USAID. Assim, o antigo Curso de Pedagogia se transforma em Departamento de Educação, com necessidade de contar com quadros docentes em tempo integral. Nesse momento passam a responder pelas Coordenações de Graduação de Pedagogia e das Licenciaturas, os quadros de pós-graduados formados no exterior. Em 1965, é instituída a Coordenação da Pós-Graduação do Centro, unificando os Cursos de Psicologia e de Educação; integrada pelo Decano Antonius Benko; a Vice-Diretora Celina Junqueira; Aroldo Rodrigues pela Psicologia; Eloisa Lopes Franco e José Carmelo pela Educação.

Complementarmente também em 1965 tem início um outro projeto interinstitucional, o convênio entre a PUC-Rio e a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário) do MEC, para a promoção de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Planejamento Educacional. A partir de 1964, com a primazia técnico-política do Planejamento Econômico no MINIPLAN; e com a crescente influência do IPEA na formulação do futuro Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social na perspectiva do "Manpower Aproch, no campo especificamente educacional, o INEP, diversos Departamentos do MEC, a Missão da UNESCO, o Conselho Federal de Educação, procuram em contrapartida fortalecer também seus quadros em competências técnico-políticas do planejamento de "Social Aproach". Nesse cenário de disputas entre paradigmas, a Diretoria do Ensino Secundário, com Gildásio Amado, incumbe a Profa. Eulina Fontoura de Carvalho, da CADES, a programar um Curso de Especialização (Lato Sensu) sobre Planejamento Educacional para os seus quadros técnicos. Por razões políticas internas dos órgãos de segurança do MEC, esse Curso de Planejamento torna-se mais viável na PUC. Com a Professora Eulina Lopes Franco toda uma rede de relacionamentos entre a Missão da UNESCO no INEP (como P. Further, M. Debrun, J. Torf) e a equipe brasileira de Eulina da CADES (Eulina Fontoura, Durmeval Trigueiro, Paulo de Almeida Campos, Geraldo Bastos

Silva (ISEB), J. Roberto Moreira e Pery Porto, do INEP, e Zacharias Sá Carvalho, consultor da CAPES).

Nesse processo de institucionalização do convênio entre o Departamento de Educação da PUC e a CADES, a Profa. Eulina Fontoura desempenhou função crucial, não apenas para a formalização do convênio, mas sobretudo no processo de arregimentação de quadros técnicos de Planejamento Educacional associados à abordagem da Demanda Social em Educação; e ao desenvolvimento dos CEOSEs (Colóquio Estaduais de Organização dos Sistemas Educacionais).

Com uma coordenação bastante integrada de Eulina Fontoura (CADES /MEC) e José Carmelo (PUC-Rio), daquele curso de Especialização em Planejamento Educacional em 1966, decorreram duas vertentes mais sólidas para o posterior processo de institucionalização da Área de Concentração de Estudos no Mestrado em Educação, a partir de 1966:

1 – a equipe docente de especialistas em Planejamento Educacional, politicamente identificada com à linha social do CEPAL/ILPES e da Missão da UNESCO no INEP: Roberto Moreira, Pery Porto, Zacarias Sá Carvalho; Durmeval Trigueiro; com uma participação limitada de Michel Debrun;

2 – a prática de abordagem sobre Educação Brasileira, nos seus diferentes níveis e modalidades de ensino, desenvolvida por uma ampla equipe de especialistas convidados, mas tendo em Eulina Fontoura a ancoragem da abordagem de Demanda Social.

Em maio de 1965 foi iniciado o Curso de Especialização em Planejamento Educacional. Cinco meses depois, o Parecer 977/65 do CFE, sobre os cursos de Mestrado e Doutorado (a Pós-Graduação *Stricto Sensu*), regulamentou o projeto de Mestrado em Educação, a partir de duas áreas de concentração:

1. de um lado, nas interfaces departamentais dos quadros docentes já pós-graduado no Exterior em Psicologia e Pedagogia, é articulada no Mestrado a Área de Concentração Psicopedagogia, articulando os quadros de doutores, em torno de Eloisa Franco, Angela Biaggio, Antonius Benko.

2. de outro lado, sobre o núcleo original do curso de Especialização em Planejamento e Estrutura da Educação são integrados doutores e livre-docentes, como Isaac Kerstenetzty e Zacarias Sá Carvalho, e outros especialistas de notório saber, como Paulo de Assis Ribeiro, Paulo Horta Novais e Pery Porto; na Reitoria da PUC Paulo Assis Ribeiro (Diretor do Plano de Desenvolvimento da PUC).

Em 1969, no quarto ano de operação do Curso de Mestrado em Educação, é criada a terceira área temática de concentração - Métodos e Técnicas de Ensino - ancorada em Vera Candau, com a contribuição de Creusa Capallbo, doutora em Epistemologia, e da livre-docente Maria Helena Novaes ensinando Problemas de Ensino-Aprendizagem (Quadro 1 e 2).

Quadro 1: Consolidação das Disciplinas das Áreas Temáticas De Concentração do curso de Mestrado em Educação 1966-1969

Planejamento da Educação (1966)	Aconselhamento Psicopedagógico (1966)	Métodos e Técnicas do Ensino (1969)
Planejamento Educac. I: Pery Porto, espec.	Aconselhamento Psico- Pedagógico I e II: Eloisa L. Franco, D	Didática I e II :Vera Candau, D
Planejamento Educ II: Paulo A. Ribeiro, espec.	Psicologia do Desenvolv: Angela Biaggio, Ph.D	Epistemologia: Creusa Capalbo, D
Planejamento e Desenvolvimento Econômico: Isaac Kerstenetzty,D Paulo H. Novais, esp.	Psicologia da Personalidade Antonius Benko, D Carlos Paes de Barros, D	Problemas de Ensino - Aprendizagem: M.Helena Novaes, LD
Fatores Sócio-Econ. Educ Zacarias S.Carvalho,LD		

Quadro 2: Disciplinas Obrigatórias do Tronco Comum do Mestrado em Educação PUC Rio 1966-1969

Disciplina	Professores
Pesquisa Educacional I e II	Célia Lúcia M. Castro, D Antonius Benko, D (1966)
Educação Brasileira I e II	Eulina Fontoura, N Nair Fortes Abu-Merhi , D(1966-68) Durmeval Trigueiro(1969-70)
Filosofia da Educação	Celina Junqueira, D Creusa Capalbo, D

CAPÍTULO III

Verbetes:
trajetórias dos egressos da primeira turma de mestrado em educação da PUC-RIO de 1966

1. Ana Maria de Souza Amorim

Eduardo Silva Russell[1]

Ana Maria de Souza Amorim nasceu no Rio de Janeiro em 5 de julho de 1940, filha de Antônio de Souza Amorim e Maria de Jesus Paraná. Sua ficha acadêmica registra residência no bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, e uma formação anterior em Pedagogia, cursada na Faculdade de Filosofia da então Universidade do Estado da Guanabara (atualmente, UERJ), entre 1960 e 1963. Em 1966, seu nome aparece entre os estudantes admitidos na pós-graduação em Educação da PUC-Rio, integrando, portanto, uma geração pioneira da pós-graduação da Universidade.

Permito-me começar destacando alguns pontos de encontro entre nós: o Rio de Janeiro, a universidade pública e a escolha pela Educação. Chegar até Ana Maria, porém, não foi simples. Como pesquisador e também egresso da PUC-Rio, a tentativa de reconstruir a trajetória dos integrantes dessa primeira turma me colocou diante de uma questão recorrente nas pesquisas de caráter histórico: algumas vidas sobrevivem apenas em documentos

[1] Doutor em Educação, PUC-Rio; Mestre em Educação, UFF; Licenciado em Letras, UFRJ; Professor Adjunto do Departamento de Didática da Escola de Educação da UNIRIO; Líder do Grupo de Pesquisa GPPF/UNIRIO; Membro dos grupos de pesquisa PROFEX e GEFOCC II, PUC-Rio.

esparsos. No caso de Ana Maria, um nome relativamente comum (e a possibilidade, inclusive, de uma posterior mudança de sobrenome em razão de um possível casamento) dificultou bastante a identificação de informações seguras sobre sua vida após a passagem pela Universidade.

A ficha localizada no arquivo da PUC-Rio oferece, contudo, algumas pistas importantes. A anotação "aconselhamento" parece remeter à área de concentração em Aconselhamento Psicopedagógico do Mestrado em Educação da PUC-Rio. O termo também se inseria no vocabulário educacional da época: a Lei nº 5.564, de 1968, que regulamentou a profissão de orientador educacional durante a ditadura militar, incluía o "aconselhamento dos alunos" entre suas atribuições.

A pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional permitiu avançar um pouco mais. Em edição de O Jornal, de 15 de setembro de 1967, Ana Maria de Souza Amorim aparece entre os candidatos habilitados em uma seleção promovida pela Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara (ESPEG) para contratação de professores de ensino médio na disciplina de Psicologia, destinados a estabelecimentos da Secretaria de Educação. O registro é breve (apenas seu nome em uma extensa relação de classificados), mas constitui até agora um dos poucos vestígios encontrados sobre sua trajetória profissional depois da formação universitária.

O pequeno anúncio ajuda também a recompor o lugar institucional no qual Ana Maria buscava ingressar. Criada em 1960, a ESPEG foi concebida como instituição voltada ao recrutamento, à seleção e ao treinamento de servidores do então Estado da Guanabara. Documentos da atual Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) destacam que a instituição introduziu práticas de seleção baseadas no sistema de mérito e desenvolveu atividades de treinamento funcional e modernização da administração pública.

Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a ESPEG tornou-se a Escola de Serviço Público do Estado

do Rio de Janeiro (ESP-RJ). No ano seguinte, passou à condição de fundação, dando origem à Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro (FESP-RJ). Em 2009, a incorporação da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE) à FESP e a reorganização institucional produziram a atual Fundação CEPERJ.

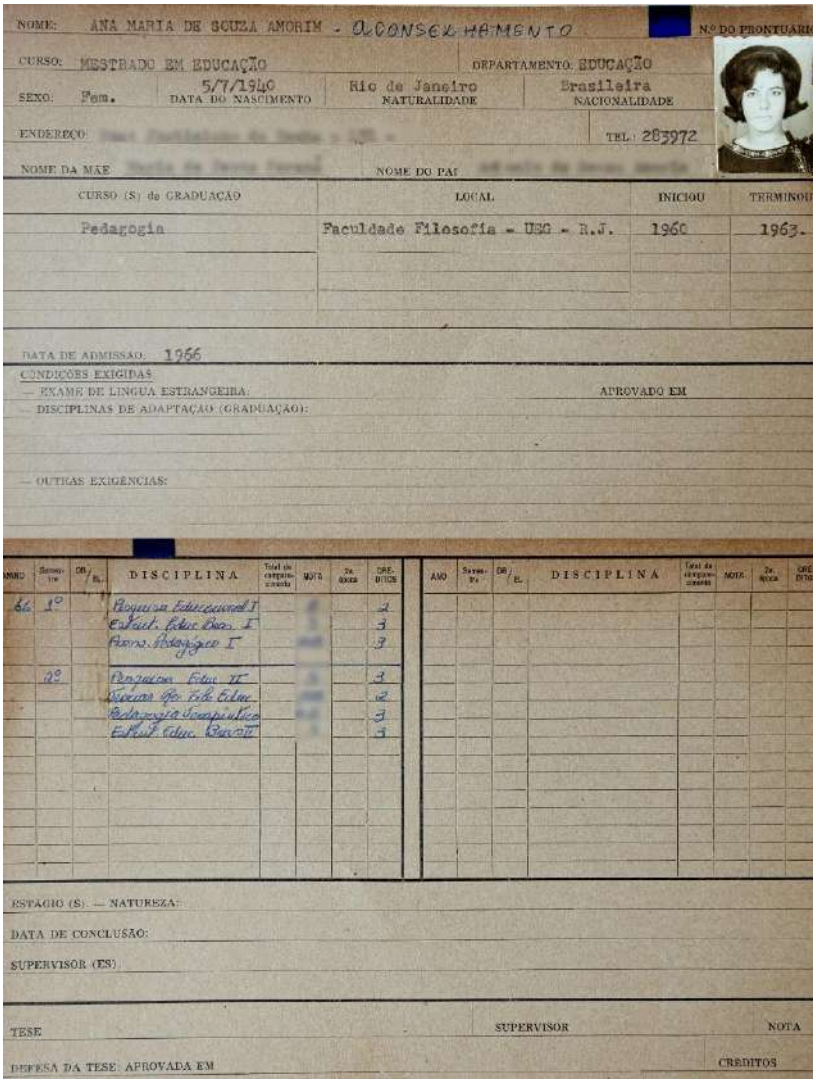
Na tentativa de seguir esse rastro, entrei em contato com a Ouvidoria da Fundação CEPERJ, encaminhando os dados disponíveis e perguntando sobre a eventual existência de registros funcionais de Ana Maria. A resposta informou que a Fundação não dispõe de informações sobre sua trajetória e que os registros referentes àquele período não constam de seus arquivos atuais. A negativa, paradoxalmente, tornou-se também parte da pesquisa. A instituição contemporânea reconhece-se como sucessora da FESP-RJ e herdeira de uma tradição iniciada pela ESPEG, mas nem todos os documentos produzidos nessa história institucional sobreviveram ou permaneceram acessíveis.

É justamente aí que a trajetória de Ana Maria talvez adquira uma dimensão que ultrapassa sua biografia individual. Pesquisar os primeiros egressos da pós-graduação da PUC-Rio significa também lidar com os modos pelos quais determinadas trajetórias são preservadas ou apagadas. No caso dela, restaram uma ficha acadêmica, uma fotografia, algumas disciplinas cursadas, uma anotação manuscrita, um endereço e uma linha em um jornal de 1967. São fragmentos pequenos, mas suficientes para revelar uma jovem pedagoga, formada no início da década de 1960, que ingressou na pós-graduação em Educação e, poucos anos depois, aparecia habilitada para atuar como professora de Psicologia na rede pública da Guanabara.

Não sabemos, ainda, se Ana Maria efetivamente assumiu essa função, quanto tempo permaneceu no serviço público ou que outros caminhos profissionais percorreu. Ao lado das trajetórias fartamente documentadas, existem profissionais que permaneceram nas margens dos arquivos e que ainda assim precisam ser reconstruídos a partir de vestígios. Contar a história

dessa primeira turma também passa por reconhecer essas lacunas e por insistir que os nomes que aparecem em uma antiga ficha universitária corresponderam a sujeitos concretos, que participaram da constituição de um campo acadêmico e profissional em formação.

Ficha acadêmica de Ana Maria de Souza Amorim.



NOME: ANA MARIA DE SOUZA AMORIM - CASAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — 5/7/1940 DATA DO NASCIMENTO — Rio de Janeiro NATURALIDADE — Brasileira NACIONALIDADE

ENDEREÇO: — TEL.: 283972

NOME DA MÃE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade Filosofia - UEG - R.J.	1960	1963.

DATA DE ADMISSÃO: 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS

— EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mentos	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Estud. Educ. Bras. I				3
			Fund. Pedagógicos I				3
	2º		Pesquisa Educ. II				3
			Didática Geral				2
			Pedagogia Compensatória				3
			Estud. Educ. Bras. II				3

ESTÁGIO (S): — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES):

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

2. Ângelo Domingos Salvador

Massuel dos Reis Bernardi[2]

Ângelo Domingos Salvador (Dom Ângelo) foi integrante da primeira turma de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi educador, professor universitário, pesquisador, escritor, frade capuchinho e bispo católico. Sua trajetória intelectual caracteriza-se pela articulação entre educação, cultura, formação humana, metodologia científica e religiosidade franciscana.

Filho de Augusto Salvador e Vergínia Vazzata, nasceu em Ipê, antigo distrito de Vacaria, no Rio Grande do Sul, em 17 de julho de 1932. Aos doze anos, ingressou na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, iniciando uma formação que combinaria, durante toda sua vida, a dimensão religiosa com as áreas de Educação, Filosofia e Ciências Humanas.

Segundo dados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua formação escolar ocorreu inicialmente em instituições ligadas à própria congregação. Entre 1945 e 1948, estudou no Seminário São José, em Veranópolis-RS. Posteriormente, entre 1949 e 1952, frequentou o Seminário São Geraldo, em Ijuí. Em 1953, iniciou os estudos de Filosofia no Convento São Boaventura, em Marau-RS. Dois anos depois, em 1955, iniciou os estudos de Teologia no Convento São Lourenço, em Porto Alegre (RS). Concluiu a formação teológica em 1958, ano em que também foi ordenado sacerdote, especificamente no dia 22 de março.

Antes de assumir funções episcopais, Dom Ângelo construiu uma significativa carreira no campo educacional. Sua formação

[2] Doutor em Educação, PUC-Rio; Licenciado em Dança, UFRJ; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, IFF; Membro dos Grupos de Pesquisa Profex-PUC-Rio, GPICC-UFRJ e GPAP-UPM.

passou pela Filosofia, Teologia e Pedagogia. Cursou graduação em Pedagogia, obtendo também formação em Orientação Educacional pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Posteriormente, aprofundou-se por meio de estudos de pós-graduação em Educação e Cultura Brasileira, já em terras cariocas. Foi aí que ingressou na primeira turma de Mestrado em Educação do Brasil, o da PUC-Rio, além de cursar uma Especialização em Cultura Brasileira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A combinação entre filosofia, teologia, pedagogia, educação, orientação educacional e estudos culturais conferiu à sua trajetória uma característica interdisciplinar. Seu pensamento intelectual não pode ser compreendido apenas pelas perspectivas religiosa e pedagógica, pois sua produção se situa justamente na intersecção entre diferentes campos de formação.

Profissionalmente, atuou como professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNIJUÍ e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Na PUC-Rio, registros datam de sua admissão como Professor Auxiliar de Filosofia entre os anos de 1967 e 1968, em meados do período em que residiu no Rio de Janeiro e cursou o Mestrado em Educação na instituição. Na PUCRS, sua presença esteve particularmente associada ao Instituto de Teologia e Ciências Religiosas. O livro História da PUC-RS (João e Clemente, 1999) registra que, em 1979, o Frei Ângelo ocupava a função de diretor do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, onde havia cursos de Bacharelado e Licenciatura em Teologia e Ciências Religiosas, além de atividades de extensão e publicações acadêmicas.

Sua produção escrita alcançou principalmente os campos da Educação e da Metodologia da Pesquisa, destacando-se as publicações em livros, que adquiriram particular longevidade editorial e circulação no ensino superior brasileiro. Alguns de seus livros foram publicados em várias edições.

Entre suas principais obras encontradas, destacam-se:

- *Iniciação ao Ensino* (1971) — Educação e formação docente;
- *Cultura e Educação brasileiras* (1971; edições posteriores) — Educação e cultura;
- *Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica* (diversas edições entre as décadas de 1970 e 1980) — Metodologia científica;
- *Formação para a Vida Franciscana* (1981) — Formação humana e espiritualidade franciscana;
- *Espiritualidade e Esperança – Teocomunicação* (1979) — Espiritualidade franciscana.

Os dados bibliográficos disponíveis apresentam algumas diferenças entre catálogos comerciais e institucionais, principalmente quanto ao ano exato de determinadas edições e ao número de páginas.

Além de suas publicações, a atuação universitária de Dom Ângelo revelou um intelectual que transitava entre a formação de professores, a pesquisa, a teologia e a reflexão sobre cultura. Explicita-se que sua produção bibliográfica não constitui uma obra homogênea, mas reflete diferentes momentos e interesses de sua trajetória. Assim, sua atividade intelectual esteve vinculada não somente à produção de livros, mas também à formação de estudantes, professores, religiosos e agentes ligados às instituições educacionais e eclesiais.

O livro "Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica" mostra-se como a contribuição acadêmica de maior continuidade e circulação de Ângelo Domingos Salvador. A obra foi publicada pela Editora Sulina e recebeu numerosas edições. Segundo pesquisas no site "Estante Virtual", outros registros indicam edições diferentes da obra em anos seguintes, inclusive em edições revistas e versões ampliadas. É o caso das edições de 1970, 1973, 1974, 1976, 1977, 1978, 1980, 1981, 1982 e 1986. O fato de a obra em questão ter alcançado numerosas edições indica que encontrou uma demanda persistente entre estudantes e pesquisadores. Catálogos comerciais e bibliográficos registram sucessivas edições durante aproximadamente duas décadas, enquanto referências

acadêmicas posteriores continuam mencionando Salvador como autor de metodologia da pesquisa bibliográfica.

A contribuição das publicações de Salvador pode ser vista em diferentes dimensões: ensinar a realizar uma pesquisa, organizar fontes e elaborar trabalhos acadêmicos; contribuir para a constituição de uma cultura acadêmica baseada na leitura, na documentação e na sistematização do conhecimento. Desse modo, percebe-se que a obra de Dom Ângelo permaneceu presente em referências metodológicas, mesmo algumas décadas depois de sua primeira publicação. Portanto, sua relevância está também em documentar uma determinada etapa da construção da cultura da pesquisa acadêmica brasileira.

Um dos aspectos mais significativos do legado intelectual de Salvador é a possibilidade de observar em sua obra diferentes significados atribuídos à palavra formação. Suas obras pertencem a contextos distintos e possuem objetivos diferentes. Entretanto, a recorrência da educação e da formação em sua trajetória permite reconhecer que Dom Ângelo se constituiu como um intelectual da área de formação, seja acadêmica ou religiosa. Isso permite situar Salvador dentro de reflexões sobre a educação brasileira que ultrapassam a discussão estritamente metodológica. Sua contribuição pode ser entendida como uma tentativa de pensar a educação dentro de uma concepção mais abrangente de formação humana. Cultura e educação aparecem como dimensões interdependentes. Segundo seus livros, "A educação não se limita apenas a transmitir os bens da cultura, mas também suscita no homem a capacidade da renovação da cultura. O receptor da cultura transforma-se em criador de culturais " (Salvador, 1971, p. 187).

Além da atividade docente, Salvador exerceu funções de direção e formação. Foi diretor dos seminaristas teólogos capuchinhos, Ministro Provincial dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul e diretor do Instituto Teológico da PUC-RS.

A trajetória de Dom Ângelo também se caracteriza pela passagem da vida acadêmica para funções de liderança na Igreja Católica. Em 16 de março de 1981, foi nomeado pelo papa João

Paulo II bispo auxiliar da Arquidiocese de Salvador, BA. Em 16 de maio de 1986, foi nomeado bispo prelado de Coxim-MS. Posteriormente, exerceu o episcopado em Uruguaiana-RS, tornando-se bispo emérito. Também participou da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB.

Essa nova etapa não elimina sua trajetória intelectual anterior. Pelo contrário, ajuda a compreender a amplitude de sua atuação. O educador e pesquisador passou a ocupar posições de liderança eclesial, levando consigo uma formação construída nas áreas de Filosofia, Teologia, Pedagogia, Educação e Cultura. Na realidade, os diferentes papéis (religioso, professor, pesquisador, escritor e bispo) permaneceram articulados.

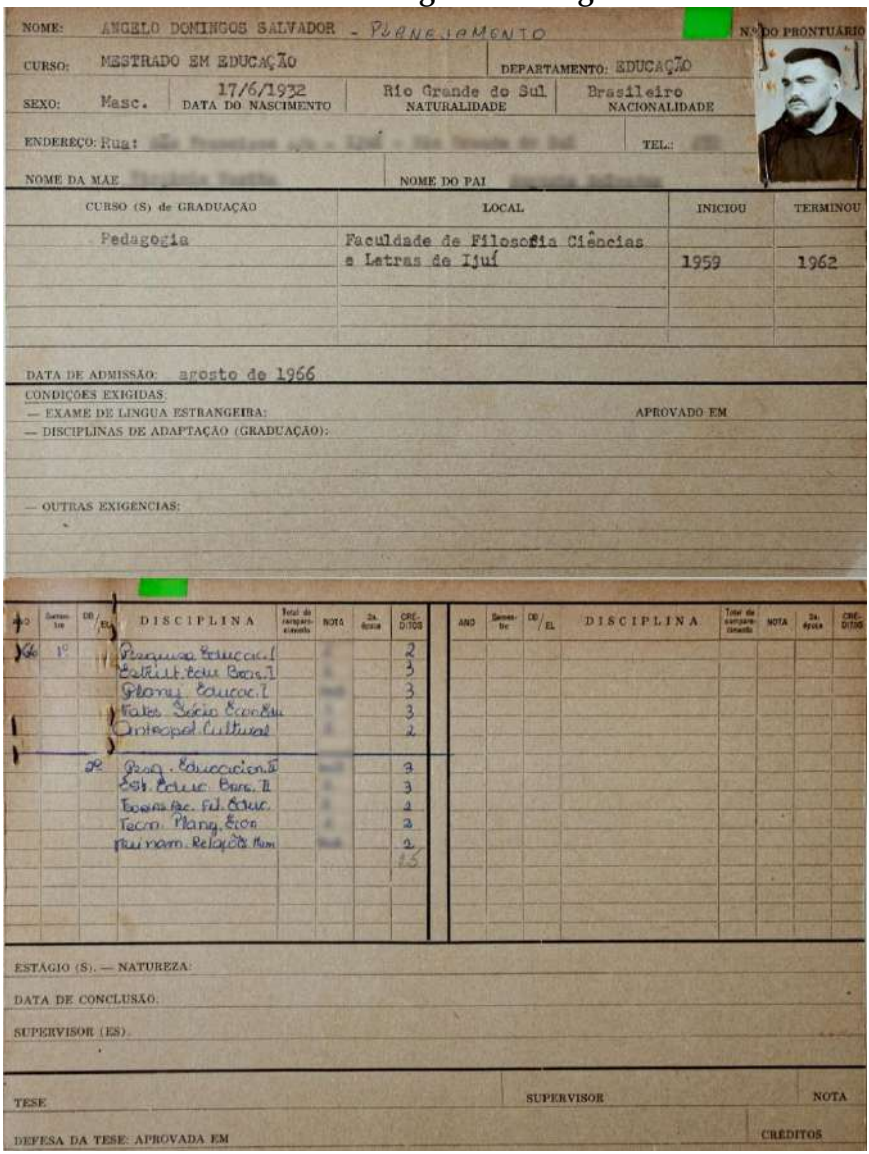
Ângelo Domingos Salvador faleceu em 13 de agosto de 2022, aos 90 anos, no Convento dos Capuchinhos, em Caxias do Sul-RS. Sua morte encerrou uma trajetória de nove décadas marcada pela combinação entre vida religiosa, educação, pesquisa, docência, escrita e liderança institucional.

A memória de Salvador está para além de suas atuações em tantas frentes. Seus livros continuam aparecendo em bibliotecas, catálogos e referências acadêmicas. Sua trajetória, que partiu do ambiente da formação franciscana e teológica, ampliou-se para a Educação, Filosofia e Pedagogia, alcançando a universidade por meio da docência, da pesquisa e da produção bibliográfica. O mestrado em Educação pela PUC-Rio demonstra, para a época, um esforço de aprofundamento para além da sua formação religiosa, o que lhe confere uma consistente trajetória acadêmica. Sua trajetória também evidencia como, em seu tempo e espaço, religiosos intelectualmente formados em nível de pós-graduação participaram ativamente da construção das instituições universitárias, da formação de professores e da produção de literatura especializada.

Assim, a biografia de Ângelo Domingos Salvador revela a trajetória de um religioso que se tornou bispo, ao mesmo tempo que recupera a trajetória de um professor e escritor que participou

da história da educação superior, da formação docente e da constituição da cultura da pesquisa no Brasil.

Ficha acadêmica de Ângelo Domingos Salvador.



NOME: ANGELO DOMINGOS SALVADOR - PARECER
N.º DO PRONTUÁRIO
CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO
SEXO: Masc. | 17/6/1932 DATA DO NASCIMENTO | Rio Grande do Sul NATURALIDADE | Brasileiro NACIONALIDADE
ENDEREÇO: Rua:
TEL.:
NOME DA MÃE
NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ijuí	1959	1962

DATA DE ADMISSÃO: agosto de 1966
CONDIÇÕES EXIGIDAS:
— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: APROVADO EM
— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):
— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	DD/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educac. I				2
			Estrut. Educ. Bras. I				3
			Filosof. Educac. I				3
			Fatos Sócio Econ. Educ.				3
			Antropol. Cultural				2
	2º		Psicol. Educacional				3
			Estr. Educ. Bras. II				3
			Teoria Sist. Ed. Educ.				2
			Tecn. Planej. Educ.				2
			Pesquisa Relações Hum.				2
							25

ANO	Semestre	DD/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:
DATA DE CONCLUSÃO:
SUPERVISOR (ES):
TESE | SUPERVISOR | NOTA
DEFESA DA TESE: APROVADA EM | CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

3. Dirce Faria Brandão

Jefferson da Costa Soares[3]

Nascida em 21 de setembro de 1935, no estado de Minas Gerais, Dirce Faria Brandão era filha de Vicentina Faria Brandão e José Caetano Brandão. Graduou-se em Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Minas Gerais, em curso iniciado em 1959 e concluído em 1962. Foi admitida no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio em 1966, como aluna da primeira turma. Cursou 10 disciplinas, obtendo graus "B", "MB" e "E", e concluiu 27 créditos no curso de Mestrado. Na foto que consta em sua ficha, Dirce aparece com um véu, indício de que seria freira ou madre vinculada a alguma congregação religiosa.

A pesquisa revelou indícios de que pode ter havido outro erro de cadastramento em sua ficha, sendo o nome correto "Dirce de Faria Brandão". Na dissertação de Carlos Augusto Brandão de Carvalho, defendida na USP, no ano de 2000, na área de Zootecnia, o autor dedica o trabalho à tia Dirce Faria Brandão, o que gerou dúvidas sobre a grafia correta.

Dirce de Faria Brandão foi servidora vinculada ao IF Sudeste MG (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais), especificamente associada ao Campus Rio Pomba. Foi possível encontrar o Boletim de Serviço nº 04/2010, de 30 de abril de 2010, documento do Ministério da Educação, publicado no contexto em que Fernando Haddad comandava o Ministério, que mostra que foi concedido ressarcimento de auxílio-saúde à servidora. É grande, portanto, a possibilidade de se tratar da mesma pessoa, com grafias diferentes.

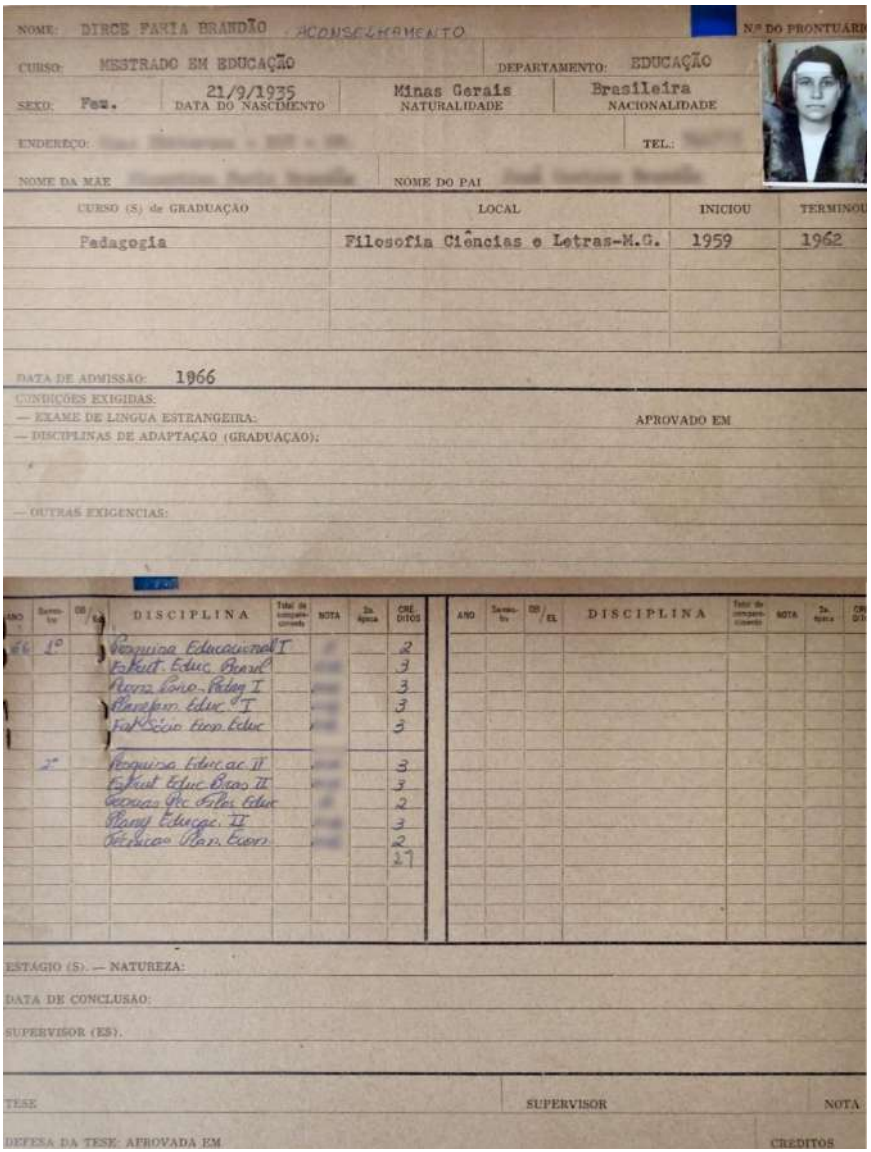
---

[3] Jefferson da Costa Soares Doutor em Educação, UFRJ; Mestre em Educação, UFRJ, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, UFRJ; Professor Adjunto do Departamento de Educação da PUC-Rio; Líder do Grupo de Pesquisa HISPROF, PUC-Rio.

Não foi possível encontrar produção científica registrada em nome da professora, como artigos, livros ou sua dissertação de mestrado, nos principais repositórios digitais abertos. Também não encontramos seu perfil em plataformas como Lattes ou Google Acadêmico, o que sugere que sua atuação institucional no IF Sudeste MG se deu em período anterior à digitalização massiva de currículos e repositórios acadêmicos.

Conforme o obituário de Juiz de Fora, Dirce de Faria Brandão faleceu em 12 de novembro de 2025, aos 90 anos de idade. O nome Dirce de Faria Brandão também aparece em processos de inventário e partilha de bens, todos no estado de Minas Gerais.

Ficha acadêmica de Dirce Faria de Brandão.



NOME: DIRCE FARIA BRANDÃO (ACONSELHAMENTO)

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 21/9/1935 — NATURALIDADE: Minas Gerais — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: — TEL:

NOME DA MÃE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Filosofia Ciências e Letras-M.G.	1959	1962

DATA DE ADMISSÃO: 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	Da época	CRÉDITOS
66	1º	Pesquisa Educacional I				2
		Estrut. Educ. Brasil				3
		Psicol. Educ. - Pedag. I				3
		Planejam. Educ. I				3
		Fund. Sócio Econ. Educ.				3
	2º	Pesquisa Educac. II				3
		Estrut. Educ. Bras. II				3
		Orgnzs. Pol. Educ.				2
		Planej. Educac. II				3
		Fund. Econ. Educ.				2
						27

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

4. Iêda Lúcia Lima Pereira

Jefferson da Costa Soares[4]

Nasceu em 11 de junho de 1937, em Minas Gerais, filha de Carmem Conceição Lima Pereira e Edmundo Gonçalves Pereira. Em 1º de março de 1966, foi admitida no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Consta, em sua ficha, um endereço residencial em Brasília. Cursou Pedagogia, graduação realizada entre 1959 e 1962, na Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Como aluna da primeira turma do Mestrado do Programa, obteve graus entre "MB" e "E" nas nove disciplinas cursadas, que compunham o currículo do curso na época, totalizando 24 créditos.

Em sua ficha, há a observação de que Iêda Lúcia Lima Pereira já havia enviado "9 exemplares de sua tese", o que confirma que a aluna defendeu o trabalho, que se encontra disponível na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no Centro de Memória, cujo título é "Pierre Furter: de uma Pedagogia Individual-Personalista a uma Pedagogia Social-Personalista".

Além de educadora, Iêda Lúcia Lima Pereira tornou-se conhecida principalmente por ser autora e coautora de livros voltados para as áreas de educação, pedagogia e qualidade de vida na terceira idade. Suas principais obras são:

• *Pedagogia na Prática: Propostas para uma Educação Integral*, publicado em coautoria com Maria Lúcia Hannas, pela Editora Gente. O foco deste livro, publicado em 2001, está em práticas de ensino contemporâneas à época e no desenvolvimento humano.

---

[4] Jefferson da Costa Soares Doutor em Educação, UFRJ; Mestre em Educação, UFRJ, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, UFRJ; Professor Adjunto do Departamento de Educação da PUC-Rio; Líder do Grupo de Pesquisa HISPROF, PUC-Rio.

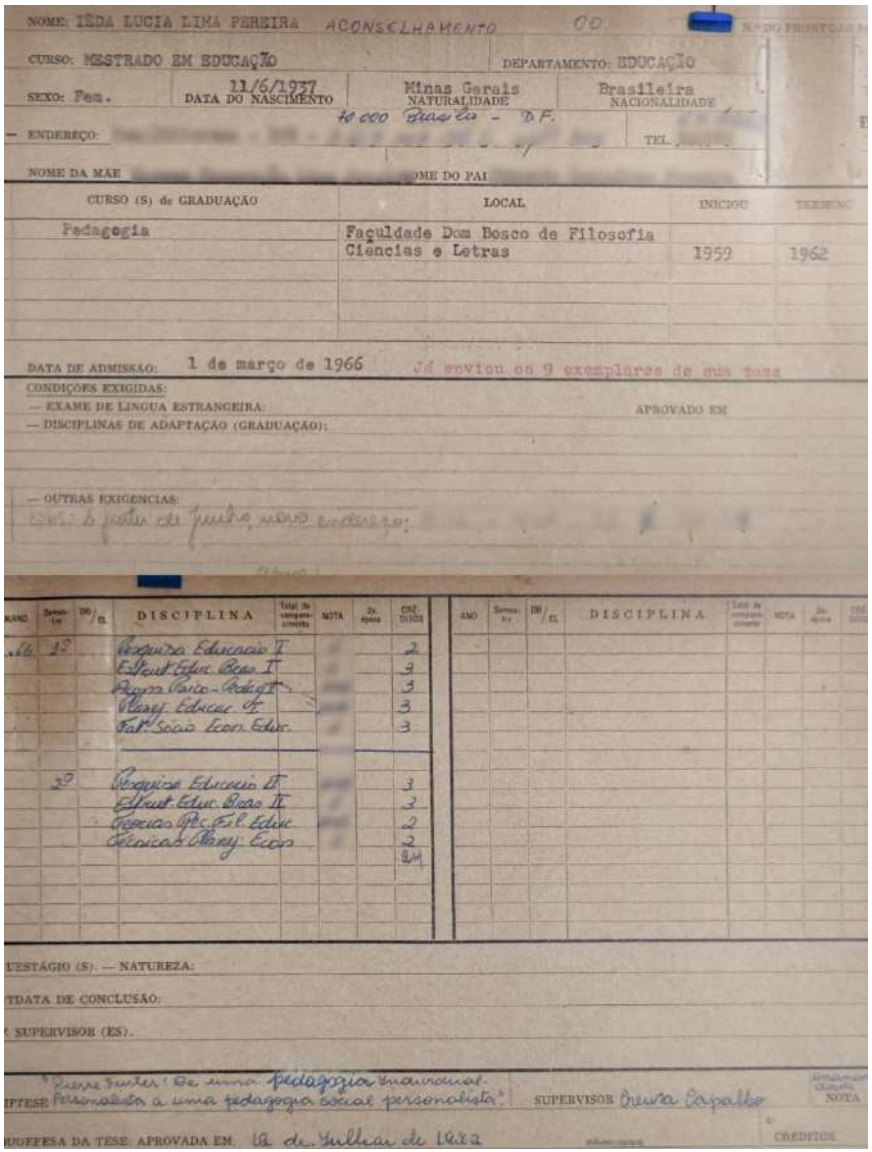
• *Educação com Consciência (Volume 1)*, publicado em 2000, em coautoria com Maria Lúcia Hannas. Trata-se de um livro cujo foco está na conscientização e em metodologias escolares.

• *Nova Prática Pedagógica (Volume 2)*, também publicado em janeiro de 2000, é produto da continuidade de suas pesquisas em ambiente escolar.

• *A Terceira Idade: Guia para Viver com Saúde e Sabedoria*, publicado em 1996, em coautoria com Cora Martins Vieira, é uma obra voltada para o bem-estar, a saúde e a autoajuda na maturidade.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) de Marcos Vagner Xavier Pereira, apresentado ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Santa Catarina, confirma que Iêda Lúcia Lima Pereira cursou Pedagogia com especialização em Magistério e pós-graduação em Orientação Educacional. Porém, embora tenha sido possível identificar uma produção científica, não encontramos seu perfil em plataformas como Lattes ou Google Acadêmico. Não consta foto em sua ficha de cadastramento do curso de Mestrado.

Ficha acadêmica de Iêda Lúcia Lima Pereira.



NOME: IÊDA LUCIA LIMA PEREIRA ACONSELHAMENTO 00

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. DATA DO NASCIMENTO 11/6/1937 NATURALIDADE Minas Gerais NACIONALIDADE Brasileira

ENDEREÇO: 70 000 Brasília - D.F. TEL.

NOME DA MAE [redacted] NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINO
Pedagogia	Faculdade Dom Bosco de Filosofia Ciencias e Letras	1959	1962

DATA DE ADMISSÃO: 1 de março de 1966 Já enviou os 9 exemplares de sua tese

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

Cert. à parte de Junho, vindo endereço:

ANO	Semestre	DD/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Estrut. Educ. Bras. I				3
			Psico-Psicol.				3
			Plan. Educac. II				3
			Fat. Sócio Econ. Educ.				3
	2º		Pesquisa Educacional II				3
			Estrut. Educ. Bras. II				3
			Teorias Pol. Fil. Educ.				2
			Técnicas Plan. Educ.				2
							24

ANO	Semestre	DD/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S): — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE: Pierre Furter: De uma pedagogia inadequada. Personalista a uma pedagogia social personalista.

SUPERVISOR Dinora Capalbo

NOTA

DEFESA DA TESE APROVADA EM 12 de Julho de 1972

CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

5. Leila Borges de Araújo

Joycimar Barcellos[5]
Simone Henriques Lima[6]

Leila Borges de Araújo nasceu em 10 de agosto de 1943 no município de Uberaba (MG) e é a filha mais velha de Maria Altiva Borges de Araújo e Fausto Borges de Araújo. Seu pai era fazendeiro pecuarista, o que possibilitou à Leila uma vivência com o campo desde seu nascimento, lugar em que ela afirma ter vivido os melhores momentos de sua infância (Dias, 2023).

Aos sete anos de idade, Leila precisou deixar a fazenda em que morava com os pais para estudar. Mudou-se para Uberaba e passou a viver com seus tios. Estabeleceu-se em Uberaba, dando continuidade aos seus estudos até o nível superior, mas sem nunca deixar por completo a fazenda, onde sempre passava suas férias.

Cursou a graduação em Pedagogia na Faculdade de Ciências e Letras São Tomás de Aquino entre 1962 e 1965. Durante a graduação, Leila participou do movimento estudantil em Uberaba. Em 2 de junho de 1965, foi eleita secretária-geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) de Uberaba, integrando a diretoria responsável pela gestão 1965-1966 (Lacerda Filho, 2006). Ainda na graduação, atuou como professora do Curso Normal nas cidades de Uberaba e Conceição das Alagoas. Segundo seu próprio relato, essa experiência foi possibilitada pela carência de professores existente, à época, nessas cidades.

Por intermédio da amiga Maria Helena Dias Gomes, com quem cursou a graduação em Pedagogia, soube da possibilidade

[5] Doutora em Educação, PUC-Rio; Mestra em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia, PUC-Rio; Professora da Rede Federal de Ensino, vinculada ao Departamento de Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.
[6] Doutoranda em Educação, PUC-Rio; Mestra em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia das Séries Iniciais, UERJ; Professora dos Anos Iniciais da Rede Federal de Ensino do Rio de Janeiro; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

de obter uma bolsa de estudos junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para cursar o mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em 1966, ambas se mudaram para o Rio de Janeiro e ingressaram na primeira turma do programa.

Leila destaca que o curso de mestrado em educação da PUC-Rio era tido como um curso muito importante para quem pretendia se dedicar à formação em nível de pós-graduação, e essa foi sua principal motivação. Ao conhecer a universidade, o ambiente físico da instituição e o bairro da Gávea, onde está situada a universidade, também foram pontos considerados muito positivos.

Durante o mestrado, Leila dedicou-se integralmente ao curso. Seu trabalho de conclusão, à época denominado tese, foi orientado pelo professor Paulo Novais e intitulou-se "A evolução dos objetivos de desenvolvimento de pessoal na experiência empresarial brasileira como um caso de educação informal". A defesa foi realizada em 26 de março de 1973, ocasião em que o trabalho foi aprovado por unanimidade pela banca avaliadora.

Em seu trabalho Leila analisou, a partir da distinção entre os conceitos de educação e de desenvolvimento de pessoal, a evolução dos objetivos e da estrutura da experiência empresarial brasileira. Seu foco de investigação foram os dados referentes à Rede Ferroviária Federal S.A. (Araújo, 1973).

Após a conclusão do mestrado, sua atuação profissional distanciou-se do magistério. Suas experiências, a grande maioria em cargos de liderança, foram voltadas à área de recursos humanos, mostrando o caráter multifacetado de sua formação. Leila considera que as disciplinas na área de planejamento foram fundamentais para sua formação e destaca também que, especificamente para a atuação na área de recursos humanos, as disciplinas de Estatística e Pesquisa foram essenciais por possibilitarem familiarização com o tratamento estatístico e com a parte orçamentária da atividade de recursos humanos.

Sua primeira atuação após receber o título de mestre foi na área de treinamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), instituição brasileira de educação profissional voltada para o comércio, serviços e turismo. Durante cinco anos na instituição, onde chegou ao cargo de supervisora, desempenhou o papel de responsável pelo planejamento, acompanhamento e orientação dos processos de formação profissional.

Em seguida atuou em cargo de chefia na área de avaliação de treinamento da empresa Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A, responsável pela telefonia no estado do Rio de Janeiro antes da privatização, em 1998. Posteriormente, foi gerente de treinamento na empresa Elevadores Otis do Rio, com atuação concomitante na fábrica da empresa, com sede em São Paulo.

Sua experiência profissional mais longa foi na TV Globo, onde atuou durante 19 anos na área de Recursos Humanos. Seu último cargo foi o de diretora, com responsabilidade pelas áreas de desenvolvimento de pessoal, recrutamento, seleção, cargos e salários. Nessa função, Leila mantinha contato direto com executivos de diferentes áreas e participou da implantação de diversos projetos, entre eles os relacionados à participação nos resultados, à remuneração de contratos de vendas, à apuração dos resultados de eleições, em parceria com a área de informática, e à remuneração de executivos.

Em seu período de atuação na TV Globo, a empresa custeou para Leila um MBA Executivo, pós-graduação voltada à prática profissional em gestão e liderança, no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ).

Durante os anos de atuação profissional com recursos humanos no Rio de Janeiro, Leila também acompanhava as atividades desenvolvidas na fazenda de seu pai, no Tocantins (Pimenta, 2007). Ao aposentar-se, em 1996, retornou para sua cidade natal, onde chegou a atuar na área educacional à frente da gestão da creche comunitária para famílias de trabalhadores rurais

envolvidos com a criação de gado. Contudo, sua história com o campo falou mais alto.

Em 1999, com parte das economias acumuladas ao longo de 30 anos de trabalho, Leila adquiriu a Fazenda São Lourenço, situada a 25 km de Uberaba. Como proprietária da fazenda, passou a investir na criação de bovinos de raças selecionadas e na produção de cana-de-açúcar, esta última realizada por meio de arrendamento das terras, e participa ativamente do trabalho desenvolvido lá desde então. Sua vasta experiência na área de recursos humanos lhe deu ferramentas valiosas para a gestão de sua propriedade (Dias, 2023).

Parte de sua propriedade ainda lhe reservava uma surpresa: a Fazenda São Lourenço abriga patrimônio de relevância histórica e geológica, passando a ser parte do território do Geoparque Uberaba (Fidelis, 2026). A relação de Leila com o Geoparque se estabeleceu não apenas por meio de sua propriedade rural, mas também por sua atuação institucional em defesa do patrimônio de Uberaba. Em 2024, o território recebeu a chancela de Geoparque Mundial da UNESCO.

Envolvendo-se cada vez mais com a produção rural, começou a atuar em cooperativas, sindicatos rurais e entidades de bovinocultura. Entre essas entidades está a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), responsável pelo registro genealógico, melhoramento genético e promoção das raças zebuínas no Brasil, onde atualmente Leila desempenha a função de conselheira fiscal. Na associação, Leila foi a primeira mulher a compor um cargo de diretoria, além de ter atuado no corpo editorial da Revista ABCZ, com edições de 2008 a 2012. Foi ainda presidente do Conselho Curador do Museu do Zebu, diretora do Sindicato Rural de Uberaba, membro do Conselho Fiscal da Cooperativa dos Empresários Rurais do Triângulo Mineiro (CERTRIM) e diretora administrativo-financeira da Fundação Educacional para o Desenvolvimento das Ciências Agrárias (FUNDAGRI) (Santos, 2019).

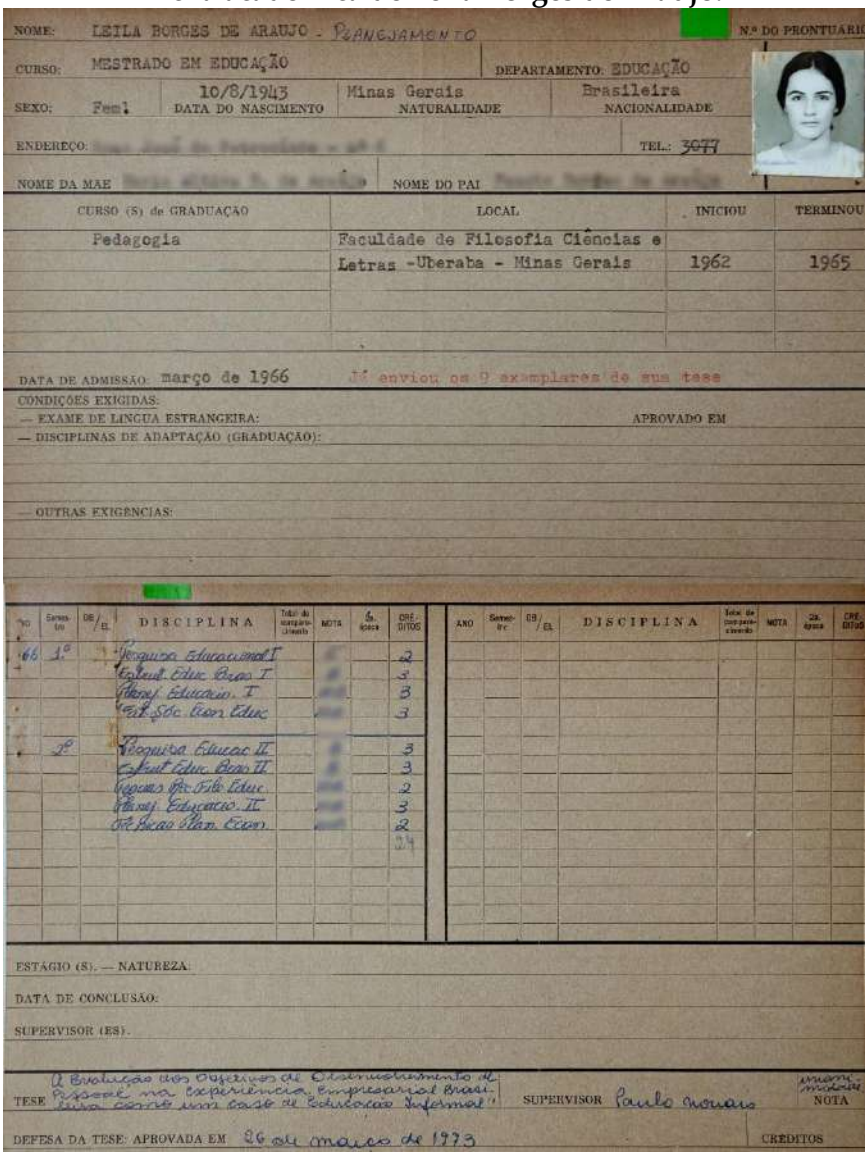
Considerada uma das figuras mais respeitadas da pecuária brasileira (Dias, 2023), hoje, aos 83 anos, continua atuando

ativamente no meio. Sua principal atividade profissional é como produtora rural, além de atuar como coordenadora de relacionamento institucional da cooperativa Credicitrus, principal financeira da rede Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), rede de instituições financeiras cooperativas que oferece serviços bancários aos seus membros, que são também seus proprietários.

Grande parte desta trajetória pôde ser reconstruída graças à generosidade de Leila, que compartilhou, em entrevista concedida especialmente para este livro, suas lembranças e experiências. Seu relato foi essencial para preencher lacunas e dar vida a acontecimentos que os documentos, muitas vezes, registram apenas de forma fragmentada.

Ao revisitar sua caminhada, fica evidente a importância que a educação teve em sua trajetória: o mestrado, em particular, ampliou seus horizontes e contribuiu para aproximá-la dos campos da gestão e do desenvolvimento de pessoas, abrindo caminhos que marcariam sua vida profissional. Assim, entre a educação, o mundo empresarial e, mais tarde, a vida no campo, Leila foi construindo, com curiosidade, iniciativa e disposição para novos desafios, uma trajetória singular e multifacetada.

Ficha acadêmica de Leila Borges de Araújo.



NOME: LEILA BORGES DE ARAUJO - PLANEJAMENTO — N.º DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — 10/8/1943 DATA DO NASCIMENTO — Minas Gerais NATURALIDADE — Brasileira NACIONALIDADE

ENDEREÇO: [redacted] — TEL.: 3977

NOME DA MAE [redacted] — NOME DO PAI [redacted]

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras -Uberaba - Minas Gerais	1962	1965

DATA DE ADMISSÃO: março de 1966 — Já enviou os 9 exemplares de sua tese

CONDIÇÕES EXIGIDAS:
— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM
— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	Ch. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Estrut. Educ. Bras. I				3
			Hist. Educação. I				3
			Est. Sóc. Econ. Educ.				3
	2º		Pesquisa Educac. II				3
			Estrut. Educ. Bras. II				3
			Tópicos de Fils. Educ.				2
			Hist. Educação. II				3
			Est. Econ. Plan. Educ.				2
							24

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES):

TESE: A Evolução dos Objetivos de Desenvolvimento de Pessoal na Experiência Empresarial Brasileira: Estudo de um caso de Educação Informal — SUPERVISOR: Paulo Novais — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM 26 de março de 1973 — CREDITOS

Acervo da PUC-Rio.

6. Lygia Souto de Azambuja

Jefferson da Costa Soares[7]

A Professora Lygia Souto de Azambuja foi uma das egressas da primeira turma do mestrado em Educação da PUC-Rio. Foi admitida em 15 de março de 1966, conforme "prontuário" (ficha cadastral), no primeiro programa de mestrado em Educação do país, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Ela nasceu em 14 de fevereiro de 1927, em Porto Alegre (RS). Graduou-se em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia da PUC-Rio, curso iniciado em 1957.

Era filha de Zaida Rache Souto e Amílcar Souto, advogado e comerciante que, segundo a edição de 2 de junho de 1923 do jornal "O Brasil", órgão do Partido Republicano, era proprietário da "creditada Pharmacia Moderna".

Inseriu-se na pós-graduação, portanto, na iminência de completar 40 anos. No contexto de sua inserção no mestrado, residia no bairro da Urca, tradicional ponto turístico no Rio de Janeiro, considerado seguro, onde estão abrigadas instalações residenciais, comerciais e de serviços ligados à comunidade militar, à qual seu marido Luiz Armando Franco de Azambuja pertencia.

No cumprimento das 9 disciplinas cursadas durante o mestrado, dentre elas Pesquisa Educacional I e II, Estrutura da Educação Brasileira I e II e Planejamento Educacional I e II, obteve sempre graus que oscilavam entre "muito bom" (em 7 disciplinas) e "bom" (em 2 disciplinas). Cabe ressaltar que, na época, o mestrado era um curso de 4 anos de duração.

Antes mesmo de concluir o mestrado, a Professora Lygia Azambuja se inseriu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

[7] Jefferson da Costa Soares Doutor em Educação, UFRJ; Mestre em Educação, UFRJ, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, UFRJ; Professor Adjunto do Departamento de Educação da PUC-Rio; Líder do Grupo de Pesquisa HISPROF, PUC-Rio.

(UFRGS). Em consulta aos dados funcionais da servidora, fornecidos pela Equipe do Departamento de Administração de Pessoal da UFRGS (DAP/UFRGS), verifica-se que ela exerceu o cargo de professora do magistério superior em regime de dedicação exclusiva a partir de 01 de março de 1969, possuindo como titulação máxima reconhecida "especialização em nível superior".

Aposentou-se em 03 de julho de 1991. A mesma Equipe informou que inexistem documentos digitalizados no assentamento funcional digital da servidora, tendo em vista o vínculo ser muito antigo. Buscaram-se dados sobre cursos e eventuais disciplinas ministradas pela professora, porém a Equipe da DAP/UFRGS informou que, caso ainda exista algum registro sobre a atuação da Professora Lygia, este só poderia ser localizado no âmbito da Unidade de atuação, a Faculdade de Educação (FACED/UFRGS).

Uma das professoras da FACED/UFRGS ratificou que não existem dados públicos sobre a atuação da professora Lygia que pudessem ser acessados, pois, como a Professora atuou há muito tempo, os registros mais antigos poderiam ser físicos.

No entanto, a Direção da FACED/UFRGS informou que a Professora Lygia Souto de Azambuja não consta no quadro de servidores ativos ou inativos da Faculdade de Educação da UFRGS. Por sua vez, a DAP/UFRGS alegou que talvez a Faculdade de Educação não disponha desses dados por serem antigos, porém confirmou que a servidora foi professora daquela Unidade, tendo em vista que a informação do registro de sua aposentadoria partiu da própria Faculdade de Educação.

A Professora ingressou e atuou sob a antiga nomenclatura de "Professor de 3º Grau" da UFRGS. Esse enquadramento era característico do magistério superior antes da Lei nº 12.772/2012, que estruturou o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal no Brasil.

Foi possível encontrar também registros da Professora Lygia Souto de Azambuja como integrante técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, na

representação do Rio Grande do Sul (INEP/RS). Cabe ressaltar aqui que uma das perguntas presentes na seleção para o mestrado remetia às contribuições que a Professora poderia oferecer à sociedade a partir da formação recebida.

O registro público de maior relevância em seu nome está atrelado à área de planejamento e pesquisa pública. Seu nome consta formalmente como representante do INEP/RS e participante do Grupo II (Levantamento de Dados) no "Seminário de Engenharia de Sistemas". O seminário resultou de um esforço conjunto entre a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), que posteriormente deu origem ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e o INEP.

Um relatório em que consta o nome de Lygia refere-se a um seminário realizado entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 1970, com vistas a fornecer "Sugestões para a Interação CNAE e INEP no Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI)". O documento demonstra um projeto em que se vislumbrava o uso do rádio, da televisão e de satélites americanos na transmissão de aulas e no combate ao analfabetismo.

O outro documento que leva o nome da Professora Lygia, datado de 1981, refere-se ao "Encontro Nacional de Secretários de Educação e de Cultura", promovido pelo MEC, em Brasília, entre 10 e 12 de junho de 1981. O tema do evento foi a Política de Diretrizes da Educação Básica. Nesse sentido, os objetivos do evento eram apresentar as diretrizes para a ação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) nas áreas de educação, cultura e desporto; apresentar e debater a estratégia do MEC para a educação básica; estabelecer formas eficazes de interação MEC/Unidades da Federação; e favorecer o intercâmbio de informações e experiências entre os participantes. Trata-se de uma espécie de relatório do evento, realizado num contexto em que João Figueiredo era o Presidente da República, Rubem Carlos Ludwig era o Ministro da Educação e o nome de Lygia Souto de Azambuja aparece vinculado à Secretaria de Planejamento, ocupando a função de Coordenadora.

Não foi possível encontrar uma produção científica registrada em nome da Professora (como artigos, livros ou sua dissertação de mestrado) nos principais repositórios digitais abertos, sugerindo que sua atuação institucional na UFRGS se deu em período anterior à digitalização massiva de currículos e repositórios acadêmicos. Essa constatação dificultou a elaboração mais detalhada de aspectos da sua trajetória intelectual.

Assim, como não encontramos o seu perfil em plataformas como Lattes ou o Google Acadêmico, as opções para investigação de sua trajetória intelectual ou área de especialidade são o Arquivo Central da UFRGS ou o Repositório Digital da UFRGS (LUME), onde seria possível realizar uma busca manual por atas antigas de conselhos ou programas de disciplinas eventualmente assinados por ela em décadas passadas.

Para fins de reconstituição histórica, a análise da trajetória e do perfil da Professora Lygia Azambuja aponta para uma carreira docente consolidada sob as antigas diretrizes de organização do ensino superior federal. Como ela não possui dados ativos em plataformas digitais contemporâneas (como repositórios de indexação web), o mapeamento de sua trajetória perpassa as evidências trazidas neste verbete. O recorte temporal entre 1970 e 1990 foi o período mais relevante para compreender a atuação de Lygia Souto de Azambuja.

A Professora aposentou-se em 3 de julho de 1991, sob o regime estatutário federal instituído pela Lei nº 8.112/1990. Os registros do Tribunal de Contas da União (TCU) que tratam da legalidade de sua aposentadoria demonstram uma transição regular para a inatividade após o cumprimento do tempo de serviço exigido à época. Essa passagem ocorreu, portanto, no contexto da transição constitucional de 1988 e da implantação do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais. O nome da Professora consta ainda em processos judiciais de reajuste da remuneração de servidores públicos civis federais, como disputas envolvendo o índice de 28,86%, decorrente das Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993, no

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), além de registros de análise de sua aposentadoria pelo TCU.

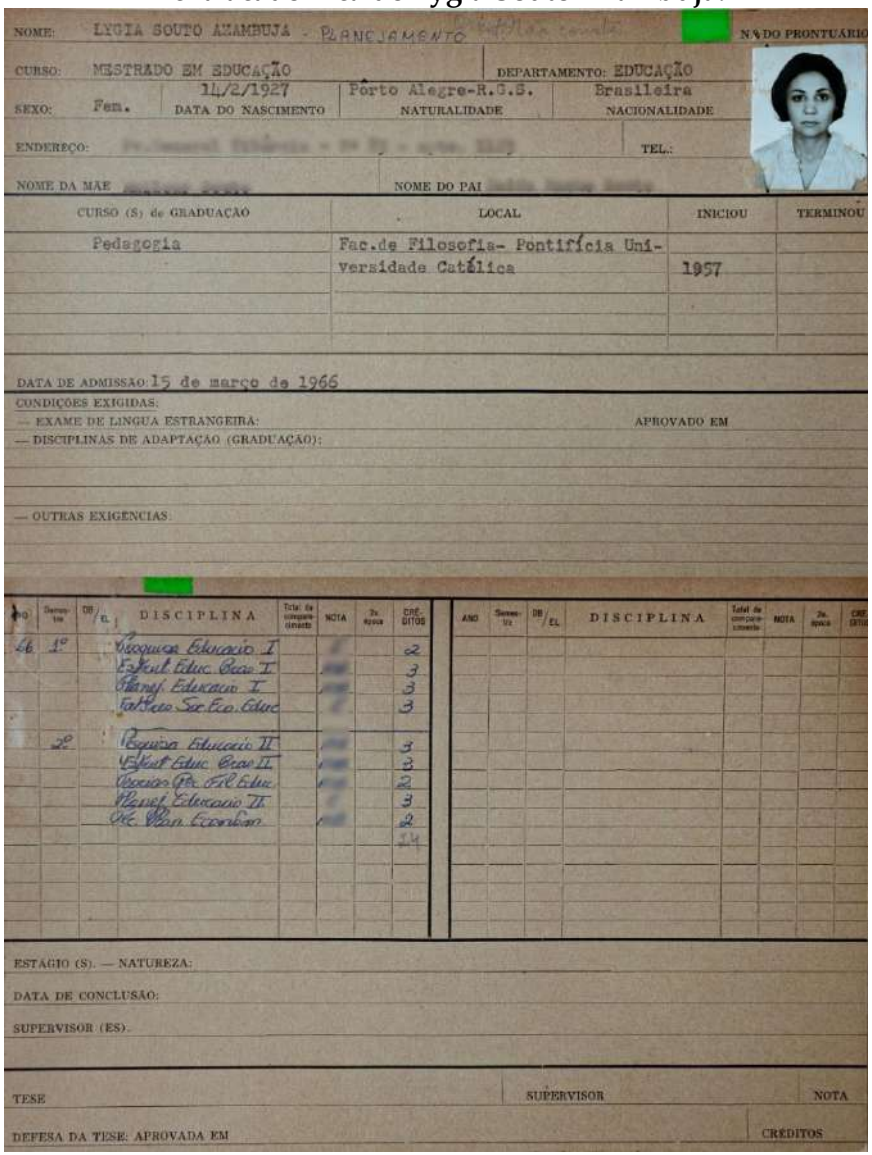
Em termos de engajamento em pleitos coletivos, a trajetória pós-aposentadoria da Professora Lygia inclui a participação ativa em ações judiciais coletivas movidas junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Ela integrou processos movidos por servidores da UFRGS pleiteando correções e reajustes históricos, como os índices de 28,86% (decorrentes das Leis nº 8.622/1993 e nº 8.627/1993), movimento que mobilizou grande parte do corpo docente gaúcho nas décadas de 1990 e 2000.

O falecimento da Professora Lygia ocorreu em 24 de junho de 2012, conforme portaria publicada no Diário Oficial da União. O desligamento administrativo definitivo gerou a abertura do processo de pensão civil, ratificado pela Imprensa Nacional, em favor de seu marido.

Não foram encontrados indícios de que a Professora Lygia tenha ministrado aulas; porém, os registros históricos revelam que sua trajetória profissional alcançou funções de formulação de políticas educacionais em nível nacional.

Evidencia-se, assim, um perfil profissional voltado ao planejamento educacional, à administração escolar e ao desenvolvimento de pessoal de ensino. Parece ser possível enquadrar o perfil de Lygia Souto de Azambuja na categoria dos "docentes-técnicos". Essa categoria de professores foi responsável por estruturar os moldes burocráticos e pedagógicos de universidades federais na transição entre a Reforma Universitária de 1968 e a consolidação das diretrizes modernas de ensino nos anos 1990.

Ficha acadêmica de Lygia Souto Azambuja.



NOME: LYGIA SOUTO AZAMBUJA - PLANEJAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — 14/2/1927 DATA DO NASCIMENTO — Pôrto Alegre-R.G.S. NATURALIDADE — Brasileira NACIONALIDADE

ENDEREÇO: — TEL.:

NOME DA MÃE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Fac.de Filosofia- Pontifícia Universidade Católica	1957	

DATA DE ADMISSÃO: 15 de março de 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de conceitos obtidos	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Fund. Educ. Bras. I				3
			Planej. Educacional I				3
			Tat Bras. Soc. Eco. Educ				3
	2º		Pesquisa Educacional II				3
			Fund. Educ. Bras. II				3
			Psicol. do Ens. Educ.				2
			Planej. Educacional II				3
			Org. Plan. Econômico				2
							24

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de conceitos obtidos	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES):

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

7. Margarida Efigênia Câmara

Vitória Regina Dias Lima[8]

A trajetória de Margarida Efigênia Câmara, integrante da primeira turma do Mestrado em Educação da PUC-Rio, em 1966, permite acompanhar diferentes processos de formação e atuação profissional no campo educacional brasileiro ao longo da segunda metade do século XX. Durante a reconstrução de seu percurso formativo e profissional, realizada a partir de fontes documentais, observaram-se os diferentes espaços institucionais pelos quais transitou, desde sua formação em instituições confessionais mineiras até sua inserção na pós-graduação e, posteriormente, em espaços de atuação profissional vinculados ao ensino superior.

Nascida em 9 de março de 1942, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, Margarida Efigênia Câmara era filha de Jaime André da Câmara e Margarida de Souza Câmara. Os primeiros vestígios documentais de sua trajetória escolar remetem ao Colégio Nossa Senhora das Dores (CNSD), localizado em São João del-Rei - MG, instituição administrada pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e historicamente vinculada à formação feminina e à preparação de professoras primárias. Inserido no conjunto de instituições educacionais mantidas por congregações católicas, o CNSD articulava princípios religiosos e valores associados à formação moral a uma proposta de instrução escolar e pedagógica.

Após essa etapa de sua formação, Margarida ingressou no curso de Pedagogia da Faculdade Dom Bosco, também em Minas Gerais, onde realizou sua graduação de 1961 a 1965. Sua formação inicial ocorreu em instituições educacionais vinculadas à tradição católica mineira. Dessa forma, a passagem por esses diferentes espaços de formação evidencia a presença marcante de instituições

[8] Mestranda em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia, UNIRIO; Membro do Grupo de Pesquisa em História da Profissão Docente e das Disciplinas Escolares (HISPROF), PUC-Rio.

confessionais tanto em sua trajetória escolar quanto acadêmica, desde a educação básica até a conclusão do curso de Pedagogia.

Concluída a graduação, seu caminho assumiu uma nova direção. Em 1966, Margarida ingressou na recém-criada pós-graduação em Educação da PUC-Rio, integrando sua primeira turma de mestrado. Nesse período, passou a fazer parte de um programa ainda em processo de construção, em um contexto de expansão e institucionalização da pós-graduação brasileira.

Após a conclusão da pós-graduação, sua trajetória profissional se encaminhou para um projeto técnico-pedagógico do governo federal. Na década de 1970, sua atuação esteve associada à avaliação da utilização de novas tecnologias de comunicação de massa aplicadas à educação escolar primária. Margarida integrou a equipe técnica do Projeto SACI, desenvolvido no Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), sediado em São José dos Campos (SP). O projeto propunha a utilização de recursos como rádio, televisão e comunicação via satélite como instrumentos para ampliar o alcance das ações educacionais, especialmente em regiões mais afastadas dos grandes centros.

A participação de Margarida no Projeto SACI pode ser identificada, entre outros registros, por sua autoria no documento intitulado *Relatório parcial de avaliação do curso de capacitação (Missão I)*, referente ao mês de janeiro de 1973, publicado pela Divisão de Planejamento e Avaliação Educacional (GPAE) do INPE, em abril daquele ano. O documento constitui uma fonte particularmente relevante para a compreensão de sua atuação profissional, uma vez que evidencia sua participação nos processos de acompanhamento e avaliação das experiências educacionais desenvolvidas no projeto.

No relatório, Margarida dedicou-se ao tratamento e à análise de dados pedagógicos e gerenciais coletados pelo Sistema de Supervisão nas escolas primárias participantes do experimento. Entre os aspectos analisados estavam a recepção dos programas transmitidos por televisão e rádio, a adequação do vocabulário utilizado, a velocidade de apresentação dos conteúdos, o

preenchimento das folhas de respostas do denominado Material de Acompanhamento e as dificuldades apresentadas pelos professores envolvidos no projeto. A análise contemplava diferentes áreas do conhecimento e da formação docente, entre elas Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Noções Pedagógicas.

Ainda na década de 1970, a trajetória profissional de Margarida Efigênia Câmara passou a incluir também sua atuação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). De acordo com informações fornecidas pela própria Universidade, Margarida integrou o quadro da instituição entre 1975 e 1991, período que corresponde a dezesseis anos de atuação profissional. Esse novo espaço de atuação permite acompanhar a continuidade de um percurso que, após sua formação em Minas Gerais, seu ingresso na pós-graduação em Educação e sua participação no Projeto SACI, passou a compreender também sua inserção no ensino superior.

A documentação institucional possibilita identificar alguns momentos desse percurso na UFRN. Em 23 de fevereiro de 1978, a Resolução nº 39/78 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) homologou o concurso para provimento do emprego da categoria funcional de Professor Assistente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), estando Margarida Efigênia Câmara entre os nomes relacionados no documento. Esse registro constitui uma evidência documental de sua vinculação ao quadro docente da Universidade.

Outros registros permitem acompanhar a continuidade de sua trajetória profissional na instituição nos anos seguintes. Em 1983, seu nome aparece na Portaria nº 04/83-R, de 14 de janeiro daquele ano, publicada no Diário Oficial da União em 24 de fevereiro. Expedida pela Reitoria da UFRN, a portaria tratava da progressão vertical de professores do quadro da Universidade, oferecendo outro vestígio documental de sua permanência e de seu percurso na instituição.

A atuação de Margarida Efigênia Câmara entre 1966 e o final da década de 1970 ocorreu em meio à ditadura militar brasileira e às políticas de modernização implementadas naquele período. A educação ocupou espaço significativo nas ações de planejamento estatal e nas iniciativas voltadas à ampliação e à organização dos sistemas de ensino, permitindo situar sua experiência profissional no interior das políticas educacionais então desenvolvidas. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/1971 e a presença de perspectivas tecnicistas nas políticas educacionais do período conferiram destaque a aspectos como planejamento, eficiência e organização dos processos de ensino. No INPE, sua atuação pode ser compreendida especialmente pelo trabalho desenvolvido com tabelas estatísticas, avaliação sistemática do fluxo de aprendizagem e acompanhamento do Material de Acompanhamento, procedimentos utilizados na avaliação das experiências educacionais realizadas em larga escala.

A presença de disciplinas como Educação Moral e Cívica, tornada obrigatória pelo Decreto-Lei nº 869/1969, nos formulários de avaliação do Projeto SACI também permite situar o projeto no contexto das diretrizes educacionais vigentes durante o regime militar. Os registros analisados mostram que iniciativas de teleducação por rádio e televisão incorporavam componentes curriculares definidos pela legislação educacional daquele período, ao mesmo tempo em que buscavam responder a questões relacionadas ao acesso ao ensino e à formação de professores.

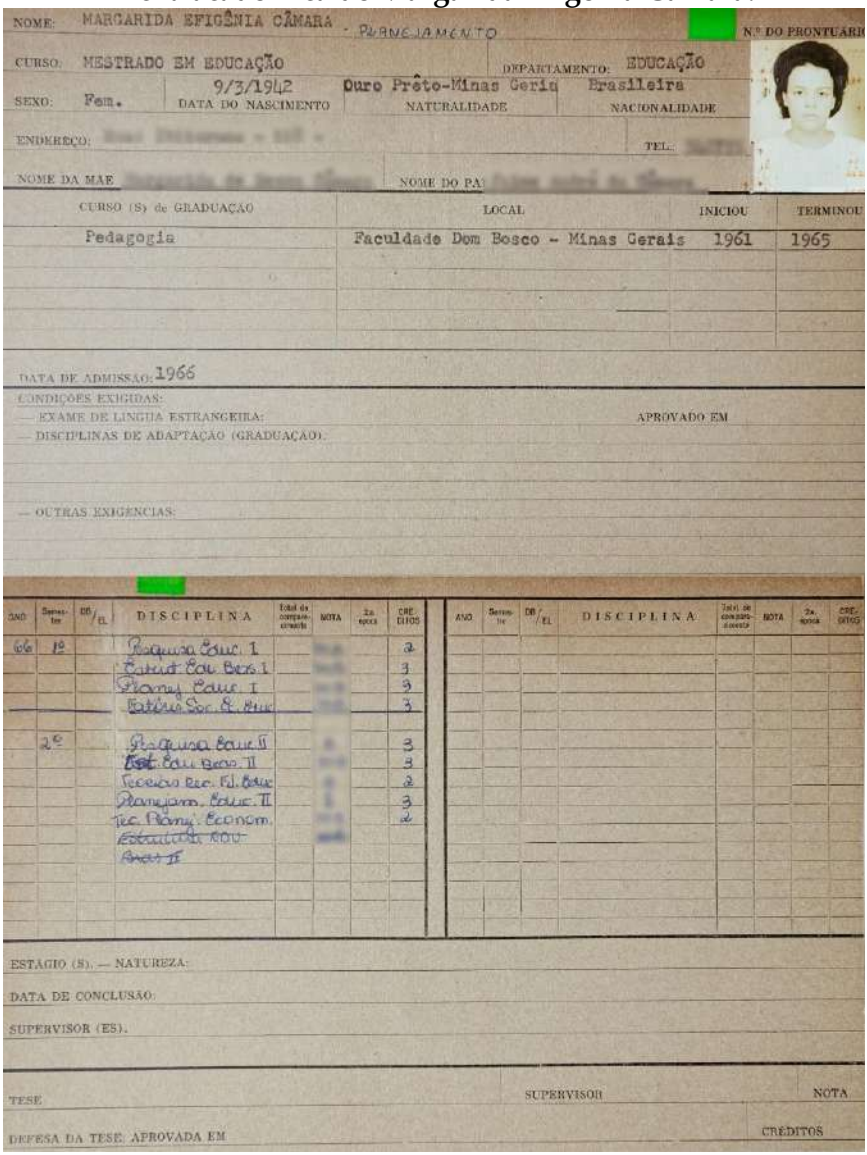
A reconstituição da trajetória de Margarida Efigênia Câmara oferece elementos para compreender aspectos do perfil acadêmico e profissional construído por uma integrante da primeira turma do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da PUC-Rio, em um período de consolidação e expansão da pós-graduação brasileira. O percurso identificado evidencia uma atuação profissional marcada pelo planejamento, pela avaliação de experiências educacionais e pela posterior inserção no ensino superior. Para além de uma formação restrita à dimensão teórica, a experiência de pós-graduação vivenciada por Margarida parece ter

contribuído para sua atuação diante das exigências técnicas relacionadas à expansão educacional brasileira, articulando a produção documental, a aplicação de instrumentos pedagógicos e sua participação em diferentes espaços institucionais da educação.

Cumpre ressaltar, contudo, as limitações impostas pela natureza do acervo documental. Embora os registros confirmem formalmente a permanência de Margarida Efigênia Câmara na Universidade Federal do Rio Grande do Norte ao longo de dezesseis anos, conforme comprovam os atos de homologação do concurso, em 1978, e de progressão funcional, em 1983, não foram obtidos dados adicionais detalhados sobre o desenvolvimento posterior de sua trajetória na UFRN. A ausência de registros digitalizados acessíveis ou de repositórios contemporâneos contendo planos de curso, atas de conselhos ou produções acadêmicas posteriores a esse período impede o mapeamento de suas atividades docentes, administrativas ou de extensão na instituição nas décadas seguintes. Ainda assim, os registros localizados permitem delinear aspectos significativos de sua atuação profissional e de sua inserção no campo educacional.

O percurso de Margarida Efigênia Câmara entre diferentes instituições e espaços de atuação revela uma profissional envolvida com questões educacionais de seu tempo, passando pela formação acadêmica, pela utilização de tecnologias no ensino, pelos processos de avaliação educacional e pela atuação no ensino superior público. Os registros localizados permitem, assim, restituir parte de uma trajetória ainda pouco conhecida e compreender a singularidade e a importância de seu percurso no campo da educação brasileira.

Ficha acadêmica de Margarida Efigênia Câmara.



NOME: MARGARIDA EFIGÊNIA CÂMARA - PLANEJAMENTO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 9/3/1942 — NATURALIDADE: Ouro Prêto-Minas Gerais — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: — TEL:

NOME DA MÃE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade Dom Bosco - Minas Gerais	1961	1965

DATA DE ADMISSÃO: 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:
— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM
— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):
— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	OB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educ. I				2
			Estrut. Edu. Bras. I				3
			Planej. Educ. I				3
			Estágio Sup. E. Educ.				3
	2º		Pesquisa Educ. II				3
			Est. Edu. Bras. II				3
			Tecnol. Ens. El. Educ.				2
			Planejam. Educ. II				3
			Tec. Planej. Econom.				2
			Estrutura Educ.				
			Anat. II				

ANO	Semestre	OB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

8. Maria Helena Dias Gomes

Andréa Miguel Abrantes Ferreira[9]

Narrar a trajetória de Maria Helena Dias Gomes Tauhata é contar, em escala íntima, o papel transformador da educação, a luta das mulheres por espaços de reconhecimento, os constrangimentos e disputas em torno da identidade do curso de Pedagogia, o enfrentamento de fatos históricos nacionais, a relevância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) na consolidação da pós-graduação em educação no país e, sobretudo, o testemunho de longevidade e legado potente. Nessa meta, as informações aqui reunidas decorrem do intercâmbio entre fontes documentais e também da entrevista concedida pela própria Maria Helena à pesquisadora-autora, em setembro de 2026, com autorização expressa da entrevistada para uso e divulgação. Alguns trechos transcritos da entrevista foram incorporados ao texto e encontram-se devidamente destacados.

Nascida em 3 de janeiro de 1944, em Uberaba, município brasileiro do interior do estado de Minas Gerais, localizado no Triângulo Mineiro, a 481 km a oeste da capital estadual, Maria Helena pertence à geração de mulheres que precisou negociar intensamente com a tradição de sua época para estudar, trabalhar e protagonizar na dimensão do feminino, resistindo e militando em defesa de suas convicções. Como ela própria afirma: "Eu vivi numa época que eu não deveria ter vivido, deveria ter vivido depois".

Filha de José Gomes da Silva, diretor regional dos Correios de Uberaba, e de Clotilde Dias Gomes, também funcionária dos Correios, desde cedo, dentre outros sonhos, desejou a área da Engenharia, mas foi desencorajada pelo pai, que considerava a profissão "não feminina". E assim, impede-se a engenheira e nasce

[9] Doutora em Educação, PUC-Rio; Mestre em Educação, UFRJ; Licenciada em Pedagogia, UERJ; Professora efetiva do Colégio Pedro II; Membro do Grupo de Pesquisa HISPROF, PUC-Rio.

a educadora. Não como resignação, mas como profunda convicção: "Eu sempre achei que pela educação você consegue modificar as pessoas, que crescem e se tornam independentes. Eu achava que esse era o caminho que o Brasil deveria percorrer".

Maria Helena iniciou seu processo de escolarização no Grupo Escolar Matta Machado, em Diamantina, mas, autodeclarada católica, prosseguiu seus estudos em instituições confessionais. Nesse viés, ao terminar o primário e passar pelo Exame de Admissão, cursou o Ensino Secundário, em seus dois ciclos, Ginasial e Colegial – com opção pelo Científico, que tinha formação marcada por um estudo maior de ciências –, em Uberaba, no Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido pelas Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils. Em sequência, na mesma cidade, mantendo o vínculo com a congregação já conhecida e seu projeto educacional, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, onde, em 1965, formou-se em Pedagogia.

Ao colocar-se em ação na área da educação, ainda graduanda em Pedagogia, Maria Helena atuou junto ao Centro Acadêmico, alfabetizando adultos pelo método Paulo Freire nas periferias da cidade. Era um gesto político e pedagógico numa época em que a Pedagogia era chamada, dentro da própria faculdade, de curso "espera marido", como se fosse "o patinho feio" dos cursos superiores. Nessa direção, identificando-se com a meta da ruptura da chamada "educação bancária", buscou possibilitar o encontro entre pessoas que, mediatizadas pelo mundo, poderiam aprender juntas a ler a própria realidade para transformá-la, objetivando dar oportunidade ao oprimido de se tornar sujeito da sua própria história.

E assim, a ousadia e as convicções construídas levaram Maria Helena para além de Minas. Isso porque, ao final da graduação, um comunicado da PUC-Rio chegou às faculdades católicas do país, anunciando e divulgando a criação do Mestrado em Educação, o primeiro do país. Então, percebendo o perfil visionário e o potencial de algumas alunas, uma professora dominicana incentivou Maria

Helena e sua amiga inseparável desde o ginásio, Leila Borges de Araújo, a participarem da seleção para a pós-graduação. Nessa motivação, as duas tomaram uma decisão incomum para jovens do interior: não procurar emprego e conquistar a aprovação para migrar rumo ao Rio de Janeiro. Isso foi, além de uma experiência singular, uma tática para forjar as regras do núcleo familiar, pois disse-lhe o pai: "Filha minha não sai de casa sem casar".

Ao romper expectativas, Maria Helena saiu de casa. Sem garantias, junto com a amiga Leila, instalou-se em um pensionato em Botafogo e foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vivenciando a condição de aluna efetiva da turma de Mestrado em Educação da PUC-Rio. Diante disso, sobre o curso, recorda-se da consistência e seriedade do processo de formação, mas também das dificuldades iniciais concretas, incluindo a escassez de bibliografia e os desafios do ineditismo da pós-graduação em educação no Brasil. Além disso, cita a inspiração de professores como José Carmelo e Padre Benko e, sem deixar de lado algo pessoal, traz a experiência do estranhamento cultural relativo ao seu sotaque do Triângulo Mineiro.

Foi ali, no espaço geográfico da universidade, naquele ambiente de efervescência intelectual, que Maria Helena conheceu Luiz Tauhata, professor da Universidade de Brasília (UnB), que, em 1965, após a invasão da citada universidade e a demissão arbitrária de docentes pelo regime militar, integrou o movimento de demissão coletiva de professores, episódio paradigmático da resistência universitária à ditadura. Nesse encontro afetivo, durante o próprio mestrado, casaram-se. O casal viveu junto até Luiz Tauhata falecer, em 2022. Da união, nasceram três filhos – dois homens e uma mulher – e seis netos.

Ainda sobre Luiz Tauhata, de quem Maria Helena muito se orgulha e cujo sobrenome agregou ao seu, vale registrar que foi formado em Engenharia Civil pela Universidade de Uberaba – em sintonia com as origens da esposa. Também foi, em 1965, graduado em Física pela Universidade de Brasília e, em 1984, obteve seu doutorado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Aposentou-

se da Comissão Nacional de Energia Nuclear ao completar 70 anos de idade, na qual atuou desde 1979 e, especificamente, no Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), desde 1980. Ele foi um dos principais personagens da radioproteção brasileira, com influência científica que extrapolou as fronteiras de nosso país. É autor ou coautor de mais de 60 artigos em revistas indexadas e autor de quatro livros. A publicação "Radioproteção e Dosimetria: Fundamentos", disponível para livre download no site do IRD, já se encontra em sua 11ª edição.

A condição de esposa e mãe trouxe novas demandas práticas para Maria Helena. Nesse contexto, na concretização da conclusão do mestrado, ela integralizou os créditos e produziu a pesquisa intitulada "O uso da informática no processo e na avaliação da educação", com vistas à incorporação de tecnologias aos processos formativos. Todavia, não chegou a realizar a defesa pública da dissertação, por ter sido atravessada, como tantas mulheres – de ontem e de hoje –, pelo conflito entre os tempos da academia e os tempos da maternidade. Como narra a depoente na entrevista, o nascimento do filho implicou a perda dos prazos regimentais: "Meu filho nasceu. Perdi os prazos e nunca tive oportunidade de voltar ao tema, a não ser concretamente no trabalho". Obteve, assim, o certificado de pós-graduação lato sensu, mas não o título de mestre. Contudo, ainda que sem a chancela formal do título, converteu seu objeto de investigação em prática, ao operacionalizar, nas suas experiências profissionais, o uso efetivo de recursos tecnológicos.

Sobre sua experiência profissional, de 1967 a 1972, a convite do Professor Carmelo, Maria Helena lecionou na própria PUC-Rio. Porém, nesse tempo, sua sala de aula foi também o Brasil profundo, com atuação no Curso Normal do Colégio São Judas Tadeu, em Uberaba, e no Curso Normal de Conceição das Alagoas, para onde foi a partir de uma proposta do prefeito local, ao lado de Leila, ministrando Sociologia, Filosofia e História da Educação, mas sem energia elétrica, à luz de lamparina, escrevendo com carvão sobre um lençol branco estendido na parede como quadro-negro.

Em 1971, ainda professora da PUC-Rio, Maria Helena prestou concurso para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), incentivada por Leila, que, sendo vinculada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), não concorreria. De fato, Maria Helena foi aprovada e ingressou como Técnica Superior de Educação. A missão da empresa, desde então, era desenvolver e apoiar iniciativas com a intencionalidade de melhorar o acesso da população aos seus direitos essenciais, contribuindo para o desenvolvimento social dos territórios e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. De forma colaborativa, a empresa tem uma história de atuação no desenvolvimento de projetos de educação e saúde para fortalecer políticas públicas e contribuir para a promoção de transformações sociais estruturantes nos territórios em que atua. Diz Maria Helena o seguinte: "A Vale era, naquele momento, um Estado dentro do Estado, pois chegava a lugares onde não existia nada além da ferrovia e das vilas operárias e precisava prover o que o poder público não provia".

Mediante experiência singular na CVRD, seu trabalho se desdobrou em três frentes pioneiras. Primeiro, a gestão da rede de escolas de primário e ginásio, mantidas pela empresa ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas, cujo orçamento, como recorda, "era maior que o das prefeituras". Em segundo, a estruturação da área de Formação Profissional e Qualificação, em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criando cursos diplomados para funções técnicas de nível intermediário, com análise de ocupação e formação dentro das oficinas. Terceiro, o desafio estratégico do Projeto Carajás, o maior empreendimento minero-logístico já implantado no Brasil: a partir da maior reserva de minério de ferro de alto teor do mundo, na Serra dos Carajás (PA), a Vale construiu um sistema integrado mina-ferrovia-porto, com a mina a céu aberto, a Estrada de Ferro Carajás de 892 km até São Luís e o Terminal de Ponta da Madeira, estrutura que transformou a empresa em líder global e lançou, em 1980, o Programa Grande Carajás como projeto de ocupação e desenvolvimento da Amazônia Oriental.

Sobre o Projeto Carajás, há muito o que relacionar ao trabalho de Maria Helena na empresa, pois se sabe que isso esteve vinculado à Amazônia Mineração S.A. (AMZA), criada em 1970 como joint venture – uma associação de duas ou mais empresas que edificam uma terceira empresa para um projeto específico – entre a CVRD (51%) e a United States Steel Corporation (US Steel) (49%) para viabilizar Carajás. A AMZA foi desfeita em 1977, quando a siderúrgica americana, em crise e divergindo do modelo grandioso de mina-ferrovia-porto defendido pelos militares e pela Vale, vendeu sua participação, deixando a Vale como única dona do projeto e livre para implantar o Sistema Norte, que entraria em operação em 1985. Nesse cenário, o setor de atuação de Maria Helena foi convocado para organizar não apenas escolas, mas toda a estrutura de formação profissional nos estados por onde a empresa atuava: Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão e Pará. Desse percurso, ascendeu à gerência de Formação Profissional, Qualificação e Treinamento e, depois, à gerência de Recursos Humanos, passando a formular políticas de RH para toda a empresa.

Em 1995, Maria Helena aposentou-se pela CVRD, recebendo placa de homenagem por serviços prestados e honrarias que divide com a equipe que formou, com a qual compartilhou saberes e somou forças a partir do compromisso com seu ofício. Da passagem pela empresa, o que de fato fazia, reconhece hoje, mesmo sem a nomeação necessária na época, era uma "pedagogia industrial" e/ou "pedagogia empresarial", fabricando a eficiência do trabalhador e a identidade do funcionário com a corporação. Entretanto, após a aposentadoria, descobriu um outro jeito de se manter em comunhão com a empresa e exercitar o senso de coletividade, assumindo função como membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Aposentados da Vale (APOSVALE), uma das associações de aposentados da CVRD que nasceu na esteira da privatização da empresa, em 1997, e também como representante da citada entidade no Conselho do Plano de Saúde Pós-Vale, benefício de assistência médica que a empresa mantém para quem se aposenta.

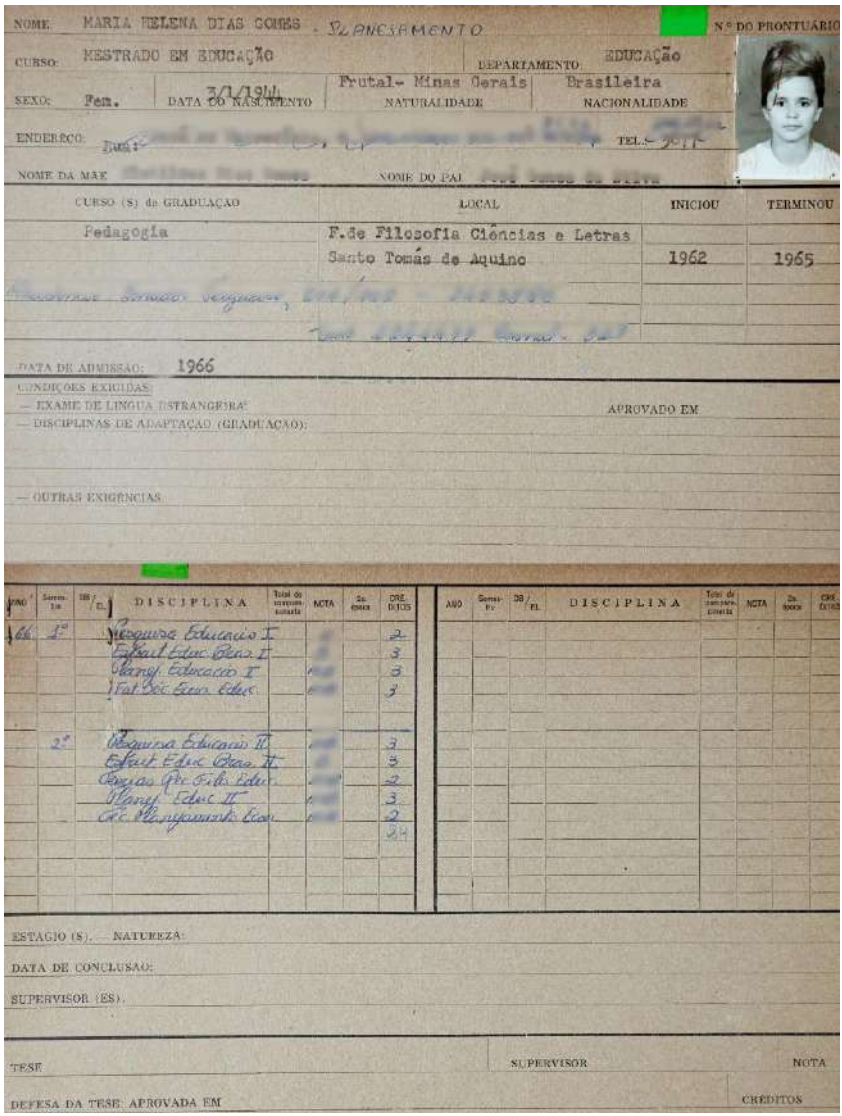
Nesse percurso como aposentada, cursou Direito, concluindo a graduação em 2001, na Universidade Bennett, como quem quitava uma dívida simbólica com o pai falecido, que nunca se conformara com a escolha pela Pedagogia. Definitivamente, longe de recolher-se, reinventou-se. E assim, iniciada no mundo do vinho pelo próprio pai, em uma época em que o Brasil não importava vinhos e era preciso garimpar rótulos, descobriu a profissão de sommelier ao almoçar com uma amiga mineira que avaliou um vinho com gestos de especialista. Perguntou e ouviu: "Sou sommelier". Decidiu cursar a formação e tornou-se profissional da área, professora e monitora de degustação do Curso de Formação Profissional da Associação Brasileira de Sommeliers (ABS-Rio), onde foi vice-presidente em várias gestões e onde permanece integrando a diretoria.

Hoje, aos 82 anos, residente em Ipanema, Maria Helena divide-se entre as aulas na ABS-Rio, as viagens a vinícolas e os encontros familiares em Minas Gerais. Sua atuação como sommelier não é apenas uma reinvenção profissional, mas também uma expressão de continuidade da curiosidade intelectual e da busca por excelência que marcaram toda a sua trajetória. Ao lecionar e orientar novas gerações de profissionais do vinho, Maria Helena reafirma o compromisso com a educação em diferentes campos do saber, demonstrando que o ato de ensinar transcende disciplinas e se converte em prática de vida. Sua presença na ABS-Rio é testemunho de que a pedagogia pode se manifestar em múltiplos espaços, inclusive na cultura e na gastronomia.

Concluindo, ao explicar à neta quem fora o avô, Luiz Tauhata, após ser reconhecida pelo sobrenome por um técnico de radiografia que o admirava, Maria Helena resumiu o legado de uma vida em duas palavras: ser correto e competente. Essa síntese, aparentemente simples, traduz valores que orientaram sua trajetória pessoal e profissional. Correta e competente, Maria Helena Dias Gomes Tauhata praticou o que defendia e, ao fazê-lo, ajudou a escrever capítulos da História da Educação no Brasil. O legado de Maria Helena é, portanto, múltiplo: educacional, social,

cultural e humano, inspirando futuras gerações a compreender que a educação é, antes de tudo, um ato de coragem e compromisso com a coletividade.

Ficha acadêmica de Maria Helena Dias Gomes.



NOME: MARIA HELENA DIAS GOMES — LANÇAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 3/1/19[illegible] — NATURALIDADE: Frutal- Minas Gerais — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: Rua: — TEL:

NOME DA MÃE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	F.de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino	1962	1965

DATA DE ADMISSÃO: 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:
— EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: APROVADO EM
— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):
— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci. exigida	NOTA	Nº de ordem	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacio I				2
			Estrut Educ Bras I				3
			Planej. Educacio I				3
			Fund Soc Educ				3
	2º		Pesquisa Educacio II				3
			Estrut Educ Bras II				3
			Orgas Pr Educ				2
			Planej. Educ II				3
			Org Planejamento Educ				2
							24

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci. exigida	NOTA	Nº de ordem	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES):

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

9. Maria Terezinha Moraes de Mello Éboli

Vanessa Weber de Castro[10]

Maria Terezinha Moraes de Mello Éboli nasceu em 19 de março de 1943, no Rio de Janeiro. Filha de Irene Moraes de Mello e João Batista de Mello, recebeu esse nome em homenagem à sua tia, Maria Terezinha de Mello Éboli, irmã mais velha de seu pai, escritora e estudiosa que, nas décadas de 1950 e 1960, trabalhou com Anísio Teixeira no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, experiência que ficou conhecida como Escola Parque de Salvador (Barros, 2020).

Essa experiência foi narrada no livro "Uma experiência de Educação Integral", escrito por Maria Terezinha de Mello Éboli (1969), a partir de uma encomenda do próprio Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Ainda em 1969, publicou o livro "Uma escola diferente", também sobre essa experiência, cujo prefácio foi escrito pelo próprio Anísio Teixeira.

Nesse sentido, é possível identificar, já no âmbito de sua formação familiar, uma aproximação com o campo educacional, considerando a trajetória de sua tia e sua atuação junto a uma das experiências de educação integral que marcou a história da educação brasileira.

A informação sobre a relação familiar foi fornecida por uma prima de Maria Terezinha Moraes de Mello Éboli, em contato realizado por e-mail, em maio de 2026. As poucas informações de caráter pessoal deste verbete foram obtidas por meio desse contato. Os demais dados relativos à produção acadêmica e à atuação profissional foram localizados por meio de pesquisa documental realizada nos acervos do Arquivo Histórico do INEP, do Arquivo

[10] Doutora em Ciências Humanas – Educação pela PUC-Rio; Mestre em Educação Musical pela UNIRIO; Licenciada em Educação Artística – Música também pela UNIRIO; Professora Titular do Departamento de Educação Musical do Colégio Pedro II; Membro do grupo de pesquisa "Educação, história e comunicação"

Nacional e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de pesquisas em fontes disponíveis na internet.

Outra fonte importante para esse verbete foi o relatório elaborado em 1969, no contexto do processo de credenciamento do curso de Mestrado em Educação da PUC-Rio, que apresenta dados relativos ao funcionamento das turmas de 1966, 1967 e 1968. O documento, que se intitula "Curso de Mestrado em Educação", encontra-se digitalizado e foi localizado no acervo disponível no site do Arquivo Nacional.

Após cursar Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), entre 1961 e 1965, Maria Terezinha ingressou na pós-graduação, integrando a primeira turma do pioneiro curso de Mestrado em Educação da mesma universidade, na área de concentração em Planejamento Educacional. Sua ficha de cadastro informa que, em 1966, cursou as disciplinas Pesquisa Educacional I e II, Estrutura da Educação Brasileira I e II, Planejamento Educacional I e II, Fatores Socioeconômicos da Educação e Técnicas de Planejamento Econômico, obtendo os conceitos E (excelente) e MB (muito bom) em todas elas.

De acordo com o relatório sobre o Curso de Mestrado em Educação da PUC-Rio de 1969, Maria Terezinha foi contemplada com uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), após a publicação do Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação (CFE), que estabeleceu diretrizes para a estruturação dos cursos de pós-graduação e possibilitou a participação da CAPES no financiamento de bolsas de estudo (PUC-Rio, 1969, p. 99).

Sua tese monográfica – denominação atribuída, à época, ao trabalho de conclusão do mestrado em educação – foi defendida somente em 19 de novembro de 1973. Sob a orientação da professora Célia Lúcia Monteiro de Castro, Maria Terezinha elaborou o trabalho intitulado "O professor de adultos: subsídios para uma formação adequada". A distância temporal entre o ingresso no mestrado e a defesa da tese monográfica, aproximadamente sete anos, merece destaque, sobretudo quando

comparada aos prazos atualmente praticados nos programas de pós-graduação. É necessário, contudo, considerar as especificidades históricas do curso, um dos pioneiros no Brasil, que se encontrava inserido em um contexto de constituição e institucionalização da pós-graduação em Educação no país. Tanto os prazos para a conclusão dos trabalhos quanto sua estrutura e as formas de desenvolvimento das pesquisas apresentavam características próprias daquele momento histórico.

No relatório de 1969 consta que a tese de Maria Terezinha estava em elaboração e tinha como título provisório "O trabalho de grupo no processo de aprendizagem". De acordo com o documento,

> O Curso de Mestrado da PUC-RJ tem adotado a "práxis" de incentivar o aluno à pesquisa experimental em educação. Neste sentido, cada aluno é obrigado a desenvolver na disciplina "Pesquisa Educacional II" um projeto de pesquisa, que via de regra já é relacionado à futura tese de Mestrado a ser elaborada (PUC-Rio, 1969, p. 87).

Assim, o título informado no relatório possivelmente correspondia ao projeto inicialmente elaborado na disciplina Pesquisa Educacional II. No entanto, Maria Terezinha acabou seguindo outro caminho, voltando-se para a perspectiva da educação de adultos, temática que a acompanharia, posteriormente, em sua trajetória profissional. Sua tese monográfica do mestrado compreendeu uma pesquisa com "professores da rede estadual de ensino supletivo de Salvador, Bahia" (Éboli, 1974, p. 14), com o objetivo de investigar as "características socioeconômicas do professor de adultos, suas dificuldades iniciais e atuais no trabalho no supletivo, no intuito de apresentar subsídios para sua formação adequada" (Éboli, 1974, p. 31).

A concepção de ensino de adultos apresentada no trabalho compreende essa modalidade como "parte integrante da educação permanente e não se constitui, unicamente, numa forma de

recuperar o tempo perdido para aqueles que não tenham alcançado, na época adequada, o nível de escolaridade exigido" (Éboli, 1974, p. 11). Partindo dessa perspectiva, a pesquisa enfatiza a necessidade de uma formação docente específica para aqueles que atuam na educação de adultos, considerando as particularidades desse público e dessa modalidade de ensino. Ao final, o trabalho apresenta recomendações e propostas voltadas à formação desses professores, buscando contribuir para o aprimoramento de sua preparação para o exercício profissional.

No texto, descreve-se de forma detalhada o processo metodológico de levantamento e análise dos dados, incluindo a apresentação de tabelas com os dados tabulados. A pesquisa foi realizada em Salvador, na Bahia. Embora o trabalho não apresente uma justificativa explícita para a escolha dessa localidade, é possível considerar a hipótese de que a realização da pesquisa pode ter sido favorecida por contatos estabelecidos por intermédio de sua tia, que atuava no Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Essa é apenas uma hipótese; não há, contudo, elementos documentais suficientes para estabelecer uma relação direta entre a atuação da tia e a escolha do local da pesquisa.

Por meio do Serviço de Estatística de Educação e Cultura (SEEC) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a autora obteve a informação de que 619 professores atuavam no ensino supletivo de Salvador em 1972. Após constatar que a Divisão de Educação de Adolescentes e Adultos (DEAA) da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) de Salvador não dispunha de uma relação sistematizada dos professores que atuavam especialmente na educação de adultos, a pesquisadora optou pelo contato direto com esses profissionais.

Para isso, os supervisores estaduais de Salvador foram convocados "pelo rádio e televisão, sendo transmitidos o local, a hora e o dia da reunião" (Éboli, 1974, p. 17). Foram necessárias duas reuniões para alcançar um total de 36 supervisores e viabilizar a aplicação de 603 questionários. Ao final, 544 questionários foram devolvidos à pesquisadora, constituindo a amostra da pesquisa.

Trata-se de um conjunto expressivo de participantes, especialmente considerando o contexto de uma pesquisa desenvolvida em nível de mestrado.

A mudança da temática na trajetória de Maria Terezinha pode ter sido influenciada também pelo impacto que o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) exerceu sobre as políticas e práticas voltadas à educação de adultos no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970. Embora já houvesse, desde a década de 1940, ações da política educacional direcionadas a esse segmento (Araújo, 2015), o Mobral constituiu uma iniciativa que conferiu grande visibilidade às ações de alfabetização de adultos.

O Mobral foi criado inicialmente pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e posteriormente oficializado pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968. Tratou-se de uma iniciativa desenvolvida pelo governo militar, com o intuito de legitimar sua presença e atuação junto às camadas populares:

> O lançamento do Mobral como campanha de alfabetização de massa, em 1970, prendeu-se diretamente à mobilização política canalizada através do movimento estudantil de 1968 e à promulgação do AI-5 em dezembro desse ano, constituindo-se tal campanha, juntamente com a expansão do ensino superior, num dos pilares da política educacional do governo militar no período. Enquanto a expansão do ensino superior visava, entre outros objetivos, atender à demanda das classes médias por esse nível de ensino e neutralizar o movimento estudantil, o Mobral foi montado como uma peça importante na estratégia de fortalecimento do regime, que buscou ampliar suas bases sociais de legitimidade junto às camadas populares, num momento em que ela se mostrava abalada junto às classes médias. Pelo seu caráter ostensivo de campanha de massa, o Mobral deve ser visto como um dos "programas de impacto" (ao lado, por exemplo, da Transamazônica) do governo Médici (Paiva, 2003, p. 337).

O impacto do Mobral como projeto de âmbito nacional, independentemente de seu financiamento pelo governo militar,

atrairia a atenção dos pesquisadores da área da educação, como possivelmente aconteceu com Maria Terezinha. Diante de censura e restrições impostas pelo regime militar, que condicionavam a produção e a circulação de determinados discursos, uma pesquisa baseada em dados obtidos por meio de questionários aplicados a professores, com predominância de questões fechadas, poderia constituir uma estratégia para evidenciar a necessidade de maior investimento na formação docente, sem necessariamente explicitar posicionamentos que pudessem resultar em retaliações por parte do governo.

Vale ressaltar que a própria obra de Vanilda Paiva (2003), utilizada neste verbete para referenciar a relação entre o Mobral e o governo militar, foi originalmente escrita em 1972, como resultado de seu mestrado também no Departamento de Educação da PUC-Rio. Entretanto, a seção dedicada ao Mobral foi incluída somente na sexta edição da obra, publicada em 2003. Esse dado permite problematizar as condições de produção, circulação e publicação da pesquisa acadêmica durante a Ditadura Militar, período em que determinadas temáticas e abordagens estavam sujeitas às restrições impostas pelo contexto político.

Em sua tese monográfica, Maria Terezinha refere-se ao Mobral como "órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos" (Éboli, 1974, p. 13). O movimento passou a oferecer, em convênio com as Secretarias de Educação, cursos de educação integrada que, conforme descrito pela autora, correspondiam ao ensino supletivo equivalente ao 1º grau à época. Para atuar nesses cursos, estava previsto o aproveitamento de professores já vinculados às redes de ensino, cabendo ao Mobral o treinamento desse corpo docente (Éboli, 1974).

Como resultado da pesquisa, a autora apresenta recomendações de caráter técnico que, ao mesmo tempo em que apontam fragilidades do programa, indicam caminhos para a oferta de uma formação mais adequada a esses professores. Entre as recomendações, propõe que o Mobral estabeleça um mecanismo

de controle e acompanhamento do programa de educação integrada no âmbito do treinamento de pessoal; avalie os treinamentos ministrados aos professores quanto à sua suficiência e adequação; elabore uma sistemática de treinamento em serviço; e considere o desempenho dos professores como parte do processo de avaliação do próprio sistema Mobral. Por fim, recomenda a realização de estudos semelhantes em outras regiões do Brasil, de modo a avaliar "a intensidade desses problemas nas diferentes regiões do País" (Éboli, 1974, p. 30).

A educação de adultos constituiu um tema que acompanhou Maria Terezinha ao longo de sua trajetória profissional. Em 1977, foi aprovada no concurso para o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais do MEC. A relação completa dos candidatos aprovados nesse concurso foi publicada na página 15 do Jornal dos Sports, de 26 de agosto de 1977, documento localizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No mesmo concurso, também foi aprovada sua colega de turma, Norma Villa Éboli, evidenciando a presença de egressas do Mestrado em Educação da PUC-Rio em funções de relevância no âmbito da gestão educacional brasileira.

Após o seu casamento com Alfredo Benjamin, Maria Terezinha passou a adotar o nome Maria Terezinha Éboli Botelho Benjamin. Deve-se dizer que a pesquisa pelo nome "Maria Terezinha Éboli Botelho Benjamin" direcionou para duas obras sobre Celeida Tostes, artista plástica criada pela família de Maria Terezinha, que é identificada no livro como "prima-irmã" de Tostes (Costa e Silva, 2014, p. 175). No livro de Costa e Silva (2014), Maria Terezinha figura entre as entrevistadas. Na dissertação de mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, de Raquel Martins Silva, defendida em agosto de 2006 na Fundação Getúlio Vargas, Terezinha Éboli Benjamin e Alfredo Benjamin também figuram como entrevistados. Silva (2006, p. 28) demonstra que Alfredo Benjamin "era amigo de Celeida antes de casar com Terezinha". Entretanto, não foi possível localizar, nas fontes consultadas, a data exata do casamento nem o nome completo de Alfredo Benjamin.

No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, seu nome aparece em diversos documentos e relatórios do Departamento Técnico-Educacional (DETED) do MOBRAL, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS) do MEC:

Em obra publicada em 1978, de autoria de Hugo Rodolfo Lovisolo, intitulada "Caracterização dos alunos do programa de alfabetização funcional", Maria Terezinha figura como uma das pesquisadoras responsáveis pela elaboração do projeto da pesquisa, juntamente com Célia Lúcia Monteiro de Castro, Nair Paiva Speranza e Terezinha Wiggers de Almeida. A obra buscou sistematizar e analisar dados relativos à renda, à ocupação, à participação em atividades de trabalho comunitário, à participação em associações, entre outras informações relevantes para a caracterização dos alunos.

Em 1982, Maria Terezinha participou também da elaboração do relatório "Avaliação emergencial do programa pré-escolar", juntamente com Tarciso Barbosa Paixão e Rosana Miguel de Aragão Soares. De caráter técnico, o relatório apresenta dados relativos ao Programa de Educação Pré-Escolar, com o objetivo de apresentar um diagnóstico de seu desenvolvimento e funcionamento.

Em 1983, Maria Terezinha foi entrevistada, juntamente com outros técnicos que atuavam no Mobral, para a elaboração do documento "A História e a Situação Atual da Avaliação no Mobral". Os dados dessas entrevistas foram posteriormente compilados em um documento específico, localizado no Arquivo Histórico do INEP. Maria Terezinha relatou sua experiência na chefia do Setor de Pesquisa, à época de sua criação. O setor era responsável pelo levantamento de informações pertinentes ao Mobral, pela análise de dados, pela sistematização de projetos e pelo desenvolvimento de uma proposta de cadastro de estudos e pesquisas sobre a temática no Brasil, entre outras atribuições.

Na entrevista, Maria Terezinha considera que a "convivência entre o Setor de Pesquisa e as áreas executoras foi caracterizada por uma certa distância, na medida em que as últimas não tinham uma

visão do ritmo de trabalho peculiar a um Setor de Pesquisas" (Brasil, 1983, s.p.). Seu depoimento sugere, portanto, a existência de certo distanciamento entre a produção das pesquisas e sua utilização pelas áreas responsáveis pela execução das ações do Mobral, o que pode ter limitado a incorporação dos resultados das pesquisas às propostas desenvolvidas pelo programa.

Maria Terezinha também aponta problemas relacionados à inadequação da linguagem empregada nos instrumentos de avaliação elaborados pelo Mobral Central. Segundo seu relato, essa inadequação dificultava a compreensão dos documentos pelos agentes responsáveis por sua aplicação, podendo comprometer a qualidade e a fidedignidade das informações coletadas. Como alternativa, propõe uma maior aproximação entre o setor de pesquisa e os agentes responsáveis pela execução das ações, sugerindo, inclusive, a criação de Núcleos Regionais de Pesquisa.

Em 1984, foi apresentado o relatório final com a "Avaliação do projeto de alfabetização funcional, no período de desenvolvimento da Proposta Transitória de Educação Supletiva", elaborado por uma equipe composta por cinco pesquisadores: Delmo Martins Cypreste, Eliane Ribeiro Andrade, Francisca das Chagas Vidal de Melo, Leila Souki Munayer e Walkiria Dutra de Oliveira, com revisão de Lygia Marina Pires de Moraes. No documento, há um agradecimento à Chefe do DETED, Maria Terezinha Éboli Botelho Benjamin, que, juntamente com a Chefe da Divisão de Avaliação, Método e Pesquisa (DIAMP), Terezinha Wiggers de Almeida, viabilizou a reunião da equipe responsável pela avaliação. Segundo os autores, essa articulação contribuiu para o enriquecimento do trabalho.

Em 1985, Maria Terezinha assinou o Memorando nº 49, de 02 de fevereiro de 1985, por meio do qual comunicou à Coordenação Estadual do Mobral/CE que o "Projeto Escola para Todos", proposto para o atendimento de crianças de 9 a 14 anos ainda não alfabetizadas, havia sido analisado e aprovado pelas instâncias do MEC envolvidas. Dessa forma, a Secretaria de Educação do Ceará poderia proceder à sua implementação, observando o disposto nos

pareceres técnicos. O documento informa, ainda, que a minuta do convênio seria providenciada pelo Mobral.

Um documento de 1984, localizado no acervo do Arquivo Nacional e produzido no âmbito do Serviço Nacional de Informações (SNI) apresenta um relato do I Seminário de Alfabetização do Cone Sul, realizado em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. O Informe nº 229/19/APA/84 registra que o seminário ocorreu entre os dias 13 e 15 de setembro de 1984 e descreve as atividades realizadas e os participantes que proferiram palestras, entre os quais se encontra Maria Terezinha. Anexadas ao informe, encontram-se reportagens de jornais nas quais alguns participantes concederam entrevistas.

Tal registro do SNI integrava o mecanismo de controle, censura e repressão do governo militar, o que demonstra que os discursos e textos institucionais da época passavam por essa mediação, que limitava e inviabilizava publicações de caráter mais crítico ou questionador. O informe não traz informações sobre possíveis ações tomadas a partir do evento, mas conclui dizendo que "os palestrantes, em geral, definem a Educação como um fator fundamental no fortalecimento da tendência antiautoritária e democratizante" (Brasil, 1984, p. 3).

A conferência de Maria Terezinha teve como tema o Mobral. A reportagem reproduzida no documento inicia informando que a chefe do Departamento Técnico do Mobral afirmou "que não será possível erradicar o analfabetismo no Brasil nem mesmo em 25 anos com ações isoladas de um só órgão" (Brasil, 1984, s.p.). Além disso, a reportagem destaca que Maria Terezinha teria mencionado que, por meio da descentralização administrativa dos núcleos alfabetizadores, seria possível admitir o uso do método de alfabetização de Paulo Freire, anteriormente proibido. A reportagem transcreve, então, a seguinte declaração de Maria Terezinha:

> O Mobral está presente em 4 mil municípios e procuramos fazer com que as comunidades possam opinar. E ao se dizer que o homem é

> um ser biopsicossocial temos que construir um projeto de trabalho que leve em conta o contexto no qual esse homem está inserido. Paulo Freire sistematizou isso na sua metodologia a partir de um marco teórico. E cada metodologia está em função de um marco teórico. Se um núcleo municipal adotar o método Paulo Freire não há nenhum problema. Pois se um monitor estiver familiarizado com o método, pode usá-lo. É melhor usar sempre o método com o qual a pessoa está mais familiarizada (Brasil, 1984, s.p.).

Essa perspectiva pode ser compreendida como um indício de abertura ou de maior flexibilização no âmbito das práticas e orientações técnicas relacionadas à atuação do MOBRAL. Entretanto, não é possível determinar, a partir desse registro, se essa posição correspondia a uma orientação dos setores executivos do programa ou se expressava uma perspectiva pessoal de Maria Terezinha.

Considerando que o Mobral foi extinto pelo Decreto nº 92.347, de 6 de fevereiro de 1985, apenas cinco meses depois de tais declarações, pode-se considerar a hipótese de que essa era uma percepção mais ampla, considerando que o programa não havia atingido o objetivo inicial de erradicar o analfabetismo no Brasil. Essa interpretação, contudo, demanda cautela, uma vez que o documento analisado, isoladamente, não permite estabelecer uma relação direta entre as declarações de Maria Terezinha e as circunstâncias que levaram à extinção do programa.

A declaração final de Maria Terezinha, transcrita na reportagem, apresenta uma perspectiva sobre a alfabetização que parece se distanciar de aspectos presentes na proposta original do Mobral:

> A concepção de alfabetização deve ser vista pela ótica mais ampla que é proporcionar ao adulto uma visão crítica da realidade. Ou seja, um pensar ou agir para transformar a realidade. Ler o livro é ler o mundo. Essa leitura crítica da realidade significa que em todo o País se devem dar ações educativas diferencias que estão em função das necessidades reais de cada comunidade (Brasil, 1984, s.p.).

Por meio da documentação localizada, constatamos que Maria Terezinha teve uma grande atuação como Técnica em Assuntos Educacionais no MEC. Sua produção no âmbito da pesquisa técnica é expressiva; em contrapartida, no âmbito acadêmico, foram identificadas poucas referências à sua produção. Entre elas, encontra-se a obra intitulada "Alfabetização", que teria sido organizada por ela em 1991, e um artigo publicado em 1997, em parceria com Marília Lucinda Granjeai Ramos, intitulado "A integração das novas tecnologias de informação no desempenho do professor da escola básica", publicado na revista Tecnologia educacional, da Universidad Nacional Autónoma de México. A informação foi localizada por meio do *Currículo Lattes* de Luciana Fachhini, no qual consta sua participação na obra com o capítulo "O Mobral no I Seminário Internacional de Alfabetização".

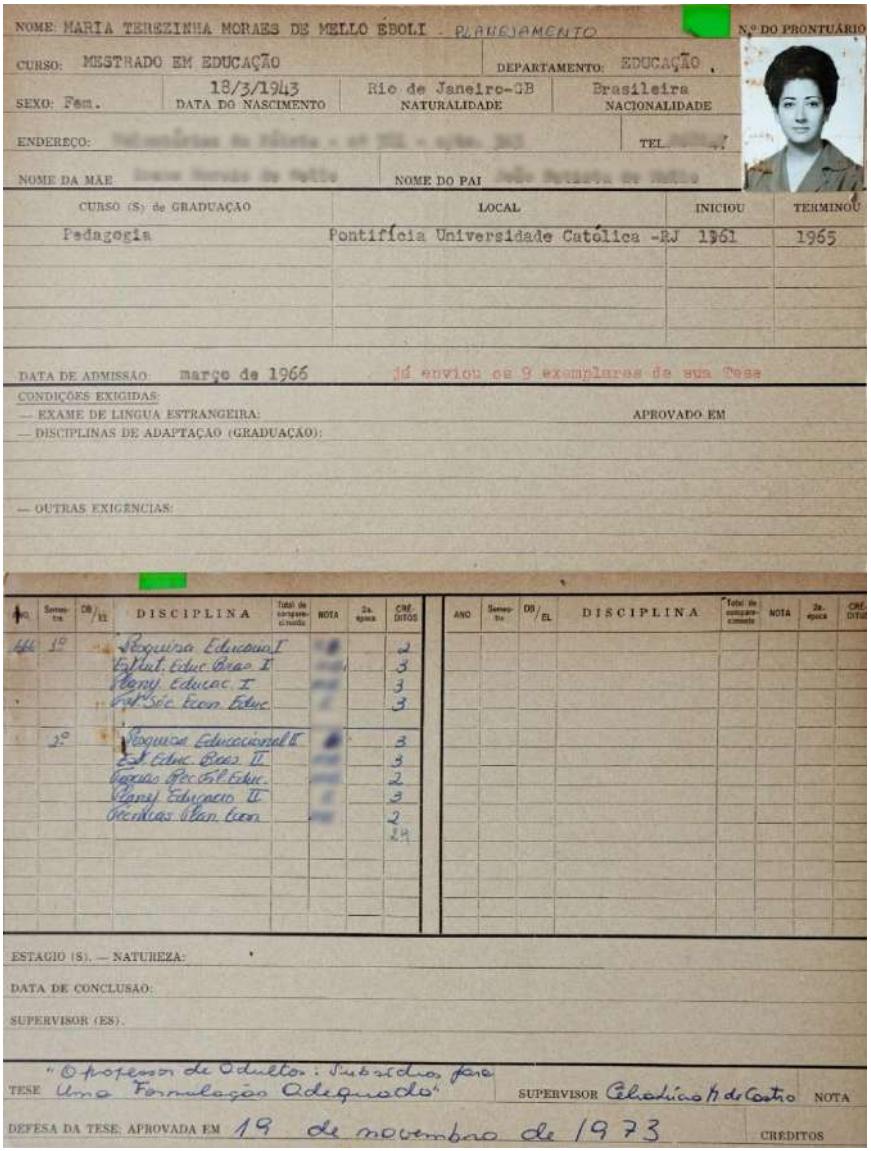
Também em parceria com Marília Lucinda Grangeia, abriu, em 1998, uma empresa de consultoria em gestão empresarial com foco na área da educação, denominada "Eboli & Grangeia Ltda. – Gestão de Treinamento e Desenvolvimento". Entre as atividades econômicas descritas no cadastro de CNPJ da empresa, consta, como atividade principal, a consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. Como atividades secundárias, figuram a administração de caixas escolares e as atividades de apoio à educação. Atualmente, o registro da empresa encontra-se inapto.

Maria Terezinha faleceu precocemente, aos 63 anos de idade, no trágico acidente do voo GOL 1907, um Boeing 737-8EH que realizava o trajeto entre Manaus e Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de setembro de 2006. A aeronave GOL colidiu com um jato Legacy 600 sobre o estado de Mato Grosso, provocando um dos mais graves acidentes aéreos da história do Brasil, do qual não houve sobreviventes.

Maria Terezinha deixou uma expressiva produção de pesquisas técnicas na área da educação de adultos e, em sua atuação como Técnica em Assuntos Educacionais, concretizou a expectativa depositada nos egressos da formação em Pedagogia e, posteriormente, da pioneira turma do Mestrado em Educação da

PUC-Rio, de que viessem a ocupar posições de destaque na educação brasileira.

Ficha acadêmica de Maria Terezinha Moraes de Mello Éboli.



NOME: MARIA TEREZINHA MORAES DE MELLO ÉBOLI — PLANEJAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 18/3/1943 — NATURALIDADE: Rio de Janeiro-GB — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: — TEL.

NOME DA MÃE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Pontifícia Universidade Católica -RJ	1961	1965

DATA DE ADMISSÃO: março de 1966 — Já enviou os 9 exemplares de sua Tese

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Estrut. Educ. Bras. I				3
			Plan. Educac. I				3
			Fil. Sóc. Econ. Educ				3
	2º		Pesquisa Educacional II				3
			Est. Educ. Bras. II				3
			Tópicos Rec. Est. Educ.				2
			Plan. Educacional II				3
			Orientação Plan. Educ.				2
							24

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTAGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE "O professor de Adulto: Subsídios para Uma Formulação Adequada" — SUPERVISOR Celestino A. de Castro — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM 19 de novembro de 1973 — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

10. Merise Santos de Carvalho

Leonardo Santos Silva[11]
Olga Marinho Paiva Talyuli[12]

Merise Santos de Carvalho nasceu em 18 de setembro de 1942 e integrou o primeiro grupo de estudantes que cursou as disciplinas do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, no ano de 1966. Entretanto, sua trajetória com a educação começa antes disso. Sabemos como é difícil resumir uma vida em poucas linhas, mas, para isso, tivemos um informante-chave que gentilmente nos cedeu um pouco de seu tempo para contar essa história em 23 de junho de 2026: o professor José Carmelo, professor emérito da PUC-Rio e viúvo de Merise.

Merise iniciou sua trajetória educacional ao ser sorteada para integrar o corpo estudantil, ainda na pré-escola, no Instituto de Educação (atual ISERJ), onde concluiu os estudos da educação básica, formando-se no Curso Normal em 1960. Estudar em uma instituição educacional de tanta tradição permitiu que ela recebesse uma educação que nenhum membro de sua família havia recebido. Seus avós eram imigrantes espanhóis e trabalhavam como pequenos comerciantes, e seu pai trabalhava na rede ferroviária. Entende-se, portanto, que a família não tinha muitos recursos, mas Merise conseguiu essa oportunidade de estudos.

Por volta dos anos 1960, segundo o viúvo de Merise, houve uma expansão de escolas no governo de Carlos Lacerda. Tal expansão ocorreu via financiamento proporcionado por um acordo estabelecido entre o governo e o jogo do bicho. Nesse momento

---

[11] Doutorando em Educação, PUC-Rio; Licenciado em Química, UFRJ; Professor da rede privada de ensino e dinamizador de Química da Rede CEJA/Fundação CECIERJ; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

[12] Doutoranda em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia, UFRJ; Professora dos Anos Iniciais das Redes Municipais de Mesquita e Nova Iguaçu; Atua na gestão escolar desde 2019; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

histórico, o governo Lacerda estabeleceu que todos os aprovados e formados no Curso Normal do Instituto de Educação estariam aptos a lecionar nas escolas públicas, como foi o caso de Merise. A professora começou a lecionar em uma escola na Pavuna, em 1961.

O início da carreira de Merise foi marcado por um choque de realidade. Estava acostumada com os melhores recursos proporcionados pelo Instituto de Educação e se deparou com outra realidade ao entrar em contato com os estudantes da periferia, o que a levou ao questionamento: "como vou alfabetizar essas crianças?"

Ao passo que enfrentava os desafios do início da carreira, Merise também investiu na continuação de seus estudos. Em 1962, ela se matriculou no curso de Pedagogia da PUC-Rio e custeou a graduação com recursos próprios. Foi durante o curso de Pedagogia da PUC-Rio que Merise conheceu seu marido, o professor Carmelo. Na época, ambos eram estudantes de graduação do mesmo curso.

Já em 1965, Merise se formou no curso de Pedagogia e ingressou em um curso de especialização em Planejamento da Educação, também na PUC-Rio. Por meio de sua matrícula no curso de especialização, em 1966, a PUC-Rio abriu a possibilidade de os estudantes cursarem disciplinas isoladas no recém-inaugurado curso de Mestrado em Educação. Nesse ponto da vida, Merise estava recém-casada, lecionava em uma escola pública na Pavuna, cursava a especialização e ainda frequentava as aulas das disciplinas do curso de mestrado, embora não estivesse matriculada oficialmente na pós-graduação stricto sensu, o que somente ocorreu, de fato, em 1967. Merise chegou a concluir todos os créditos do mestrado na PUC-Rio, mas não chegou a defender a dissertação devido aos atravessamentos que se sucederam após a conclusão dos créditos, como a maternidade e a viagem com o marido para os Estados Unidos.

Após o período da pós-graduação, Merise começou a lecionar também no ensino superior, ministrando disciplinas como História da Educação, Estrutura da Educação e Ensino Fundamental.

Ressaltamos que Merise tinha afinidade com autores que estudaram o patrimonialismo e que, segundo o professor Carmelo, foram fundamentais na construção de seu pensamento teórico-analítico, entre os quais se destacam Jacques Lambert e Caio Prado Júnior. Esses autores permitiram que Merise se deparasse com as seguintes questões: como a escola pública não serve à população mais pobre? Por que não serve à população mais pobre? Questionamentos ainda contemporâneos.

De 1977 a 1988, Merise se afastou da vida acadêmica para se dedicar à maternidade e às despesas com os estudos dos filhos. Tornou-se alfabetizadora bilíngue português-inglês na escola privada Our Lady of Mercy, localizada no bairro do Humaitá, Zona Sul do Rio de Janeiro. A partir do novo desafio profissional, Merise passou a se dedicar aos estudos sobre competência linguística.

Os anos 1980 foram um período marcado pela capilaridade das ideias críticas de Bourdieu, Althusser, entre outros, no Brasil. Tais ideias atingiram Merise, que passou por um momento de desencanto com o campo da educação. Nesse momento, Merise utilizou seu FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para se matricular no Instituto de Administração e Gerência da PUC-Rio. Segundo o nosso informante, foi uma tentativa frustrada e de curta duração, uma vez que as ideias gerencialistas desse curso eram incompatíveis com sua atuação como professora alfabetizadora.

Nos anos 1990, Merise retoma sua trajetória acadêmica, ingressando no curso de Mestrado em Educação da UERJ, sob orientação de Antônio Flávio Moreira. Ela defendeu a dissertação de mestrado em 1998, cuja temática versava sobre o fracasso e a repetência nos cursos de mestrado. Logo em seguida, em 1999, ingressou no Doutorado em Educação da UFRJ, ainda sob a orientação do professor Antônio Flávio, que passou a atuar nessa instituição federal.

Assim como em sua dissertação, na tese de doutorado notamos a necessidade e o olhar cuidadoso de Merise para as questões sociais e a educação, refletindo sua trajetória na escola

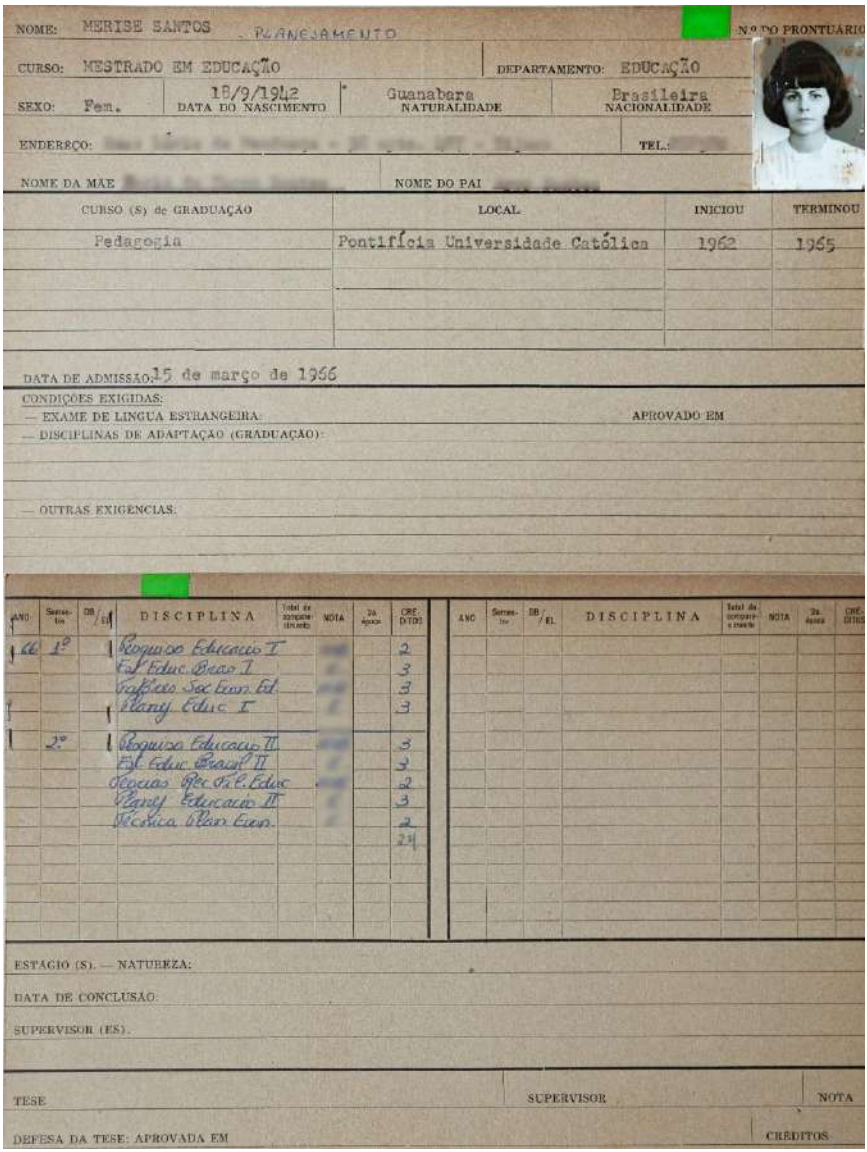
pública e na pós-graduação. Ela defendeu sua tese de doutorado em 29 de novembro de 2004, intitulada A pesquisa educacional sobre a escola pública de ensino fundamental nos projetos e relatórios de pesquisa elaborados por docentes das universidades brasileiras. Sua banca foi composta pelos professores doutores Antônio Flávio Moreira (orientador), Luiz Antônio Cunha, Francisco Creso Junqueira Prado Júnior e Marli André.

Após a conclusão do doutorado, Merise e o marido, professor Carmelo da PUC-Rio, passaram a trabalhar com a educação de adultos. Merise iniciou seu trabalho nessa área pela vertente da alfabetização de adultos em classes comunitárias e realizou trabalho de campo, inclusive no Nordeste do país. Em seguida, voltou seu trabalho para os pré-vestibulares comunitários, como professora de redação, uma vez que estavam chegando à PUC-Rio alunos oriundos desses projetos, o que chamou a atenção de Merise e de seu marido.

Além disso, a professora ainda atuava no núcleo de educação de jovens e adultos da PUC-Rio, dando aulas para que os funcionários da instituição realizassem o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Esse trabalho em classes comunitárias gerou o e-book organizado por ela e pelo marido, intitulado Classes comunitárias pré-técnicas e pré-profissionais: bases para a escolaridade e trabalhabilidade permanentes, publicado pela Editora PUC-Rio.

Passados quase 12 anos do falecimento da professora doutora Merise Santos de Carvalho, percebemos como contar um pouco de sua trajetória é narrar a história da educação a partir do mundo real, atravessado pela maternidade, pelas oportunidades de estudos que aparecem na vida dos sujeitos, pelas políticas governamentais, pelos olhares para as questões sociais, pelo acesso e pela permanência na educação básica e no ensino superior. São questões que atravessam gerações no campo educacional, mas que são pensadas, pesquisadas e refletidas por profissionais como a professora Merise.

Ficha acadêmica de Merise Santos.



NOME: MERISE SANTOS — PLANEJAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 18/9/1942 — NATURALIDADE: Guanabara — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: [redacted] — TEL.: [redacted]

NOME DA MÃE: [redacted] — NOME DO PAI: [redacted]

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Pontifícia Universidade Católica	1962	1965

DATA DE ADMISSÃO: 15 de março de 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:
— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM
— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci mento	NOTA	2a época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Est. Educ. Brasil I				3
			Tendências Sociais Ed.				3
			Planej. Educ. I				3
	2º		Pesquisa Educacional II				3
			Est. Educ. Brasil II				3
			Técnicas Pesq. p/ Educ.				2
			Planej. Educacional II				3
			Técnica Plan. Educ.				2
							24

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci mento	NOTA	2a época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

11. Norma Villa Éboli

Renata Rodrigues de Freitas[13]
Roberta Rodrigues Rocha Pitta[14]

Inicialmente, ressalta-se que, por meio da entrevista concedida por Norma Villa Éboli, no dia 17 de setembro de 2026, foi possível construir o presente texto.

Ela nasceu em 30 de dezembro de 1938, no estado do Rio de Janeiro. Era moradora da cidade de Nova Friburgo, localizada na Região Serrana. Filha de Nair Vanelli Villa e Humberto Villa, desde os 17 anos já lecionava. Cursou Pedagogia na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, em sua cidade natal.

Ela soube da existência de uma bolsa para estudar no Mestrado em Educação da PUC-Rio por meio da Escola Anchieta, na qual trabalhou por aproximadamente dois anos. Decidiu entrar em contato com o reitor, pois tinha interesse em dar continuidade aos estudos. No entanto, Norma confidenciou que ansiava deixar sua pequena cidade, pois esta projetava para as mulheres apenas uma vida de dedicação aos filhos e ao esposo.

Após ganhar a bolsa de estudos, a professora Norma saiu de Nova Friburgo e ficou hospedada, durante um ano e meio, de segunda a sexta-feira, em um colégio no bairro da Gávea, dirigido pela Instituição Teresiana. Aos finais de semana, Norma ficava na casa de um irmão em Niterói. Durante esse período, ela conseguiu a bolsa para mais duas mulheres de sua cidade natal. Uma delas fez parte de sua turma, Regina Helena Cariello. A outra, Dalva Galvão, seguiu para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para cursar Letras.

---

[13] Doutoranda em Educação, PUC-Rio; Mestre em História, UERJ; Bacharel e Licenciada em História, UERJ; Professora de História da Rede Estadual de Ensino do RJ – SEEDUC; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Comunicação.

[14] Doutoranda em Educação, PUC-Rio; Mestre em Educação, PUC-Rio; Professora dos Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Comunicação

O curso de Mestrado da PUC atendia alunos de diferentes estados. Norma afirmou que havia boa harmonia entre os estudantes da turma, pois todos tinham afinidades intelectuais.

Quanto às disciplinas, ela atenta para o fato de que era um período em que o currículo tinha tendência tecnicista. Norma entende que era algo adequado à época, pois era voltado à produtividade. Como exemplo, realizaram a disciplina "Estatística Educacional" na Fundação Getúlio Vargas, que focava na análise de dados e métodos na Educação. Embora tenha achado diferente, gostou de cursá-la e recebeu proposta para trabalhar na Fundação.

Durante o Regime Militar, ela relata que percebia vigilância sobre todos à sua volta e, inclusive, teve amigas próximas vítimas de repressão e que foram presas nesse período. Norma afirma que se entendia como ativista, pois era favorável à liberdade democrática. Embora existisse essa opressão como pano de fundo, na PUC ela ressalta que não sentia esse clima. Recorda-se de ter lido Gramsci, Bobbio, Durmeval Trigueiro, entre outros. A egressa ressalta:

> A opressão não é só visível, ela pode estar nos livros que estão sendo indicados, nos textos que você está lendo… e sobre isso, eu posso dizer que a gente leu e conversou sobre Anísio, Paulo Freire - que estava começando - mas tinha outros livros também, outras discussões que também não eram dessa linha, mas não havia uma imposição…

Embora não tenha conseguido concluir a dissertação no prazo previsto, em razão das demandas de seu trabalho como professora, Norma finalizou sua pesquisa em 1972. Seu trabalho de conclusão de curso foi intitulado "Estudo das classes de recuperação do antigo Ensino Primário nas Escolas da Rede Estadual de Niterói". Dedicou-se às classes de alfabetização paralela existentes nas escolas da rede estadual, analisando problemas relacionados às estruturas do ensino e o esforço dos professores na elaboração de projetos e estratégias de recuperação da aprendizagem. Seu orientador foi Paulo Assis Ribeiro. Relata que sua tese (nomenclatura utilizada na época) contou com observação de

campo e entrevistas com docentes. Por fim, obteve a nota 9,5 da banca de avaliação. Como reconhecimento de sua produção, Norma recebeu uma bolsa de estudos no exterior, mas não pôde cursá-la devido a questões pessoais.

Após o Mestrado, a trajetória profissional de Norma foi marcada pela atuação na rede municipal de Niterói, sendo a primeira secretária de Educação após a fusão e o fim de Niterói como capital do antigo estado, em 1975. Fez parte do corpo docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro como professora convidada e foi contratada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Hoje, aos 87 anos, a egressa reconhece a importância decisiva de sua formação no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio ao afirmar que "o mestrado abriu portas (...) o primeiro mestrado do Brasil na área de Educação!". Norma evidencia como essa experiência esteve relacionada às conquistas que marcaram sua trajetória profissional.

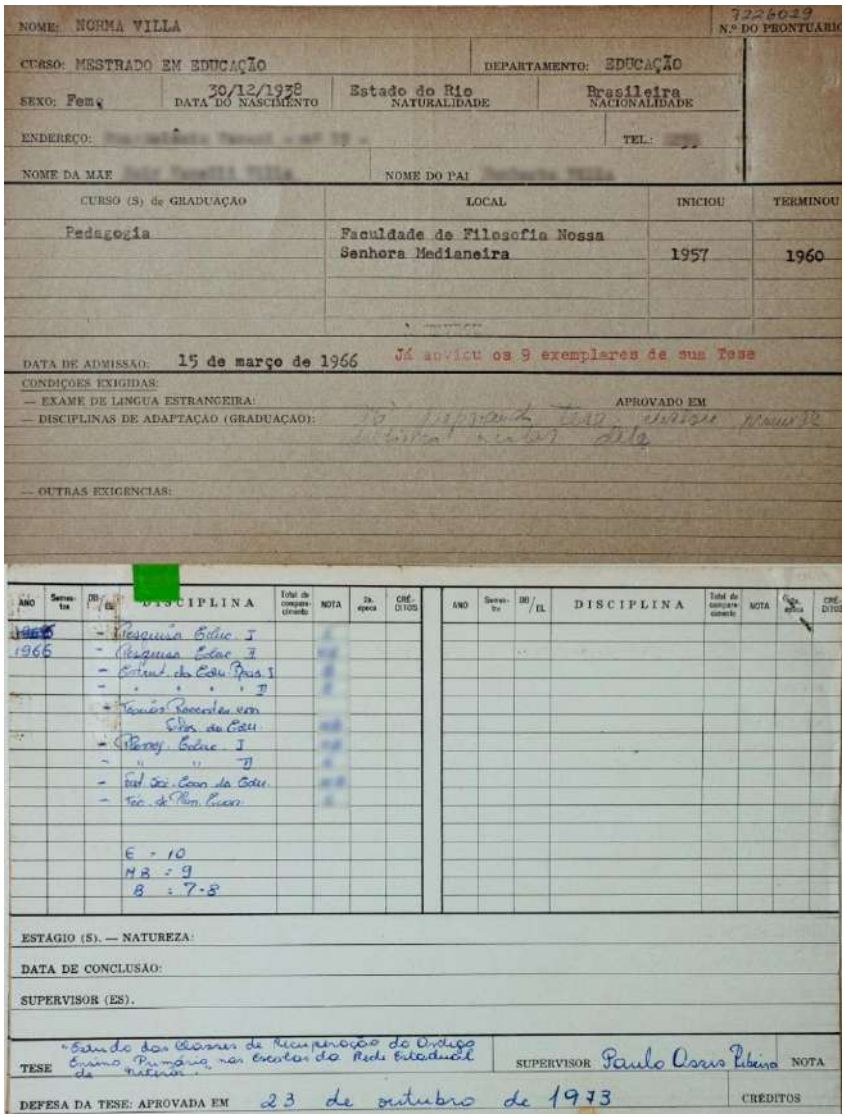
O percurso formativo de Norma não apenas registra uma experiência individual de formação e docência, mas também testemunha o desenvolvimento da pesquisa em educação e as transformações marcadas pelo tempo.

As primeiras pesquisas acerca de Norma Villa Éboli foram realizadas de forma *on-line* no site da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Os achados se limitavam a quatro publicações em periódicos nas quais encontramos informações referentes à atuação da professora em atividades educativas mais recentes (*O Fluminense*, 2002; *Jornal do Commercio*, 2003; *Tribuna da Imprensa*, 2003). Esses materiais não davam conta da biografia da egressa.

Dessa forma, recorremos às redes e conseguimos encontrar os perfis de seus filhos na rede social Instagram. Ao contatá-los e apresentar-lhes o projeto acerca dos 60 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, tivemos acesso direto à professora, que, desde o início, foi solícita em nos atender e se sentiu muito honrada e satisfeita com a proposta. Informamos que gostaríamos de realizar uma entrevista e a deixamos confortável quanto ao formato desejado. Enviamos o roteiro, mas ela disse que

se sentiria mais confortável se realizássemos uma espécie de bate-papo, sem muitas formalidades. E assim fizemos, por meio de um encontro on-line, que durou cerca de 1h30, via *Google Meet*. Tal encontro virtual permitiu construir o presente verbete.

Ficha acadêmica de Norma Villa.



NOME: NORMA VILLA — Nº DO PRONTUÁRIO: 7228039

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 30/12/1938 — NATURALIDADE: Estado do Rio — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: — TEL.:

NOME DA MAE — NOME DO PAI

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira	1957	1960

DATA DE ADMISSÃO: 15 de março de 1966 — Já enviou os 9 exemplares de sua Tese

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
1965		-	Pesquisa Educ. I				
1965		-	Pesquisa Educ. II				
		-	Estrut. do Edu. Bras. I				
		-	" " " II				
		-	Técnicas Recreativas em Educ.				
		-	Psicol. Educ. I				
		-	" " " II				
		-	Est. Sóc. Econ. da Educ.				
		-	Soc. de Rel. Educ.				
			E - 10				
			MB - 9				
			B - 7-8				

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE: "Estudo das Classes de Recuperação do Ensino Primário nas Escolas da Rede Estadual da Guanabara" — SUPERVISOR: Paulo Assis Ribeiro — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM 23 de outubro de 1973 — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

12. Odila Apolônia de Oliveira Ferreira

Olga Marinho Paiva Talyuli[15]
Leonardo Santos Silva[16]

Odila Apolônia de Oliveira Ferreira nasceu em 11 de fevereiro de 1941, em São João del-Rei, Minas Gerais. Como apurou Batista (2020), entre 1956 e 1958, Odila estudou na Escola Normal do Colégio Nossa Senhora das Dores, em São João del-Rei (MG). De 1958 a 1961, atuou como professora do Grupo Escolar Aureliano Pimentel e participou das atividades do Centro de Estudos Pedagógicos. Em 1959, ingressou no curso de Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras, concluindo a graduação em 1961.

Odila também integrou a equipe do Serviço de Orientação Educacional e Profissional da Faculdade Dom Bosco. Em 1962, especializou-se em Orientação Educacional e tornou-se membro da Sociedade Mineira de Psicologia. No Instituto de Psicologia e Pedagogia (IPP), atuou como psicotécnica. Entre suas atividades estavam o levantamento do nível mental e da situação emocional de estudantes primários, o aconselhamento de pais e professores e a orientação profissional. Batista (2015) identifica Odila entre as mulheres que trabalharam como psicotécnicas no IPP e registra a entrevista realizada com ela durante a pesquisa.

No livro *50 anos do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (1972-2022): algumas histórias* (Rodrigues *et al*., 2022), Odila é mencionada entre as pedagogas e orientadoras educacionais que, após sua formação na Faculdade Dom Bosco, se dedicaram a práticas psicológicas no Instituto de Psicologia e

[15] Doutoranda em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia, UFRJ; Professora dos Anos Iniciais das Redes Municipais de Mesquita e Nova Iguaçu; Atua na gestão escolar desde 2019; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

[16] Doutorando em Educação, PUC-Rio; Licenciado em Química, UFRJ; Professor da rede privada de ensino e dinamizador de Química da Rede CEJA/Fundação CECIERJ; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

Pedagogia, nas décadas de 1960 e 1970. A obra também registra a presença de Odila entre as funcionárias públicas que passaram a integrar o quadro do IPP, em um contexto relacionado à constituição do futuro curso de Psicologia.

Em 1966, Odila integrou a primeira turma do Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Sua presença nessa turma foi identificada no fichário acadêmico preservado pela instituição. A ficha reúne sua fotografia 3x4, dados pessoais datilografados, informações sobre sua formação anterior e registros de sua trajetória no curso. No verso, aparecem, manuscritas, disciplinas como Pesquisa Educacional, Estudos de Educação Brasileira e Planejamento Educacional, acompanhadas das respectivas notas e créditos. O documento registra, portanto, que Odila cursou disciplinas do mestrado. Até o momento, entretanto, não foi localizada sua dissertação, nem documentação que permita identificar seu título, sua defesa ou confirmar a obtenção do grau de mestre.

Em entrevista concedida aos pesquisadores, o Professor José Carmelo Braz Carvalho revela que a PUC-Rio vinha se preparando para essa experiência desde 1963, inclusive por meio da formação de professores no exterior. Em 1965, teve início uma especialização em Planejamento da Educação e, em 1966, foi constituída a primeira turma do mestrado. O relato também evidencia a aproximação entre Educação e Psicologia na configuração inicial do curso e a presença de estudantes provenientes de diferentes regiões do país.

Segundo Carmelo, em razão da regulamentação decorrente do Parecer Sucupira e das limitações relacionadas ao corpo docente em tempo integral, o curso foi inicialmente estruturado de forma integrada entre as áreas de Educação e Psicologia. Esse contexto ajuda a compreender a inserção de Odila, cuja trajetória estava vinculada ao campo da Psicologia, no primeiro grupo de estudantes do Mestrado em Educação da PUC-Rio.

A localização dos registros sobre Odila teve início a partir do fichário da primeira turma do Mestrado em Educação da PUC-Rio.

A partir de seu nome, foram realizadas buscas por documentos e informações relacionadas à sua trajetória. Entre os registros encontrados estavam uma notícia sobre seu falecimento, publicada no perfil da ADUFSJ (@adufsjssind) no Instagram, e uma publicação na página Pop News, no Facebook. Ambas apresentavam uma fotografia de Odila e eram acompanhadas por manifestações de pesar e mensagens de pessoas que relatavam sua relação com ela.

A partir dessas pistas, a pesquisa voltou-se para São João del-Rei. A professora Silvana Mesquita, da PUC-Rio, esteve na cidade e reuniu alguns contatos para darmos continuidade à investigação. Dessa forma, o levantamento de fontes sobre a trajetória de Odila envolveu consultas a diferentes setores da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), entre eles a Divisão de Bibliotecas (DIBIB) e a Biblioteca do Campus Dom Bosco. Esta última orientou a continuidade da busca junto ao departamento em que Odila havia trabalhado. A DIBIB informou sua vinculação à Universidade Federal de São João del-Rei e ao Departamento de Ciências da Educação (DECED), além de encaminhar contatos para a continuidade da pesquisa. Informou, ainda, que não haviam sido localizados registros sobre Odila no Repositório Institucional.

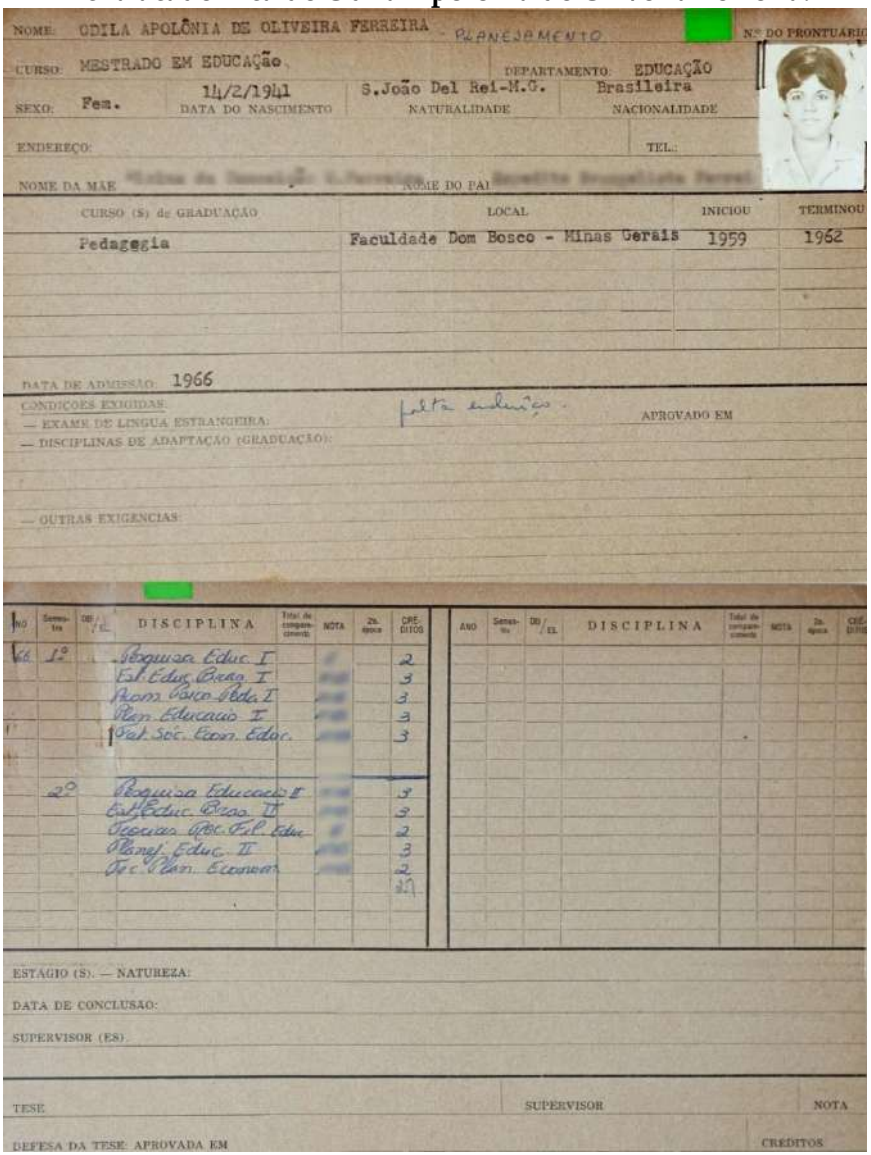
A continuidade da investigação junto ao Departamento de Psicologia e ao Departamento de Ciências da Educação (DECED) produziu informações divergentes quanto à vinculação departamental da professora. Enquanto o Departamento de Psicologia indicou o DECED como setor ao qual Odila teria pertencido, o DECED encaminhou uma dissertação de Rodolfo Luiz na qual a professora é apresentada como integrante do Departamento de Psicologia.

Também foram realizadas tentativas de localização de professores que tivessem trabalhado com Odila e que pudessem contribuir, por meio de seus relatos, para a reconstrução de sua trajetória. Entretanto, os contatos realizados indicaram períodos breves de convivência profissional ou ausência de informações suficientes sobre sua atuação. Assim, não foi possível localizar

professores que tivessem trabalhado com Odila no mesmo período de sua atuação. O levantamento realizado evidencia lacunas tanto na documentação institucional localizada quanto nas fontes orais acessíveis. Por isso, a trajetória de Odila foi reconstruída a partir do cruzamento de informações provenientes de diferentes fontes, considerando as divergências e os limites identificados ao longo da pesquisa.

Os documentos localizados permitem acompanhar parte significativa de sua formação, que, em 1966, alcançou a primeira turma do Mestrado em Educação da PUC-Rio. A ficha acadêmica preservada registra as disciplinas cursadas, as notas e os créditos obtidos por Odila. Permanecem, contudo, lacunas documentais em relação à dissertação, ao seu título, à defesa e à obtenção do grau de mestre, assim como aos caminhos de sua atuação profissional depois desse período. A trajetória aqui reconstruída, a partir de documentos dispersos e de diferentes esforços de pesquisa, permite iluminar uma parcela ainda pouco conhecida das trajetórias daqueles que participaram dos primeiros movimentos da pós-graduação em Educação no Brasil.

Ficha acadêmica de Odila Apolônia de Oliveira Ferreira.



NOME: ODILA APOLÔNIA DE OLIVEIRA FERREIRA - PLANEJAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 14/2/1941 — NATURALIDADE: S.João Del Rei-M.G. — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: — TEL.:

NOME DA MÃE: [illegible] — NOME DO PAI: [illegible]

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade Dom Bosco - Minas Gerais	1959	1962

DATA DE ADMISSÃO: 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS: falta colação. — APROVADO EM

— EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA:

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	OB/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2ª época	CRÉDITOS
1966	1º		Pesquisa Educ. I				2
			Est. Educ. Brás. I				3
			Hom. Básico Educ. I				3
			Plan. Educacional I				3
			Fund. Sóc. Econ. Educ.				3
	2º		Pesquisa Educacional II				3
			Est. Educ. Brás. II				3
			Técnicas Aplic. Fund. Educ.				2
			Planej. Educ. II				3
			Org. Plan. Econômico				2
							27

ANO	Semestre	OB/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2ª época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES):

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

13. Regina Helena Cariello

Joycimar Barcellos[17]
Simone Henriques Lima[18]

Na década de 1930, o Brasil passava por muitas transformações e traçava novos caminhos com a Revolução de 30 e a promulgação de uma nova Constituição (1934), que incorporou o voto feminino ao contexto nacional. Neste cenário, nascia em 23 de janeiro de 1931, na cidade de Bom Jardim, região serrana do Rio de Janeiro, Regina Helena Cariello, filha de Maria dos Anjos Rocha Cariello e Francesco Antônio Gaetano Cariello.

Ela viveu a sua infância e juventude em um contexto social bem diferente do atual, quando leiteiros, verdureiros e tripeiros empurravam seus carrinhos de mão pelas ruas para realizar as vendas.

A educação ocupou um lugar significativo em sua trajetória desde muito jovem. Durante a adolescência, Regina Helena frequentou o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora das Dores, onde se formou professora das séries iniciais em 1949. Os valores que pautavam a formação das normalistas eram o catolicismo, o patriotismo e a ideologia do magistério como sacerdócio (Araújo, 1993).

Em 1954, foi aprovada em 13º lugar em concurso público para a carreira de escriturária, com atuação em Nova Friburgo (RJ), de acordo com o Diário Oficial da União de 22 de julho de 1954 (Brasil, 1954, p. 43). Não foram identificados registros que comprovem que Regina Helena tenha chegado a exercer essa função. A

[17] Doutora em Educação, PUC-Rio; Mestra em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia, PUC-Rio; Professora da Rede Federal de Ensino, vinculada ao Departamento de Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

[18] Doutoranda em Educação, PUC-Rio; Mestra em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia das Séries Iniciais, UERJ; Professora dos Anos Iniciais da Rede Federal de Ensino do Rio de Janeiro; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

possibilidade de que tenha buscado, posteriormente, um concurso público em outra área pode ser considerada no contexto das condições de trabalho e de remuneração oferecidas ao magistério naquele período, que talvez tenham influenciado suas escolhas profissionais.

O periódico *A Voz da Serra*, um dos jornais mais tradicionais do estado do Rio de Janeiro, com cobertura da região serrana, noticiou, em 1948, que as condições de trabalho das professoras primárias friburguenses eram preocupantes. A publicação menciona que as professoras contratadas recebiam 300 cruzeiros por mês, enquanto profissionais de limpeza recebiam o dobro (Coutinho, 1948).

Iniciou sua carreira no magistério atuando no Grupo Escolar Júlio Vieitas, no município de São Sebastião do Alto, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro. Em 1955, assinou, junto a outros professores de Friburgo, o Apelo de Viena, um dos maiores manifestos internacionais contra o uso de armas nucleares do século XX, lançado pelo Conselho Mundial da Paz. Tal iniciativa foi celebrada no jornal local *Imprensa Popular*, citando nominalmente os professores envolvidos (Lição [...], 1955).

Em 1957, aos 26 anos, ingressou no curso superior de Pedagogia no recém-criado Departamento Feminino da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, instituição fundada pela Companhia de Jesus. O departamento feminino funcionava nas dependências do Colégio Nossa Senhora das Dores, onde Regina havia cursado anteriormente a formação em magistério. Formou-se pedagoga no ano de 1960.

À época da conclusão de sua graduação, ainda estava em vigor a Portaria nº 4.789/54 do governo federal, que visava amenizar a crescente demanda por professores para o então ensino secundário. A portaria regulamentava os registros dos licenciados formados pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Às pedagogas também era concedido o registro para lecionar Matemática, História, Geografia e Estudos Sociais no primeiro ciclo do ensino secundário (Brasil, 2005).

Isso possibilitou que Regina Helena atuasse como professora de História e Geografia para as turmas do 1º ginasial do Colégio Anchieta, tradicional instituição de ensino confessional de Nova Friburgo, voltada exclusivamente para alunos do sexo masculino. O corpo docente era formado, em sua maioria, por padres. Havia apenas três mulheres, em 1962, entre elas Regina Helena.

No mesmo ano, atuou como diretora fundadora do Externato Santa Ignez, instituição de ensino privada. Sua atuação contribuiu significativamente para que a instituição se estabelecesse como um dos melhores colégios voltados ao ensino primário da cidade, ainda presente em Nova Friburgo.

Durante a década de 1960, atuou no Ginásio Municipal Rui Barbosa, integrante da rede pública de Friburgo, e no Colégio Estadual Jamil El-Jaick, onde exerceu também a função de diretora do Curso Normal. Por seu desempenho exemplar como educadora, tornou-se uma das profissionais da educação mais conceituadas da cidade.

Motivada pela chance de ampliar seus conhecimentos e obter maior valorização na carreira, aos 35 anos, deu continuidade à sua formação, inscrevendo-se no primeiro curso de Mestrado em Educação no Brasil, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ingressou no ano de 1966, sendo contemplada com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo cumprido seus créditos com desempenho bastante satisfatório - a maior parte de seus conceitos avaliativos era classificada como "muito bom" (MB) -, de acordo com sua ficha cadastral pertencente ao acervo do Departamento de Educação da PUC-Rio.

A conclusão do mestrado permitiu que Regina Helena, por meio do enquadramento da carreira de cargos do Rio de Janeiro, fosse integrada ao maior nível existente à época.

A mudança para o Rio de Janeiro, para que fosse possível dar continuidade aos seus estudos, acabou por tornar-se definitiva. Em 1969, casou-se com Maurício Tavares de Carvalho, servidor do

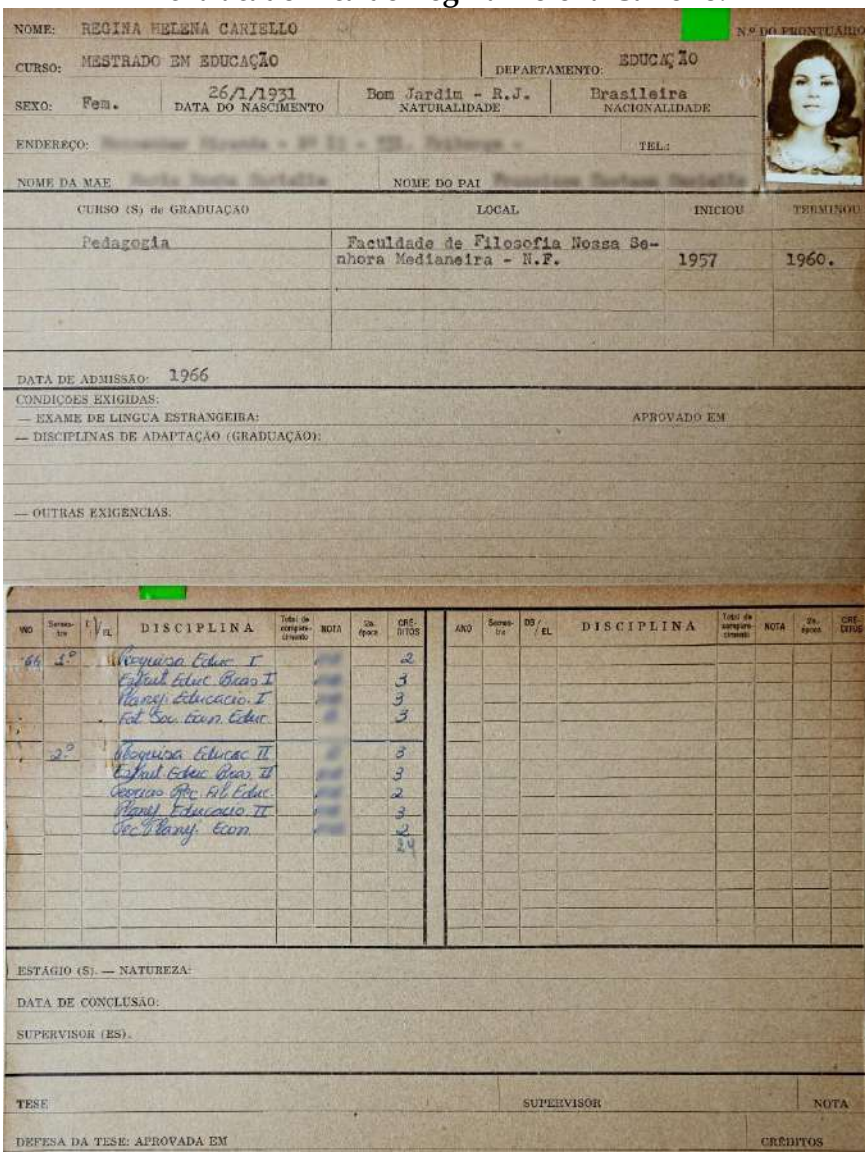
Banco do Brasil. Com o matrimônio, acrescentou o sobrenome do marido, como era de costume à época, e passou a se chamar Regina Helena Cariello de Carvalho. A família recém-formada residia no bairro de Ipanema, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Em 1991, aos 60 anos, Regina Helena ficou viúva (Registro, 1991).

Residindo no Rio de Janeiro, sua carreira como servidora pública teve continuidade na Secretaria de Educação e Cultura de Niterói até o ano de 1975. A partir de então, com a unificação dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, estabeleceu-se na Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro durante três anos. Em 1978, retornou à Secretaria de Educação com um cargo comissionado, onde permaneceu até sua aposentadoria na década de 1980.

Regina Helena faleceu em 27 de agosto de 2023, deixando um legado valioso para a história da educação, motivo pelo qual é reconhecida pelo magistério friburguense com muito orgulho. Os relatos de contemporâneos que ajudaram a compor este texto a classificam como uma profissional de competência inegável, empática, acolhedora, com firmeza e autoridade respeitosas e, principalmente, como alguém comprometida com a educação.

Devido à escassez de registros da época, muitas das informações aqui registradas só foram possíveis após uma intensa busca por familiares. A família Cariello, uma grande família de origem italiana, possui diversas ramificações em sua árvore genealógica, e foram necessários meses de tentativas de contato até que fosse possível identificar e entrar em contato com os parentes, de fato, próximos a Regina Helena. Foi por meio de sua sobrinha, Mabel Cariello, filha de seu irmão caçula, e de sua amiga de longa data, Angela Bohrer - a quem agradecemos imensamente - que muitas das lacunas dessa trajetória puderam ser preenchidas, tornando possível contar essa história.

Ficha acadêmica de Regina Helena Cariello.



NOME: REGINA HELENA CARIELLO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 26/1/1931 — NATURALIDADE: Bom Jardim - R.J. — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: [illegible] — TEL.:

NOME DA MAE [illegible] — NOME DO PAI [illegible]

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira - N.F.	1957	1960.

DATA DE ADMISSÃO: 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

ANO	Semestre	DS/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	Ob-servs	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educ. I				2
			Estat. Educ. Aval. I				3
			Planej. Educacional I				3
			Fil. Soc. Econ. Educ.				3
	2º		Pesquisa Educac. II				3
			Estat. Educ. Aval. II				3
			Técnicas Rec. Aud. Educ.				2
			Planej. Educacional II				3
			Soc. Planej. Econ.				2
							24

ANO	Semestre	DS/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mento	NOTA	Ob-servs	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

14. Rita de Cássia Umbelino dos Santos

Patrícia Coelho da Costa[19]

A professora Rita de Cássia Umbelino dos Santos foi aluna da primeira turma do curso de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Nasceu no estado de Goiás, em março de 1942. É filha de Ana Umbelino dos Santos e João dos Santos Cordeiro.

Entre os anos de 1962 e 1965, cursou Pedagogia na Universidade Católica de Goiás. Após a conclusão do curso, foi convidada pelo reitor a se candidatar a uma vaga na primeira turma de Mestrado em Educação no Brasil, na PUC-Rio. Sua candidatura foi aprovada pela CAPES e ela realizou a matrícula no curso em março de 1966. Considerou um grande desafio, uma vez que era muito jovem, tinha apenas 24 anos e teve que se mudar para o Rio de Janeiro, onde viveria longe da família. Além disso, a forma de viver em Goiás era bem diferente, com cidades mais pacatas, ligadas à agropecuária, com ritmo mais calmo. Outras dificuldades eram a precariedade dos meios de transporte e de comunicação, que dificultavam o contato com a família e os amigos que ficaram em Goiás; assim, a saudade se tornou um grande desafio. Escolheu o bairro da Gávea para morar, próximo à universidade, para que pudesse se dedicar melhor aos estudos.

Ao iniciar o curso sem muitas informações, optou pela linha de Aconselhamento Psicopedagógico. Cursou as seguintes disciplinas: Pesquisa Educacional I e II, Estrutura da Educação Brasileira I e II, Acompanhamento Psicopedagógico, Planejamento

[19] Doutora em Educação, USP; Mestra em Educação, UERJ; Licenciada em História, UERJ; Professora Associada do Departamento de Educação da PUC-Rio; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História; Líder do Grupo de Pesquisa Educação, História e Comunicação, PUC-Rio.

Educacional, Fatores Socioeconômicos e Educacionais, Teorias Filosóficas e Educacionais e Técnicas de Planejamento Educacional.

Ao avaliar o conteúdo do curso, considerou que predominou o Planejamento Educacional, o que gerou certa insatisfação, uma vez que preferia a linha de Psicopedagogia. Tendo cursado uma disciplina de *Sensitive Training* no Departamento de Psicologia, pensava que teria um enfoque maior nas áreas de metodologia e teorias psicopedagógicas.

Após cursar as disciplinas, retornou a Goiânia, onde escreveria a dissertação. Ao chegar à capital de Goiás, teve muito reconhecimento: recebeu, em casa, a visita do reitor da Universidade Católica de Goiás, que a convidou para dar aula na Faculdade de Filosofia. Também recebeu o convite da diretora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Goiás para compor o quadro docente da instituição. Aceitou os dois convites e trabalhou por quatro anos na universidade católica e por 10 anos na universidade federal, sempre com as disciplinas de Didática Geral e Metodologia de Ensino. Sempre incluiu nas referências bibliográficas de seus cursos as obras de Vera Candau, sua professora no curso de Mestrado, de quem recebeu muito apoio.

Em 1968, assinou o Manifesto dos Professores de Goiânia. Esse documento, elaborado por professores da Universidade Federal de Goiás e assinado por aproximadamente 300 professores e estudantes, foi publicado no jornal *Cinco de Março* em 4 de março de 1968, cerca de nove meses antes da edição do Ato Institucional nº 5. Os docentes declaravam:

> Apreensivos com o clima de restrição às liberdades de pensamento, reunião e expressão garantido pela Constituição Nacional e diante dos atos terroristas que se tem verificado, vem ao público manifestar o seu veemente protesto contra estas violações às liberdades democráticas, e advertir a todos aqueles que por ação ou omissão, são responsáveis pela continuidade desse insuportável estado de coisas. (Manifesto [...], 1970)

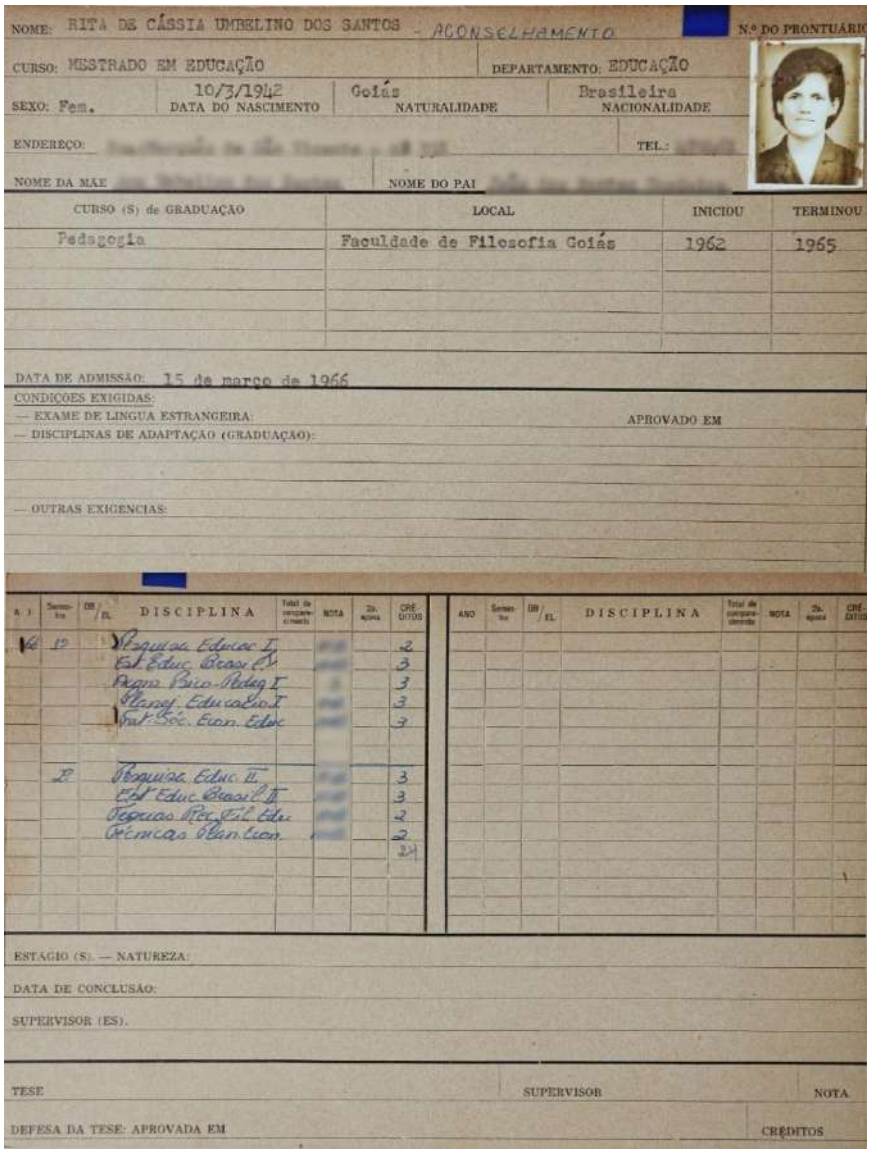
Em julho de 1970, foi instaurado inquérito pela Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás, após uma das signatárias requerer o atestado de Ideologia Política, documento necessário à época para assumir cargos em empresas públicas e privadas. Para a emissão do atestado, foi consultado o exemplar do jornal e verificado que os 300 signatários não tinham sido nem fichados nem investigados, o que foi considerado falta grave. Diante dessa constatação, foi suspensa a concessão de atestados a todos os signatários e invalidados outros dez que já tinham sido expedidos.

Em decorrência dessas medidas, Rita de Cássia Umbelino dos Santos enfrentou dificuldades para assumir o cargo de professora na Universidade Federal de Goiás, uma vez que o Serviço Nacional de Informações (SNI) determinou que "fosse colhido depoimento de quantos requeressem à Secretaria em busca do atestado".

No inquérito, constam sua filiação e sua data de nascimento, além da informação de que era professora da Universidade de Goiás, seguida da palavra "católica" entre parênteses. Também consta que não houve mais registro de participação em atividades consideradas subversivas. No entanto, ela só conseguiu ser contratada após a intervenção de um primo que trabalhava no Ministério da Educação e conseguiu que o atestado fosse emitido. Rita considerou esse período muito difícil, pois suas atividades docentes eram monitoradas por câmeras e outras formas de controle.

Após iniciar seu trabalho nas universidades, casou-se e teve cinco filhos. As demandas da vida pessoal dificultaram a escrita da dissertação, que não foi concluída. Interrompeu sua vida profissional por 16 anos para cuidar da família. Retornou como professora e coordenadora pedagógica do Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, que possui convênio com a Universidade Católica de Goiás. Nesse curso, trabalhou por 10 anos com a formação de seminaristas. Após esse período, requereu sua aposentadoria.

Ficha acadêmica de Rita de Cássia Umbelino dos Santos.



NOME: RITA DE CÁSSIA UMBELINO DOS SANTOS - ACONSELHAMENTO — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. | 10/3/1942 DATA DO NASCIMENTO | Goiás NATURALIDADE | Brasileira NACIONALIDADE

ENDEREÇO: [illegible] TEL.: [illegible]

NOME DA MÃE [illegible] NOME DO PAI [illegible]

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Faculdade de Filosofia Goiás	1962	1965

DATA DE ADMISSÃO: 15 de março de 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGENCIAS:

A.	Semestre	DR/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educac I				2
			Est Educ Brasil I				3
			Psico-Biol-Educ I				3
			Planej. Educacional I				3
			Prof. Sóc. Econ. Educ				3
	2º		Pesquisa Educ II				3
			Est Educ Brasil II				3
			Pesquisa Prof. Educ				2
			Técnicas Plan Educ				2
							21

ANO	Semestre	DR/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2a. época	CRÉDITOS

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES).

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

15. Stella Cecília Duarte

Rafaela Oliveira Vieira da Silva[20]
Daniel Vilaça dos Santos[21]

A trajetória intelectual de Stella Cecília Duarte (1943-), após o casamento, nomeada Stella Cecília Duarte Segenreich, caracteriza-se por uma análise longitudinal das políticas e práticas do ensino superior brasileiro, com especial ênfase na institucionalização da Educação a Distância (EaD). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com passagens acadêmicas pela *Stanford University* (Califórnia, Estados Unidos) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a pesquisadora consolidou-se como uma das principais referências na discussão sobre regulação e avaliação institucional.

Stella cursou pedagogia na PUC-Rio entre 1960 e 1965. Em 1966, foi admitida no curso de mestrado em Educação pela mesma universidade, curso esse que compreendia o mínimo de 24 créditos distribuídos em nove disciplinas e dois semestres, além do período para a escrita da "tese de mestrado". No plano curricular, havia duas áreas de concentração, Planejamento Educacional e Aconselhamento Psicopedagógico, as quais se desdobravam em disciplinas obrigatórias para as duas áreas, disciplinas específicas para cada área e disciplinas eletivas, à escolha dos estudantes. As disciplinas obrigatórias articulavam-se em torno de três frentes: "educação brasileira", "pesquisa educacional" e "correntes atuais de filosofia da educação". Tendo se engajado na área de

[20] Mestre em Ensino de História, PUC-Rio; Graduada em História, UFF; Graduada em Pedagogia, Unicive; Professora da Educação Básica na Prefeitura de São Gonçalo/RJ; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Comunicação, PUC-Rio.

[21] Doutorando em Educação, PUC-Rio; Mestre em Educação, UFRJ; Licenciado em Letras, UFRJ; Professor do Departamento de Francês do Colégio Pedro II; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, História e Comunicação, PUC-Rio, e do Núcleo de Estudos Franco-Brasileiros, Colégio Pedro II.

Planejamento Educacional, Stella frequentou Pesquisa Educacional I e II, Estrutura da Educação Brasileira I e II, Planejamento Educacional I e II, Fatores Socioeconômicos da Educação, entre outras duas disciplinas que envolviam problemas de planejamento econômico e de filosofia da educação. Os resultados que ela obteve ao fim dos cursos denotam apurado senso crítico, além de dedicação sistemática e rigoroso comprometimento (Candau, 2005; Ementário, 1966; Duarte, 1972b).

A tese de Stella (Duarte, 1972a), denominação adotada à época para o trabalho de conclusão do mestrado, inscreveu-se no contexto das reformas que afetaram a educação brasileira durante a ditadura militar (1964-1985). O foco da análise incidia sobre as discussões do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, a fim de examinar seus rebatimentos sobre a estrutura e o funcionamento das faculdades de educação (Duarte, 1972a, p. III).

No trecho a seguir, sobre o GT da Reforma Universitária, aparecem algumas siglas referentes às instituições e aos órgãos mencionados: RS, Rio Grande do Sul; USP, Universidade de São Paulo; UFPE, Universidade Federal de Pernambuco; CFE, Conselho Federal de Educação, criado no bojo da implementação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1961); UFC, Universidade Federal do Ceará; e DCE, Diretório Central dos Estudantes. Lira (2010, p. 253) lembra:

> Em 2 de julho de 1968, o decreto n.º 62.937 mandou instituir, no MEC, um grupo de trabalho composto de onze membros, designados pelo presidente da República, com objetivo de estudar a reforma da universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos. Outro decreto presidencial, assinado no mesmo dia sem número, designou os componentes do GT. Tarso Dutra, deputado federal pelo RS e ministro da Educação, (presidente do GT) Antônio Moreira Couceiro, professor da UFRJ e presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Padre Fernando Bastos D'Àvila, vice-reitor da PUC-RJ e assessor da Associação dos Dirigentes Cristãos das Empresas; João

> Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do Ministro do Planejamento; Roque Spencer de Barros, catedrático da USP, membro e relator da Comissão de Reestruturação da USP, Newton Sucupira, ex-reitor da UFPE, membro do CFE; Valnir Chagas, ex-diretor de faculdade da UFC, membro do CFE; João Carlos Moreira Bessa, presidente do DCE da PUC/RJ e Paulo Bossas, aluno da Escola de Engenharia da UFRJ. No dia 5 de julho foi indicado o deputado Aureliano Chaves. (Lira, 2010, p. 253).

Instituído pelo Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, esse GT dedicou-se por um mês ao estudo e à elaboração de versões preliminares para a lei da reforma universitária e para decretos regulatórios que gravitassem em torno de sua aplicação; o grupo produziu ainda um relatório de respaldo sobre suas propostas. A Reforma Universitária propriamente dita foi posta pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Stella lançou um olhar técnico sobre oito universidades do Grande Rio de Janeiro, no intuito de distinguir suas faculdades de educação e aferir a autonomia institucional de cada uma delas. Orientada pela professora Célia Lúcia Monteiro de Castro, a análise mobilizou um formulário cujo escopo permitiu levantar, situar e articular aspectos constitutivos das universidades e das unidades de ensino envolvidas. O texto é composto por 5 capítulos, além da introdução, dos apêndices e da bibliografia.

O primeiro capítulo concerne à apresentação do problema de estudo. O segundo discrimina a coleta de dados, explanando o documento do formulário e os depoentes escolhidos, assim como os processos de aplicação dos formulários e de sistematização dos resultados. O terceiro capítulo expõe os resultados alcançados. O quarto focaliza a análise dos resultados, articulando aspectos relativos aos propósitos, à estrutura, aos quadros docente e discente e às atividades realizadas no âmbito de cada faculdade interpelada. O quinto capítulo traz as conclusões da pesquisadora, as quais se desdobram em recomendações (Duarte, 1972a, p. IV).

É possível ler no "sumário":

> Os resultados demonstraram que as unidades de educação ainda estão em processo de implantação da Reforma Universitária não podendo, assim, assumir papel de liderança na respectiva instituição.
> O estudo também permitiu perceber a urgência de certas medidas a serem tomadas no campo da Administração Universitária para que se obtenha a consolidação da Universidade como um sistema. (Duarte, 1972a, p. III).

A tese intitulada "As Faculdades e os Departamentos de Educação no Grande Rio" (Duarte, 1972a), defendida em 24 de agosto de 1972, foi aprovada por unanimidade.

A produção intelectual de Stella, a partir da década de 2000, consolidou-se como referência na compreensão das "novas arquiteturas acadêmicas". Suas investigações transcendem a dimensão técnica da tecnologia, focando na institucionalização da EaD e na integração de modelos semipresenciais no ensino superior. Por meio da organização de obras fundamentais e glossários conceituais, a pesquisadora sistematizou o vocabulário e os parâmetros de qualidade para a modalidade no Brasil, analisando o impacto das políticas públicas na expansão deste setor.

Um dos pilares de sua atuação é a participação histórica na Rede Universitas/Br, grupo de pesquisa que monitora a educação superior brasileira desde meados da década de 1990. Segenreich desempenhou papel de liderança na coordenação de eixos temáticos voltados à organização institucional e à produção científica, colaborando diretamente com o Programa Observatório da Educação, uma iniciativa articulada entre três órgãos do Ministério da Educação: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (OBEDUC/Capes/INEP/SECADI). Sua liderança em

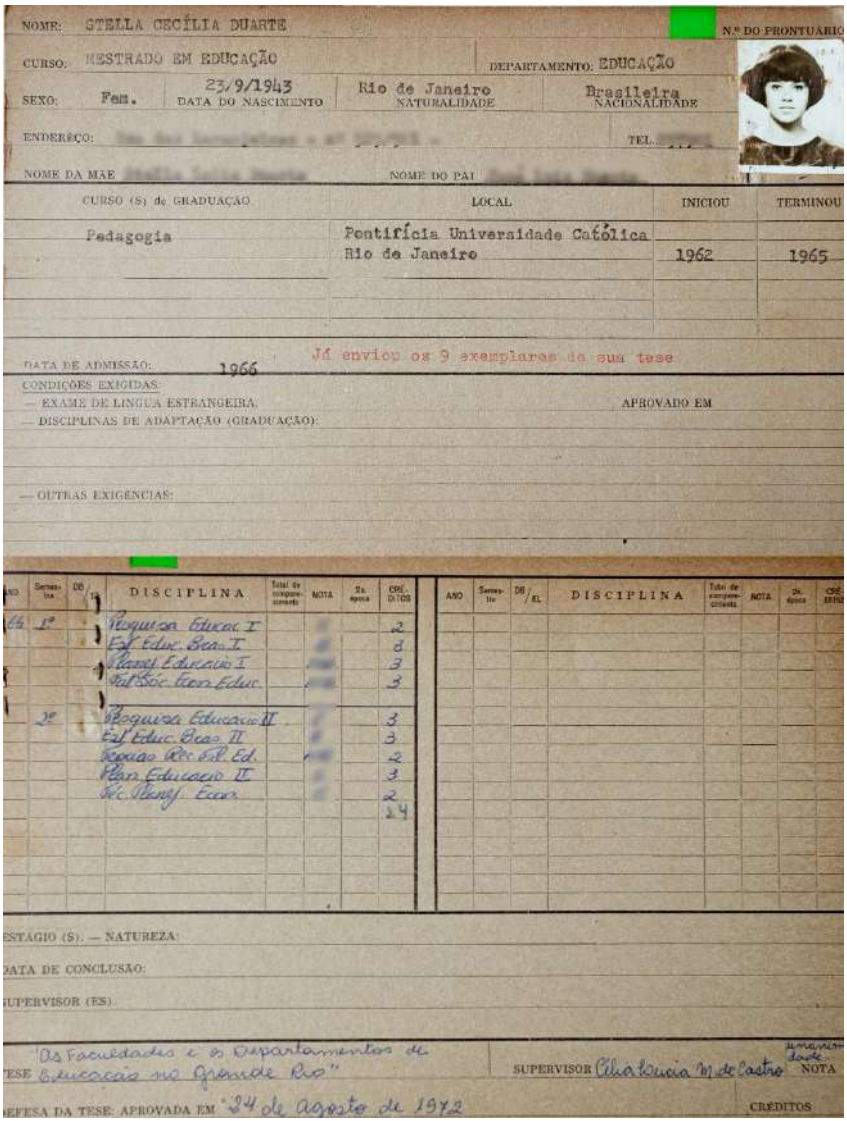
projetos de fomento evidencia uma capacidade de articulação entre a teoria educacional e a gestão de dados empíricos em larga escala.

Como Professora Adjunta (UFRJ/PUC-Rio) e, posteriormente, Professora Titular na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), sua atuação docente pautou-se pelo rigor metodológico. No âmbito da pós-graduação, dedicou-se à orientação e ao ensino de Metodologia da Pesquisa, influenciando gerações de pesquisadores na compreensão de que o fenômeno educativo deve ser analisado sob o prisma das redes de conhecimento e das relações entre Estado e sociedade.

Atualmente, suas reflexões voltam-se para a internacionalização do ensino superior, explorando como as redes educativas e as tecnologias de informação e comunicação reconfiguram o espaço acadêmico global. A proficiência acadêmica em múltiplos idiomas e o trânsito em fóruns internacionais permitem que sua obra estabeleça um diálogo constante entre as particularidades do contexto brasileiro e as tendências globais de educação mediada por tecnologias.

Em suma, a trajetória de Stella Cecília Duarte Segenreich é indissociável da história recente das políticas de educação superior no Brasil, destacando-se pelo compromisso com a produção de conhecimento que fundamente a prática pedagógica na era digital.

Ficha acadêmica de Stella Cecília Duarte.



NOME: STELLA CECÍLIA DUARTE — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 23/9/1943 — NATURALIDADE: Rio de Janeiro — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: [illegible] — TEL. [illegible]

NOME DA MÃE [illegible] — NOME DO PAI [illegible]

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro	1962	1965

DATA DE ADMISSÃO: 1966 — Já enviou os 9 exemplares de sua tese

CONDIÇÕES EXIGIDAS:

— EXAME DE LINGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM

— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):

— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	DB/EL	DISCIPLINA	Total de compareci-mentos	NOTA	2ª época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educac. I				2
			Est. Educ. Bras. I				3
			Plan. Educação I				3
			Fil. Soc. Econ. Educ.				3
	2º		Pesquisa Educação II				3
			Est. Educ. Bras. II				3
			Espaço Rec. Est. Ed.				2
			Plan. Educação II				3
			Soc. Plan. Educ.				2
							24

ESTÁGIO (S). — NATUREZA:

DATA DE CONCLUSÃO:

SUPERVISOR (ES):

TESE "As Faculdades e os Departamentos de Educação no Grande Rio" — SUPERVISOR Célia Lúcia M. de Castro — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM 24 de agosto de 1972 — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

16. Wilma Jamile Jorge

Joycimar Barcellos[22]

Wilma Jamile Jorge nasceu em São Paulo, em 31 de outubro de 1938, filha de Elzira Nakidi Jorge e Pedro Jorge. Sua formação acadêmica teve início na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde cursou Pedagogia entre os anos de 1958 e 1961.

Em 1966, aos 27 anos, Wilma ingressou na primeira turma do curso de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para isso, deixou São Paulo, sua terra natal, em busca de uma formação que, à época, era oferecida em nível nacional exclusivamente no Rio de Janeiro.

Dois anos depois, em 1968, Wilma passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Ciências e Letras de Presidente Prudente (FAFI), onde permaneceu até 1970. Sua atuação na instituição estendeu-se por esse período de formação e consolidação profissional e, ao final de sua passagem pela faculdade, recebeu uma homenagem significativa: em 1970, foi escolhida como patronesse da turma de formandos em Pedagogia, reconhecimento que evidencia o vínculo estabelecido com seus alunos e com a instituição (Lima, 2005; Silveira, 1970).

Em 1973 publicou o artigo *Educação e Meios de Comunicação* na revista *Educação*, editada pelo Ministério da Educação, em Brasília (Jorge, 1973). A publicação, realizada em um periódico vinculado ao órgão federal responsável pela área educacional, constitui um

[22] Doutora em Educação, PUC-Rio; Mestra em Educação, PUC-Rio; Licenciada em Pedagogia, PUC-Rio; Professora da Rede Federal de Ensino, vinculada ao Departamento de Anos Iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Pedro II; Membro do Grupo de Pesquisa Profex, PUC-Rio.

registro importante de sua produção intelectual naquele período e evidencia a ampliação de seus interesses para além da sala de aula.

Em 1972, Wilma atuava como assessora pedagógica da Divisão de Educação da Editora Abril. Naquele ano, participou do I Seminário sobre a Reforma do Ensino, promovido pela editora, proferindo a conferência de abertura intitulada "A Lei 5.692 e o Processo Global Brasileiro". O seminário tinha como objetivo apresentar aos professores novas técnicas pedagógicas e discutir o funcionamento da reforma educacional instituída pela Lei nº 5.692, de 1971. O evento percorreu diferentes capitais brasileiras, sendo realizado em Salvador, Aracaju, Maceió, Recife e Belo Horizonte (Aberto […], 1972; Seminário […], 1972). Há, ainda, registros de sua permanência nessa função de assessoramento pedagógico em 1974 (Brasil, 1974).

Em sua conferência, Wilma abordou as mudanças introduzidas pela nova legislação e destacou que, de acordo com a Lei nº 5.692, o ensino de primeiro grau deveria contemplar também a preparação dos estudantes para sua futura integração profissional, relacionando a formação escolar às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país.

A partir dos anos 1980, consolida sua trajetória profissional no mercado editorial, especialmente na área de livros e materiais didáticos, chegando a ocupar o a função de editora-chefe do setor de livros didáticos da Editora Abril (Brasil, 1980), posição que evidencia sua inserção em um segmento que passava por significativa expansão no período.

Paralelamente à atuação editorial, Wilma também se dedicou à produção de materiais destinados à alfabetização e ao ensino da língua portuguesa. Em parceria com Sônia Junqueira, foi autora da cartilha de alfabetização *Mágica das Palavras*, cuja primeira edição foi publicada em 1981. Esta obra merece destaque em sua trajetória por expressar de maneira particularmente concreta suas concepções sobre alfabetização.

A coleção nasceu da experiência de Wilma com a produção de materiais didáticos e de sua crítica aos livros que, segundo ela,

embora atendessem aos objetivos formais do ensino da língua, ofereciam às crianças textos pouco significativos, distantes de seu universo e, muitas vezes, marcados por um caráter excessivamente moralizante. Em depoimento publicado à época, Wilma afirma que havia chegado o momento de transformar suas críticas em uma proposta própria de material didático (Wilma […], 1981).

A concepção metodológica da cartilha também revela essa preocupação. Segundo Sônia Junqueira, Wilma foi a principal responsável pela metodologia de alfabetização, enquanto sua parceira se dedicou, sobretudo, à dimensão linguística e aos textos (Junqueira, 2008). A aprendizagem era organizada de forma progressiva: os primeiros textos utilizavam apenas as sílabas já apresentadas às crianças, incorporando novas estruturas à medida que o processo avançava. A coleção procurava conciliar o ensino sistemático da leitura e da escrita com a construção gradual de textos acessíveis aos alunos. Foi posteriormente publicada pela Editora Moderna e aparece, ainda, no material de indicação de livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 1987 (FAE, 1986).

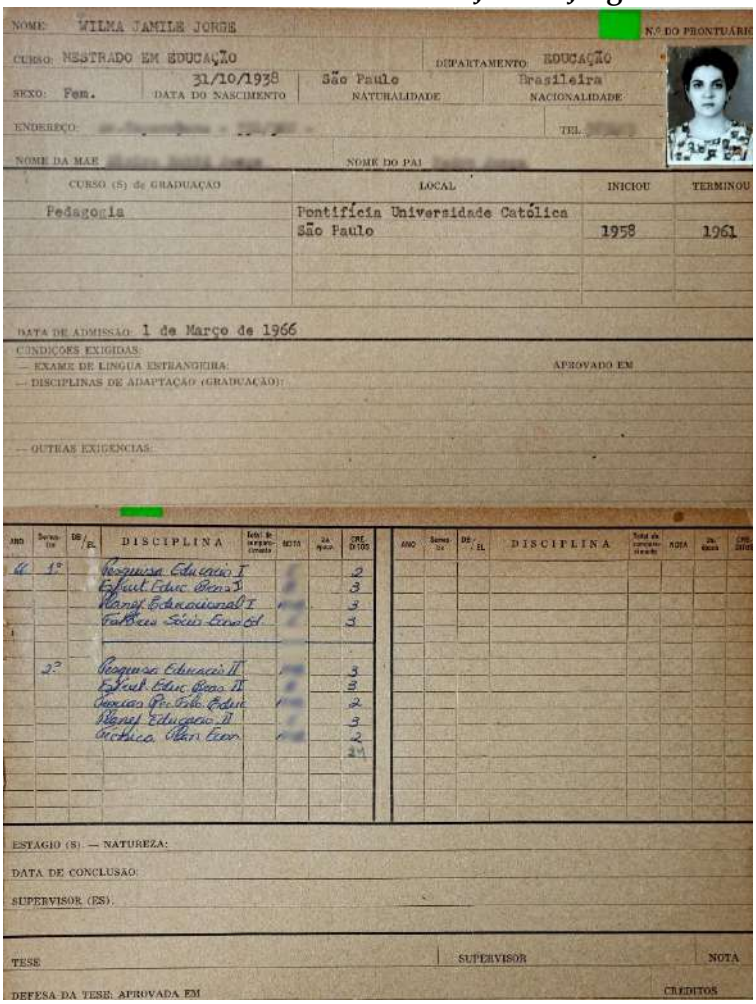
Em 1989, a obra *Viraletra Viramundo: ortografia e caligrafia* amplia a sua produção voltada ao ensino da língua escrita. Sua atuação no mercado editorial estendeu-se pelas décadas seguintes. Em 1997, figurou como editora dos livros didáticos *História do Brasil*, de Elza Nadai e Joana Neves, e *História e consciência do Brasil: da Independência aos dias atuais*, de Gilberto Cotrim, ambos publicados pela Editora Saraiva (Silva, 2024).

As informações aqui reunidas foram obtidas por meio de pesquisa documental, realizada a partir do levantamento e da análise de diferentes fontes históricas, acadêmicas e bibliográficas. Foram consultados registros institucionais, publicações da época, referências bibliográficas e documentos relacionados à trajetória acadêmica e profissional de Wilma Jamile Jorge.

A pesquisa documental está condicionada à disponibilidade e à dispersão das fontes localizadas. Embora tenha sido realizado o cruzamento de diferentes registros, permanecem alguns intervalos

documentais na trajetória da egressa da PUC-Rio. É possível acompanhar o percurso de uma educadora que esteve ligada a momentos importantes da educação brasileira, transitando entre a docência, a produção intelectual e o mercado editorial, com compromisso com a educação e com a produção e circulação de conhecimentos e materiais destinados à formação de professores e à aprendizagem escolar.

Ficha acadêmica de Wilma Jamile Jorge.



NOME: WILMA JAMILE JORGE — Nº DO PRONTUÁRIO

CURSO: MESTRADO EM EDUCAÇÃO — DEPARTAMENTO: EDUCAÇÃO

SEXO: Fem. — DATA DO NASCIMENTO: 31/10/1938 — NATURALIDADE: São Paulo — NACIONALIDADE: Brasileira

ENDEREÇO: — TEL.

NOME DA MÃE: — NOME DO PAI:

CURSO (S) de GRADUAÇÃO	LOCAL	INICIOU	TERMINOU
Pedagogia	Pontifícia Universidade Católica São Paulo	1958	1961

DATA DE ADMISSÃO: 1 de Março de 1966

CONDIÇÕES EXIGIDAS:
— EXAME DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: — APROVADO EM
— DISCIPLINAS DE ADAPTAÇÃO (GRADUAÇÃO):
— OUTRAS EXIGÊNCIAS:

ANO	Semestre	DE/EL	DISCIPLINA	Total de comparecimento	NOTA	2ª época	CRÉDITOS
66	1º		Pesquisa Educacional I				2
			Estrut. Educ. Bras. I				3
			Planej. Educacional I				3
			Col. Bras. Sócio Econ. Ed.				3
	2º		Pesquisa Educacional II				3
			Estrut. Educ. Bras. II				3
			Técnicas Pesq. Sóc. Educ.				2
			Planej. Educacional II				3
			Orientação Educacional				2
							24

ESTÁGIO (S) — NATUREZA:
DATA DE CONCLUSÃO:
SUPERVISOR (ES):

TESE — SUPERVISOR — NOTA

DEFESA DA TESE: APROVADA EM — CRÉDITOS

Acervo da PUC-Rio.

Fotografia da primeira turma do PPGE da PUC-Rio, em 1966[23].



[23] Acervo pessoal de Norma Villa Éboli, egressa da turma

REFERÊNCIAS

ABERTO seminário sobre a reforma. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 147, n. 42, Primeiro Caderno, p. 6, 22 fev. 1972.

ARAÚJO, A. C. Educação supletiva e ensino supletivo como política nacional: nas trilhas da história da Educação de Adultos – da Constituição de 1891 à Lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 69–100, jul/dez 2015. Disponível em: https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/1018. Acesso em: 20 set. 2026.

ARAÚJO, L. B. de. *A evolução dos objetivos de desenvolvimento de pessoal na experiência empresarial brasileira como um caso de educação*. 1973. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973.

ARAÚJO, S. R. R. de. *O Colégio Nossa Senhora das Dores e a Formação do Magistério Feminino em Nova Friburgo (1940-1963)*. 1993. 1 v. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SOMMELIERS - ABS-RIO. *ABS-Rio - Associação Brasileira de Sommeliers do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ABS-Rio, 2026. Disponível em: https://abs-rio.com.br. Acesso em: 10 set. 2026.

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DA VALE - APOSVALE. *APOSVALE*. Vitória: APOSVALE, 2026. Disponível em: https://www.aposvale.com.br. Acesso em: 10 set. 2026.

BARROS, M. C. M. S. *Memória e trajetória de vida de professoras do alto sertão da Bahia nas décadas de 1950 e 1960*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BATISTA, R. L. L. *Entre aparelhos e arquivos: uma história do Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei (1953-1971)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2015. Disponível em:https://ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/RODOLFO%20LUIS%20LEITE%20BATISTA.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

BATISTA, R. L. L. *Para educar a juventude: institucionalização e circulação de um projeto de Psicologia da Educação entre institutos salesianos de Itália e Brasil (1938-1959)*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/b537601e-de06-4739-a36a-6a3e90482ef0. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 77/69: normas do credenciamento dos cursos de pós-graduação*. Documenta, n. 98, p. 243-247, 1969. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v08n27/v08n27a08.pdf. Acesso em: 5 out. 2026.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 382/85*. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1985.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. Seção 1. Brasília, DF, 22 jul. 1954. p. 43.

BRASIL. MEC. MOBRAL. DETED. DIAMP. *Entrevistas realizadas para o documento "A História e a situação atual da avaliação no Mobral"*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1983. Disponível em: http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/image-04-50. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Manual do Professor: Alfabetização*. 12. ed. São Paulo: Editora Abril, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. *Parecer CFE nº 977/65, de 3 de dezembro de 1965: definição*

dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura; FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO (MOBRAL). *Alfabetização: livro de leitura*. 18. ed. São Paulo: Abril Educação, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. *Parecer CNE/CES nº 755/2023*, aprovado em 5 de outubro de 2023. Credenciamento da Faculdade Comunidade das Nações (FCN), com sede em Brasília, no Distrito Federal, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relator: Henrique Sartori de Almeida Prado. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023. Homologado pela Portaria nº 382, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, p. 16, 24 abr. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ces/2023/pces755_23.pdf.Acesso em: 5 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. *Seminário de Engenharia de Sistemas - CNAE / INEP: relatório referente ao seminário realizado entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 1970*. [S. l.]: INPE, 1970.

BRASIL. SNI. *Informe nº 229/19/APA/1984: sobre o I Seminário de Alfabetização do Cone Sul – Novo Hamburgo/RS*. [S. l.: s. n.], 1984. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1924018&v_aba=1. Acesso em: 20 set. 2026.

CANDAU, V. M. (org.). *A didática em questão*. Petrópolis: Vozes, 1983.

COLÉGIO ANCHIETA. *Colégio Anchieta: anuário de 1962*. Nova Friburgo: A instituição, 1962.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diocese de Uruguaiana (RS) comunica o falecimento de seu bispo emérito, dom Ângelo Domingos Salvador*. 12 ago. 2022. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/diocese-de-uruguaiana-rs-comunica-o-falecimento-de-seu-bispo-emerito-dom-angelo-domingos-salvador/. Acesso em: 31 ago. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). *Observatório da educação*. 4 set. 2008. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-encerrados/observatorio-da-educacao/observatorio-da-educacao. Acesso em: 27 set. 2026.

COSTA, M. de L.; SILVA, R. *Celeida Tostes*. Rio de Janeiro: Memória Visual, 2014.

COUTINHO, J. C. Pobre ensino municipal. *A Voz da Serra*, Nova Friburgo, ano 3, n. 144, 1 fev. 1948.

DIAS, G. M. N. Dona Leila Borges de Araújo: uma trajetória de pioneirismo e liderança no agronegócio. *Revista AgroNegócio CNMA*, [S. l.], p. 9, 2023.

DUARTE, S. C. *As Faculdades e os Departamentos de Educação no Grande Rio*. 1972a. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1972.

DUARTE, S. C. *Prontuário de acompanhamento de curso (1966-1972)*. 1972b. Documento de arquivo, ficha frente e verso. Acervo do Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

EMENTÁRIO de disciplinas do curso de mestrado. 1966. 33 laudas. Documento datilografado. Acervo do Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ÉBOLI, M. T. M. de M. *O professor de adultos: subsídios para uma formação adequada*. 1974. Tese monográfica (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Centro de Teologia e de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

ÉBOLI, T. *Uma experiência de educação integral: Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. Salvador: MEC/INEP/Centro Educacional Carneiro Ribeiro, 1969.

FIDELIS, J. Referência na criação de Nelore, pecuarista tem história pioneira. *Sistema FAEMG*, 20 mar. 2026. Disponível em: https://www.faemg.org.br/noticias/referencia-na-criacao-de-nelore-pecuarista-tem-historia-pioneira. Acesso em: 27 ago. 2026.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (FAE). *Manual para indicação do livro didático — PNLD*, 1986–1987/FAE. Rio de Janeiro: MEC/FAE/RJ, 1986. 72 p.

GUSSO, D. A.; CORDOVA, R. A.; LUNA, S. V. *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília, DF: UNESCO/Cresalc, MEC/Sesu/CAPES, 1985.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA - IRD. *Nota de falecimento do Professor Luiz Tauhata*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Energia Nuclear, 14 mar. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/ird/pt-br/assuntos/noticias/noticias-2022/nota-de-falecimento-do-professor-luiz-tauhata. Acesso em: 10 set. 2026.

INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA - IRD. *Instituto de Radioproteção e Dosimetria*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Energia Nuclear, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/ird/pt-br. Acesso em: 10 set. 2026.

JOÃO, F.; CLEMENTE, E. *História da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Disponível em:https://repositorio.pucrs.br/

dspace/bitstream/10923/5963/5/Hist%C3%B3ria%20da%20PUCRS%20v1.pdf. Acesso em: 10 set. 2026.

JORGE, W. J. Educação e meios de comunicação. *Educação*, Brasília, DF, MEC, v. 3, n. 9, p. 84-87, jul./set. 1973.

JUNQUEIRA, S. M. *Falou que não pode, eu quero*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: https://museudapessoa.org/historia-de-vida/falou-que-n-o-pode-eu-quero-/. Acesso em: 29 ago. 2026.

LACERDA FILHO, M. *Os caminhos, as pessoas, as idéias: a trajetória política de Gildo Macedo Lacerda, sua rede de sociabilidades e sua geração*. 2006. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2006.

LIÇÃO do professorado de Friburgo. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1506, p. 3, 20 maio 1955.

LIMA, E. L. G. *Instituto Isolado de Ensino Superior – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente – 1959-1976: uma instituição além das fronteiras*. 2005. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2005.

LIRA, A. T. do N. A Reforma Universitária. In: LIRA, A. T. do N. *A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas*. Niterói, 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 245-275. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/24560. Acesso em: 27 set. 2026.

MANIFESTO DOS PROFESSORES. 8 dez. 1970. Documento do Serviço Nacional de Informações. Código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70051580_d0001de0002. Arquivo Nacional, Banco de Dados Memórias Reveladas, Rio de Janeiro, 1970.

MARQUES, J.; BUFFA, E. *Relatório da Comissão Verificadora para efeito de Credenciamento do Doutorado e Renovação do Credenciamento do Mestrado em Educação da PUC-Rio*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, abr. 1984.

ORTIZ, S. B. T. *História do curso de Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras (1954-1962)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2024. Disponível em: https://sig.ufsj.edu.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1544&noticia=25420974. Acesso em: 26 ago. 2026.

PAIVA, V. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.

PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE. *Quem somos - Dirigentes*. Belo Horizonte: PASA, 2026. Disponível em: https://www.saudepasa.com.br/quem-somos/dirigentes/. Acesso em: 10 set. 2026.

PIMENTA, L. Vestindo a camisa: entrevista com Leila Borges de Araújo. *Revista ABCZ*, Uberaba, n. 42, p. 42, nov./dez. 2007.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Educação. *Relatório para o Credenciamento do Curso de Mestrado em Educação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1969.

PUC-RIO. *Curso de Mestrado em Educação*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969. Disponível em: https://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_s7/0/txt/cx122/br_rjanrio_s7_0_txt_cx122_pt001_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 maio 2026.

REGISTRO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 12, 5 nov. 1991.

RODRIGUES, A. G. et al. (org.). *50 Anos do curso de psicologia da UFSJ (1972-2022): algumas histórias*. 1. ed. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei, 2022. 1 e-book. ISBN 978-

65-88228-20-3. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/dpsic/50_anos.php. Acesso em: 26 ago. 2026.

SALVADOR, Â. D. *Cultura e educação brasileiras*. Porto Alegre: Sulina, 1971a.

SALVADOR, Â. D. *Iniciação ao ensino*. Porto Alegre: Sulina, 1971b.

SALVADOR, Â. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*. Porto Alegre: Sulina, 1977.

SALVADOR, Â. D. *Formação para a vida franciscana*. [S. l.]: [s. n.], 1981.

SALVADOR, Â. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. 11. ed. São Paulo: Sulina, 1986.

SANTOS, F. A. N.; GAVIOLI, H. S. A. *A construção da imagem das professoras a partir de fotografias de formatura do Colégio Nossa Senhora das Dores (São João del-Rei, 1910-1969)*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2022.

SANTOS, M. de L. L. dos. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980)*. 2006. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SANTOS, M. S. Leila Borges assume diretoria Administrativa da Fundagri (Fazu). *ABCZ*, 28 jun. 2019. Disponível em: https://www.abcz.org.br/noticias/noticia/26931/leila-borges-assume-diretoria-administrativa-da-fundagri--fazu. Acesso em: 27 ago. 2026.

SEMINÁRIO debate principais aspectos da reforma do ensino. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 147, n. 43, Primeiro Caderno, p. 6, 23 fev. 1972.

SILVA, F. A. da. *Concepções de ditadura em livros didáticos de história: uma análise pela ótica da historiografia didática (1970-2020)*. 2024. 223 f.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

SILVEIRA, B. da. Sociedade em tópicos: patronos de formatura. *O Imparcial*, Presidente Prudente, 12 nov. 1970

SILVA, R. M. *O Relicário de Celeida Tostes*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, A. N. F. de. Faculdades de Filosofia Santa Doroteia: contribuições para formação docente em Nova Friburgo-RJ e entorno. In: *XII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Tessituras de Solidariedade e de Convivências nos Diferentes EspaçosTempos Educativos*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://doity.com.br/anais/redes2024/trabalho/377065. Acesso em: 6 out. 2026.

TAUHATA, L. et al. *Radioproteção e dosimetria: fundamentos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Radioproteção e Dosimetria, 2020.

TESSELER, F. A. *Vozes de mulheres: educação, universidade e trabalho nos anos 40 e 50 do Século XX*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VALE S.A. *Vale*. Rio de Janeiro: Vale, 2026. Disponível em: https://www.vale.com/pt. Acesso em: 10 set. 2026.

WILMA Jorge com coleção especializada visando principalmente a alfabetização. *O Imparcial*, Presidente Prudente, 15 fev. 1981.

APÊNDICES

Programas das Disciplinas Mestrado em Educação, PUC-Rio 1966[1]

I. Disciplina: Pesquisa Educacional II
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Educação
Curso de Mestrado – 1966
Disciplina: Pesquisa Educacional II
Professor: Pe. Antonius Benkö
Programa do Curso
1. Metodologia: Metodologia de pesquisa em ciências sociais
1.1 - O que é metodologia? O processo científico. Lógica em uso, lógica reconstruída. Contextos de descoberta e de justificativa.
1.2 - Entendimento de 'pesquisa' na metodologia de ciências sociais. Pesquisa como um processo integrado. Suas 'fases'; interdependência de etapas; flexibilidade e recorrência, criatividade.
2. Teoria e Pesquisa Empírica
2.1 - Maior elaboração teórica ou maior preocupação com fatos. Teoristas e empiricistas.
2.2 - Finalidade de pesquisa. Investigação científica e pesquisa 'prática'. Pesquisa exploratória, descritiva, de hipóteses causais. Surveys.

[1] **Nota editorial**: Os documentos apresentados neste apêndice foram recuperados de registros históricos que apresentam marcas de desgaste decorrentes da passagem do tempo, comprometendo, em alguns casos, sua legibilidade. Foi realizado um trabalho de digitalização, transcrição e revisão, buscando preservar a redação, a terminologia e as características dos materiais originais. Cabe destacar que os programas apresentam diferentes configurações, cabeçalhos e formas de organização, não seguindo necessariamente uma estrutura uniforme. Essas particularidades foram preservadas, e eventuais ajustes limitaram-se à correção de aspectos ortográficos e à padronização editorial, respeitando o conteúdo dos documentos.

2.3 - A teoria como orientação da pesquisa empírica. Níveis de generalização; níveis individual, contextual, de grupo e estrutural.
2.4 - A pesquisa como orientação da teoria. O operacionalismo. Neo-positivismo.

3. O Processo de Pesquisa: A Pré-Análise

3.1 - O significado da pré-análise; a base teórica do processo de pesquisa. A consideração de estudos já realizados.
3.2 - Conceituação e modelos conceituais. Constructos; elementos, fatores e variáveis.
3.3 - Operacionalização. Indicadores e índices. Conceito de trabalho.

4. Alguns Problemas de Epistemologia

4.1 - Lógica clássica. Processos dedutivo e indutivo na investigação científica. Método experimental. Positivismo lógico. O 'novo espírito científico'.
4.2 - A metodologia como disciplina filosófica; a lógica maior. Idealismo, racionalismo, empiricismo. A crítica metafísica; a preocupação com a validade do processo de investigação.
4.3 - O método científico e as ciências sociais.

5. O Processo de Pesquisa: A Coleta de Dados

5.1 - Mensuração. Níveis de mensuração. Escalas.
5.2 - A quantificação na pesquisa social.
5.3 - A observação. Tipos de observação. Problemas na observação do fato social.
5.4 - Questionários e entrevistas. Tipos diferentes.
5.5 - A experimentação. A determinação de relações causais. Tipos de experimento. A informação 'ex-post-facto'.
5.6 - O uso de dados já coletados. Documentos. Literatura. Estatísticas. Pesquisas anteriores.
5.7 - Ordenação de dados coletados. Estabelecimento de categorias. Material estruturado e não estruturado. Codificação, tabulação.
5.8 - Ordenação de dados já coletados: o uso de computadores.

6. O Processo de Pesquisa: Análise e Interpretação

6.1 - Significado da análise e da interpretação. Recorrência no processo de pesquisa. Níveis de análise. Níveis de mensuração.

6.2 - Variáveis explicativas, significativas e informativas. Explicação teórica e explicação correlacional.
6.3 - Análise de uma variável. Análises qualitativas. Esclarecimento adicional.
6.4 - Análise de duas variáveis. Tipos de interrelação. Seu valor teórico.
6.5 - Análise de três variáveis. A 'especulação informada'. Análise multivariada. O processo de 'elaboração'. A lógica da análise de surveys. Tipos de correlação entre as variáveis.
6.6 - Análise de mais de três variáveis. Análise lógica sistemática. Análise gráfica de sistemas de variáveis. Diferentes abordagens (Coleman, Blalock, Boudon e outros). Análise fatorial, análise de estrutura latente. Path analysis.

7. Noções de problema: de "construção de teoria".

Bibliografia

BACHELARD, Gaston. *La Formation de l'Esprit Scientifique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1967.
BLALOCK, Hubert. *Causal Inferences in Non-experimental Research.* Chapel-Hill: Univ. of North Carolina Press, 1964.
BLALOCK, Hubert (ed.). *Methodology of Social Research*. New York: McGraw-Hill, 1968.
BLALOCK, Hubert. *Theory Construction: From Verbal to Mathematical Formulation*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.
BOUDON, Raymond. *Métodos Quantitativos em Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971 (trad. da 1ª ed. de 1969).
COSER, Lewis (ed.). *Sociological Theory: A Book of Readings*. 3. ed. Toronto: The Macmillan Co., 1970.
DURKHEIM, Émile. *Les Règles de la Méthode Sociologique*. Paris: P.U.F., 1950.
GRANGER, Gilles-Gaston. *Pensée Formelle et Sciences de l'Homme*. Paris: Aubier-Montaigne, 1967.
HAMMOND, Phillip. *Sociologists at Work*. New York: Doubleday, 1967.
HINKLE, Roscoe. *The Development of Modern Sociology*. New York: Random House, 1968.
KAPLAN, Abraham. *The Conduct of Inquiry*. New York: Chandler, 1964.

KERLINGER, Fred N. *Foundations of Behavioral Research*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964.
LAZARSFELD, F.; BOUDON, R. *L'Analyse Empirique de la Causalité*. Paris: Mouton, 1966.
LAZARSFELD, F.; BOUDON, Raymond. *Le Vocabulaire des Sciences Sociales*. Paris: Mouton, 1964.
LAZARSFELD, Paul; ROSENBERG, Morris. *The Language of Social Research*. New York: The Free Press, 1955.
LAZARSFELD, Paul; ROSENBERG, Morris; PASARELLA, Ann. *Continuities in the Language of Social Research*. New York: The Free Press, 1972.
LINDZEY, Gardner (ed.). *The Handbook of Social Psychology*. Vol. 2: Research Methods. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1968.
MADGE, John. *The Origins of Scientific Sociology*. New York: The Free Press, 1962.
MARITAIN, Jacques. *A Filosofia da Ciência Moderna*. Rio de Janeiro: Agir, 1970.
MARTINDALE, Don. *The Nature and Types of Sociological Theory*. Cambridge, Mass.: The Riverside Press, 1960.
MERTON, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press, 1957.
PHILLIPS, Bernard S. *Social Research: Strategy and Tactics*. New York: The Macmillan Co., 1971.
RILEY, Matilda. *Sociological Research.* New York: Harcourt, Brace and World, 1963.
SELLTIZ, Claire et al. *Research Methods in Social Relations*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1959.
STINCHCOMBE, Arthur. *Constructing Social Theories.* New York: Harcourt, Brace and World, 1968.
TORGERSON, Warren. *Theory and Methods of Scaling.* New York: John Wiley, 1967.
WEBER, Max. *Essais sur la Théorie de la Science*. Paris: Plon, 1965.
WEBER, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. New York: The Free Press, 1949.

II. Programa da disciplina Estrutura da Educação Brasileira

PUC/RJ — Departamento de Educação

EDU 1415 – Estrutura da Educação Brasileira

Profª: Eulina Fontoura

Turmas: TBA, TBB, TBC e TBD

PROGRAMA

1. **Objetivos Gerais do Curso:**
   - 1.1. Conhecer os principais documentos legais referentes ao ensino de 1º e 2º graus no Brasil, a partir da Lei nº 4.024/61.
   - 1.2. Conhecer a proposta teórica contida na Lei nº 5692/71, confrontando-a com a realidade do sistema de ensino de 1º e 2º graus da rede oficial do Rio de Janeiro.
   - 1.3. Adquirir conceitos sobre sistema e sistema educacional.
2. **Objetivos Específicos do Curso**
   - 2.1. Comparar a proposta contida na Lei nº 4024/61 com a da Lei nº 5692/71.
   - 2.2. Identificar os princípios norteadores da Lei nº 5692/71, a partir do relatório do anteprojeto desta lei elaborado pelo GT.

     Caracterizar a organização didático-pedagógica do ensino de 1º e 2º graus, a partir do estudo do Parecer nº 853/71 e Resolução anexa (nº 8/71) do Conselho Federal de Educação.
   - 2.3. Caracterizar o ensino profissionalizante de 2º grau, a partir dos estudos dos Pareceres nº 45/72 e 75/76 do Conselho Federal de Educação.
   - 2.4. Caracterizar a população docente e discente da escola pública de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro, em termos de:
     - distribuição de professores e alunos por grau e série;
     - proporção professor/aluno;
     - formação do professor de 1º e 2º graus da rede oficial do Rio de Janeiro;
     - situação econômica do professor e do aluno;

- recursos humanos dos DECs nas Secretarias Municipal e Estadual do Rio de Janeiro (incluindo especialistas);
- mobilidade do professor e do aluno.

2.5. Identificar os recursos financeiros disponíveis: planejamento orçamentário, recursos materiais e custo-aluno.

2.6. Concluir sobre a grande adequação do currículo da escola pública de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro à proposta da Lei nº 5692/71, considerando os seguintes aspectos: organização curricular x características da população de cada escola; programa proposto x programa implementados, da população; participação da comunidade na escola, entrosamento com a comunidade (assistência social).

2.7. Elaborar relatórios a partir das visitas feitas às escolas de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino do Rio de Janeiro, tendo em vista sua correspondência com a proposição da Lei nº 5692/71.

2.8. Confeccionar gráficos comparativos dos dados colhidos nas escolas visitadas.

2.9. Identificar a situação do ensino de 1º e 2º graus em termos da divisão em graus e séries, fluxo de alunos, comunicação SEC-Escola e carga horária.

2.10. Conceituar sistema e sistema de ensino.

2.11. Estabelecer relações entre sistema social e sistema educacional, focalizando a realidade do Rio de Janeiro.

3. Conteúdo Programático do Curso:

1. Unidade I: A Lei nº 5692/71

1.1. Antecedentes históricos da Lei nº 5692/71 e contexto social, político e econômico da promulgação da Lei nº 5692/71.

1.2. Pressupostos básicos da Lei nº 5692/71; organização didático-pedagógica do ensino de 1º e 2º graus (Parecer nº 853/71 e Resolução nº 8/71).

1.3. Legislação complementar (Parecer nº 45/72 e Parecer 76/75).

2. **Unidade II: A Implantação da Lei nº 5692/71, a nível dos Recursos Humanos e Financeiros, Currículos e Programas:**
   2.1. Características da população docente da escola pública de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro: identificação do nº de professores/grau/série; proporção professor/aluno; formação do professor; situação econômica do professor; recursos humanos dos DECs e SECs (especialistas); mobilidade e evasão de professores.
   2.2. Características da população discente: dados pessoais; dados existentes sobre a população escolar no país; relação entre idade e série; mobilidade do corpo discente.
   2.3. Distribuição dos recursos financeiros: planejamento orçamentário, recursos materiais e custo-aluno.
   2.4. Congruências e defasagens da proposta teórica contida na Lei nº 5692/71 com a realidade do Sistema de Ensino oficial do Rio de Janeiro: organização curricular x características da população escolar; programa proposto x programa implementado; programa implementado x característica da população; participação da comunidade na escola.

3. **Unidade III: O Sistema Educacional:**
   3.1. Conceito de Sistema e Sistema de Ensino.
   3.2. Órgãos deliberativos, normativos e executivos do sistema educacional (MEC, CFE, SEEC, CEE, SME, DEC).
   3.3. Estrutura do sistema: Divisão em graus e séries, fluxo de alunos, composição de turmas, comunicação SEC/DEC/ESCOLA, carga horária.

IV. Metodologia

O curso se desenvolverá a partir de aulas expositivas, dinâmicas de grupo, visitas a escolas da rede oficial de Ensino do município do Rio de Janeiro, coleta de dados na SME e SEEC do Rio de Janeiro,

elaboração de relatório e construção de gráficos a partir dos dados coletados.
Estratégias como Painel Integrado, Júri simulado e outras serão também desenvolvidas pela melhor exploração do conteúdo do curso.

V. Avaliação

A disciplina é de Categoria II, o que significa que G1 tem peso 3 e G2 tem peso 2. A média final, portanto, será:Média final = (3 × G1 + 2 × G2) / 5
O G1 abrangerá as notas obtidas nas tarefas realizadas no decorrer do curso.O G2 será uma prova final dissertativa.

III. Programa da disciplina da Psicopedagogia (Aconselhamento Psicopedagógico II)

PUC/RJ – Departamento de Educação
Curso de Mestrado – 1966
Disciplina: Psicopedagogia (Aconselhamento Psicopedagógico II)
Profa.: Eloisa Lopez Franco

CONTRATO DE ENSINO

1. Objetivos

O curso de Aconselhamento Psico-Pedagógico II se propõe oferecer aos mestrandos a facilitação dos recursos necessários para que cada aluno possa atingir os seguintes objetivos:

- Conhecimento das noções básicas da teoria existencial de aconselhamento.
- Conhecimento e análise crítica da teoria rogeriana de aconselhamento.
- Gravação e análise crítica de entrevistas.

A orientação metodológica será predominantemente centrada no aluno.

2. Conteúdo

- O enfoque existencial no aconselhamento.
- A pessoa e obra de Carl Rogers.

- As noções de "não-diretividade" e de "Aconselhamento centrado no cliente".
- Teoria de Rogers sobre a personalidade e a conduta.
- O terapeuta no aconselhamento rogeriano.
- O cliente no aconselhamento rogeriano.
- A estrutura e a dinâmica na relação de aconselhamento rogeriano.
- A teoria de C. Rogers na sua aplicação ao campo educacional.
- O aconselhamento centrado no grupo.
- A pesquisa no campo de aconselhamento rogeriano.

3. Metodologia

A avaliação será resultado da participação, elaboração, apresentação e debate de um seminário.

- Aportações nos seminários de outros grupos.
- Leituras solicitadas.
- Gravação e análise crítica de entrevistas.
- Trabalho individual sobre o tema "Aspectos significativos de Rogers aplicáveis ao campo educacional".

4. Bibliografia

CURRAN, Charles A. *Le Psicoterapia autogogica: counseling y sus aplicaciones educativas y pastorales.* Madrid: Razón y Fé, 1969.

HAMELINE, D.; DARDELIN, M. J. *La liberté d'apprendre: les éditions ouvrières*. Paris, 1967.

HART, J. T.; TOMLINSON, T. M. *New directions in client-centered therapy*. New York: Hart and Tomlinson Edit., 1970.

HIROSHI, I. *Introducción al counseling: el pensamiento de Carl R. Rogers.* Madrid: Ed. Razón y Fé, 1971.

KRAUSE, M. S. *An analysis of C. Rogers theory of personality. Genetic Psychology Monographs*, v. 69, p. 49–99, 1964.

LERNER, M. *Introducción a la psicoterapia de Rogers*. Buenos Aires: Edic. Nueva Visión, 1974.

MACHADO DA SILVA PACHECO, M. G. *Estudo sobre a atitude de aceitação rogeriana e implicações no relacionamento professor-aluno.* Tese de Mestrado, PUC/RJ, 1973.

PAGÈS, M. *L'orientation non-directive en psychothérapie et en psychologie sociale*. Paris: Dunod, 1965.
PAGÈS, M. *La vie affective des groupes: esquisse d'une théorie de la relation humaine*. Paris: Dunod, 1970.
PERETTI, A. *Les contradictions de la culture et de la pédagogie*. Paris: EPI, 1965.
PERETTI, A. *Libertad y relaciones humanas*. Madrid: Morava, 1971.
PERETTI, A. *Pensée et vérité de Carl Rogers*. Toulouse: Privat, 1974.
PORTER, C. M. *An introduction to therapeutic counseling*. Boston: Houghton Mifflin, 1950.
LES AMIS DE SÈVRES. Número monográfico, n. 1, 1970.
ROGERS, C. R. *Counseling and psychotherapy*. Boston: Houghton Mifflin, 1942.
ROGERS, C. R. *La relation d'aide et la psychothérapie*. Traduit en français par J. P. Zigliara (2º vol.). Les éditions ESF, 1971.
ROGERS, C. R. *Client-centered therapy. Boston: Houghton Mifflin*, 1951. Trad. espanhola, Buenos Aires: Paidós, 1969; e trad. portuguesa, Ed. Moraes.
ROGERS, C. R. *On becoming a person. Boston: Houghton Mifflin*, 1961. (Trad. francesa e portuguesa, Lisboa: Ed. Moraes, 1970).
ROGERS, C. R. *Freedom to learn. Columbus*, Ohio: Charles E. Merrill Co., 1969. (Trad. portuguesa, Belo Horizonte: Ed. do Professor, 1971).
ROGERS, C. R. *Grupos de encontro*. Lisboa: Moraes, 1972.
ROGERS, C. R. *The process of therapy. Journal of Consulting Psychology*, v. 4, p. 161–164, 1940.
ROGERS, C. R. *Autobiographie*. Paris: EPI Éditeurs, 1971. (Trad. da History of Psychology in Autobiography, 1967).
ROGERS, C. R. *The necessary and sufficient conditions for personality change*. Journal of Consulting Psychology, v. 31, p. 119–130, 1967.
ROGERS, C. R.; STEVENS, H. *Person to person: the problem of being human, a new trend in psychology*. California: Real People Press, 1967.
ROGERS, C. R.; DYMOND, R. *Psychotherapy and personality change*. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. *Psicoterapia y relaciones humanas: teoría y práctica de la terapia no-directiva*. Madrid: Alfaguara, 1967. (2 vol.). Tradução brasileira.
ROGERS, C. R. *The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change*. Journal of Consulting Psychology, v. 21, p. 95–103, 1957 (a).
ROGERS, C. R. *Training individuals to engage in the therapeutic process*. In: STRETHER, C. R. (ed.). Psychology and mental health. Washington, D. C.: American Psychological Association, 1957 (b).
ROGERS, C. R. *The interpersonal relationship: the core of guidance*. Harvard Educational Review, v. 32, p. 416–429, 1962.
ROGERS, C. R.; GENDLIN, E. T.; KIESLER, D.; TRUAX, C. B. *The therapeutic relationship and its impact: a study of psychotherapy with schizophrenics.* Madison: University of Wisconsin Press, in press, 1966.
ROGERS, C. R.; SKINNER, B. F. *Some issues concerning the control of human behavior*. Science, v. 124, p. 1057–1066, 1956.
ROGERS, C. R.; TRUAX, C. B. *The relationship between patient intrapersonal exploration in the first sampling interview and the final outcome criterion.* Brief Research Reports, Wisconsin Psychiatric Institute, University of Wisconsin, 1962, 73.
ROGERS, C. R.; WALKER, A.; RABLEN, R. *Development of a scale to measure process changes in psychotherapy.* Journal of Counseling Psychology, v. 7, p. 79–85, 1960.
SÁNCHEZ-RIVERA, J. H. *Tres cuestiones terapéuticas desde el punto de vista de la terapia centrada en el cliente.* Revista Educadores, nº 61, 1971.
SÁNCHEZ-RIVERA, J. H. *La teoría de la desadaptación psicológica en Carl R. Rogers*. Revista Educadores, nº 64, 1971.
SÁNCHEZ-RIVERA, J. H. *El terapeuta: su funcionamiento visto desde la terapia centrada en el cliente.* Revista Educadores, nº 68, 1972.

PSICOPEDAGOGIA_CONTRATO DE ESTUDO

1. OBJETIVOS

1.1. Identificar e analisar as teorias modernas de aconselhamento para, através de uma reflexão crítica, encontrar um modo pessoal de atuação baseado em conhecimentos científicos.

1.2. Identificar o papel do orientador em nossa realidade educativa e estabelecer a distinção entre aconselhamento e orientação.

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2.1. Principais concepções teóricas do aconselhamento:

- Abordagens racionais: teoria dos traços (Williamson); teoria eclética (aconselhamento de Thorne, Shostromer e Pramer); psicoterapia psico-racional de Filis.
- Abordagens baseadas nas teorias da aprendizagem: teoria por reflexo condicionado de Saltar; psicoterapia da inibição recíproca da Volpe; psicoterapia por reforçamento (Acilard e Miller); aprendizagem social de Roter; teoria da interferência de Philips.
- Abordagens psicanalíticas: aconselhamento psicológico de Bordim; terapia psicanalítica de Alexander.
- Abordagens fenomenológicas e perceptuais: psicologia dos construtos pessoais de Kelly; abordagem transacional de Gtinker; terapia centrada no cliente de Rogers.
- Abordagens existenciais: psicoterapia existencial; logoterapia de Frankle.

Obs.: A taxonomia acima é de Estterman, a qual engloba a de Patterson.

2.2. Delimitação do campo de orientação educacional e aconselhamento psico-pedagógico.

2.3. Avaliação do aconselhamento.

3. ATIVIDADES DE ESTUDO

3.1. Participar de aulas conduzidas pela orientadora do curso, através de exposição dialogada.

3.2. Realizar leituras sobre algumas teorias, de acordo com o interesse pessoal pelo assunto.

3.3. Assistir a uma conferência feita por um especialista no assunto.

3.4. Visitar um centro bem organizado de aconselhamento psico-pedagógico e discutir em grupo as observações feitas.

3.5. Realizar um trabalho monográfico individual sobre assunto de interesse pessoal.
3.6. Assistir a filmes sobre aconselhamento e comentá-los.
3.7. Preparar individualmente três relatórios de leituras feitas, objetivando o trabalho monográfico final.
3.8. Apresentar oralmente, em classe, uma síntese do trabalho monográfico realizado.

4. AVALIAÇÃO

Serão avaliadas as seguintes atividades:

- projeto inicial de monografia, segundo roteiro estabelecido;
- relatórios parciais em número de três (3), objetivando a elaboração da monografia;
- trabalho final individual: monografia.

A avaliação será cumulativa, realizada após cada atividade programada, provendo um contínuo feedback por parte do orientador do grupo.

Ao final do curso, tanto o orientador quanto o mestrando participarão da avaliação final, levando-se em conta os critérios definidos e os objetivos estabelecidos.

IV. Programa da disciplina Sociologia da Educação (Fatores Sócio-Econômicos da Educação)

PUC/RJ — Departamento de Educação

EDU 2154 – Sociologia da Educação (Fatores Sócio-Econômicos da Educação)

Prof.: José Carmelo Braz de Carvalho

Mestrado em Educação – 1966

Ementa

A educação formal como processo macro e microssociológico. Diversidade de paradigmas sociológicos em educação. Educação, estratificação e desenvolvimento sociais. Sociologia da organização escolar.

Objetivos

1. Possibilitar o estudo crítico dos principais paradigmas sociológicos sobre a educação;
2. Incentivar a análise dos fenômenos educacionais a partir dos modelos conceituais envolvidos nestes paradigmas;
3. Ensejar a operacionalização das teorias e modelos à situação brasileira e descobrir linhas de pesquisa sociológica sobre a educação.

Conteúdo Programático

1. **Principais Paradigmas da Reflexão Sociológica sobre a Educação**
   - 1.1. Paradigma Estrutural-Funcionalista.
   - 1.2. Paradigma Conflitual.
   - 1.3. Paradigma Marxista.
   - 1.4. Paradigma Libertário.
   - 1.5. Paradigma Dependência.

2. **Instâncias de Reflexão Sociológica sobre Educação**
   - 2.1. Sociologia da Educação, Sociologia Educacional e Fundamentos Sociais da Educação.
   - 2.2. A reflexão sociológica sobre Educação: Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos.
   - 2.3. Revisão da Reflexão Sociológica sobre Educação no Brasil.

3. **Educação, Estratificação e Mobilidade sociais**
   - 3.1. Educação em face da Estratificação Social e da Mobilidade Social: bases teóricas das principais abordagens.
   - 3.2. O estado da questão nas pesquisas educacionais nacionais e internacionais sobre o papel da educação na estratificação e mobilidade sociais.

4. **Educação e Desenvolvimento social**
   - 4.1. Teorias de Desenvolvimento Social e da Educação.
   - 4.2. Linhas contrastantes.

5. Sociologia Organizacional em Educação

5.1. Correntes de Sociologia Organizacional em Educação.
5.2. Modelos Organizacionais aplicados à Educação.
5.3. Escola e Comunidade.
5.4. Relações Interpessoais na Escola.

Avaliação

a. Estudo monográfico de aprofundamento sobre tema de interesse do mestrando.
b. Percepção docente relativamente à participação e contribuição nos seminários, bem como ao domínio do conteúdo geral do programa.

Referências Bibliográficas

Unidade 1 — Em geral

1. Sobre os paradigmas sociológicos em geral, conferir:
    a. KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas.
    b. BOUDON, Raymond. Efeitos Perversos e Ordem Social.
    c. TIMASHEFF, Nicholas. Teoria Sociológica.
    d. ROCHER, Guy. Introduction à la Sociologie Générale. v. II, p. 146-201.
    e. STRASSER, Herman. A Estrutura Normativa da Sociologia: Temas Conservadores e Evolucionistas.
2. PAULSTON, Rolland. Social and Educational Change: Conceptual Frameworks. Comparative Education Review, v. 21, n. 2/3, p. 370-395. (Apostilado pelo LAV/EDU). Há versão completa da obra na biblioteca setorial-CTCH.
3. KAZAMIAS et al. Methodological Approaches in Comparative Education. Comparative Education Review, p. 159-163.

Tópicos 1.1 e 1.2

1. COLLINS, Randall. *Functional and Conflict Theories of Educational Stratification.* American Sociological Review, v. 36, 1971, p. 1002-1019. (Tradução livre, em apostila).

2. WOLFE, Marshall. *Educação, Estruturas Sociais e Desenvolvimento na América Latina*. In: Desenvolvimento: O que, Para quem. Rio: Paz e Terra, 1978. cap. 10.
3. COOMBS, Philip. *A Crise Mundial da Educação*.
4. GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. São Paulo: Cortez, 1980. p. 143.
5. GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea.* Educação & Sociedade, n. 8, maio 1981, p. 5-32.
6. DEMO, Pedro. *Conflito Social: Perspectivas Teóricas e Metodológicas*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.
7. APELBAUM, R. P. *Theories of Social [trecho ilegível].* Chicago: [trecho ilegível], 1970. p. 73, 77, 81, 85, 92 e 97. (Tradução).

Tópico 1.3 — Paradigma Marxista em Sociologia da Educação

1. SARUP, Madan. *Marxismo e Educação: Abordagem Fenomenológica e Marxista em Educação*. Rio: Zahar, 1980.
2. MARX, K.; ENGELS, F. *Crítica da Educação e do Ensino*. Organizado por Roger Dangeville. Lisboa: Moraes Editores, 1978.
3. SALM, Claudio. *Uma Nota sobre o Apelo a Marx nas Críticas à Teoria do Capital Humano.* Anais do VII Encontro Nacional de Economia, v. 2, p. 597-614. Atibaia, SP: ANPEC, 11 a 14 de dezembro de 1979. Ou sua obra: Escola e Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1980.
4. LEVITAS, Maurice. *Marxist perspectives in the Sociology of Education*. London: Routledge & Kegan, 1974.
5. Revisão das abordagens marxistas em Sociologia da Educação nos seguintes ensaios desenvolvidos por mestrandos do Departamento de Educação da PUC/RJ:
    a. *Antonio Gramsci: Uma Abordagem Marxista em Sociologia da Educação*. Por Amélia Paula, Magali Catto, Marilene Barbosa, Sicnara Leite, Sonia Kramer, [trecho ilegível]. Dezembro de 1979. 30 p.
    b. *Althusser, Baudelot, Establet e Poulantzas: Uma Abordagem Marxista em Sociologia da Educação*. Por

Antonio Sobrinho, Luis Cavalcanti, Maria de Fátima Pereira, Maria Ivanda Bezerra, Maria Luiza Vale. Dezembro de 1979.

c. *Bourdieu e Passeron: A Função da Ideologia na Reprodução dos Sistemas Econômicos, Cultural e Político*. Por Eliane Coelho, Babila Hanna, Magali Baruki, Mônica Oliveira, [trecho ilegível]. PUC/RJ: Departamento de Educação, dezembro de 1979. 50 p.

6. FREITAG, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: [editora ilegível], 1980. cap. 1.
7. PAOLI, [prenome ilegível] J. *Ideologia e Hegemonia*. São Paulo: Cortez, [ano ilegível].
8. LOMBARDI, Franco. *La Pedagogia*. [Local e editora ilegíveis], 1971.

   Sobre Gramsci, consultar também:

   - VIEIRA, E. *Estado e Política Social*. Educação & Sociedade, [número ilegível], 1979, p. 79-85.
   - MORAES, C. S. V. *Ideologia e Intelectuais em Gramsci*. Educação & Sociedade, n. 1, setembro de 1978, p. 71-92.
9. DURAND, José C. G. *As Funções Ideológicas da Escola: Educação e Hegemonia de Classes*. Zahar, 1979. Contendo:

   1) De Bourdieu, Passeron, Boltanski e Saint-Simon, dois capítulos às p. 71-104 e 107-176;

   2) Uma análise de M. Amiet sobre a obra de Baudelot e Establet, p. 217-228.

10. CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento: de JK a JQ*. Rio: Paz e Terra, 1979. cap. 2.
11. ESCOBAR, Carlos Henrique. *Quem tem medo de Louis Althusser*. Leia Livros, julho de 1979, p. 14-15.
12. CUNHA, Luiz Antonio. *Um Estudo da Teoria da Escola Capitalista*. [Local e editora de leitura incerta], 1980. 80 p.
13. HARNECKER, Marta. *Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. Rio: [editora ilegível], Século XXI.

14. JAGUARIBE, Hélio. *O [trecho ilegível] Político e Social de Marx*. Ensaios de Opinião, v. 10, 1979, p. 27-33.
15. BOFF, Leonardo. *Histórico em Teologia*. Jornal do Brasil, Caderno Especial, 06/04/1980.
16. DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. [Local e editora de leitura incerta], [ano ilegível]. (Capítulo sobre [trecho ilegível]).
17. [Autor ilegível], Herbert. [Título ilegível].
18. [Autor e título ilegíveis].
19. BOWLES, S.; GINTIS, H. [Título ilegível].
20. HUTEAU, Michel; LAUTREY, J. *Cuba: Revolução no Ensino.* Coimbra: [editora ilegível], 1976. 377 p.
21. CARNOY, Martin; WERTHEIN, Jorge. *Cuba: Economic Change and Education Reform*. World Bank Paper n. 317, junho de 1979. 153 p.
22. *Cuba: Resoluções do 1º Congresso Nacional de Educação e Cultura*. Tradução de O. Joia e L. R. Perez. Livramento, 1980. 63p.
23. BAUDELOT; ESTABLET. *La Escuela Capitalista*. México: Siglo XXI.
24. POULANTZAS, Nicos. *Escola em Questão.*
25. MANACORDA, Mario. *La Alternativa Pedagógica*. Barcelona: Editora Nova Terra, 1976.
26. MANACORDA, Mario. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.
27. LENCARTE, C. *Degualification, Armée de Réserve Industrielle, Crise de l'École. Critiques de l'Économie politique*, n. 1, dezembro de 1977, p. 131-143.

Tópico 1.4 — Paradigma Libertário

1. PAIVA, Vanilda P. *Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista*. Rio: Civilização Brasileira, 1960. 208 p.
2. BOUDON, Raymond. *Efeitos Perversos e Ordem Social*. Rio: [editora ilegível], p. 179-176; 102-108; 215-206.
3. IDAC. *Le Débat Pédagogique: Freire x Illich*. [Local ilegível], 1975. Tradução de [trecho ilegível]. Zaia Brandão (org.), p. 101-133.

4. TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, Poder e Ideologia*. In: [título parcialmente ilegível]. Ed. Vozes, 1979.
5. ILLICH, Ivan et al. *After Deschooling What?*
6. [Autor indicado por traços no original] e outros "libertários". In: [título parcialmente ilegível]. cap. 9 de Educability, Schools and Ideology. London: Croom Helm, 1974.
7. HALLAK, Jacques. *À Qui Profite l'École*. Paris, 1974. cap. 10: Les Radicaux, p. 239-254.

Tópico 1.5 — Paradigma Dependista em Educação

1. BERGER, Manfredo. *Educação e Dependência*. São Paulo: DIFEL/UFRGS, p. 11-30.
2. CARDOSO, Fernando H. *O Consumo da Teoria da Dependência*. Ensaios de Opinião, v. 4, n. 2, 1977.
3. GARCIA, Pedro B. *Educação: Modernização ou Dependência*. Rio: Francisco Alves, 1977. p. 49-72.
4. DAGNINO, Evelina. *Cultural and Ideological Dependence: Towards a Theoretical Framework*. In: F. Bevilla e R. Gixling, [título ilegível].
5. WEFFORT, Francisco. *Nota sobre a Teoria da Dependência: Teoria das Classes ou Ideologia Nacional*. In: CARDOSO, F. H. Sobre Teoria e Método em Sociologia. São Paulo: CEBRAP, 1976. p. 17-24.

Unidade 2

Itens 2.1 e 2.2

1. BROOKOVER; ERICKSON. *Sociology of Education.* [Editora ilegível], 1973. p. 3-15.
2. GRAS, Alain. *Sociologie de l'Éducation*. [Dados editoriais ilegíveis], 1974. p. 21-31.
3. MORRISH, Ivor. *Sociologia da Educação*. Rio: Zahar Ed., 1975. p. 27-42. (Ou cap. 2 de A Sociologia da Educação).
4. CÂNDIDO, Antonio. *Tendências no Desenvolvimento da Sociologia da Educação*. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. (org.). Educação & Sociedade. São Paulo: Ed. Nacional, 1974. p. 7-18.

5. ISAMBERT-JAMATI; MAUCORPS, J. G. *La Sociologie de l'Éducation. Current Sociology / La Sociologie Contemporaine*, v. 20, n. 1, 1972. (Resenha de A. H. Halsey: The Sociology of Education, Current Sociology, 1959, p. 165-235).
6. HURN, Christopher J. *Recent Trends in the Sociology of Education in Britain*. Harvard Educational Review, v. 46, n. 1, p. 105-114, fevereiro de 1976.
7. BARNBAUM, Gerald. *Knowledge and Ideology in the Sociology of Education*. London: The Macmillan Press, 1977. p. 9-26.
8. GOMES, Cândido A. C. *Sociologia do Currículo: Perspectivas e Limitações*. Forum educacional, ano 4, n. 4, março de 1981.
9. WILLIAMSON, Bill. *Continuities and Discontinuities in the Sociology of Education*. In: Educability, Schools and Ideology. London: Croom Helm, 1974. p. 3-14.
10. CHERKAOUI, Mohamed. *Bernstein and Durkheim: Two Theories of Change in Educational Systems*. [Demais dados bibliográficos ilegíveis], 1977.

Item 2.3

11. GOMES, Cândido A. C. *Os Estudos Sociológicos da Educação no Brasil*. Rio: Série EDIPUC, 1970.
12. BERGER, Manfredo. *Educação e Dependência*. Porto Alegre: UFRGS, 1976. p. 308-323. (O Desenvolvimento da Sociologia no Brasil).
13. ABREU, Jayme. *Educação, Sociedade e Desenvolvimento*. Rio: MEC/INEP/CBPE, 1968. p. 63-72.
14. Obras de referência geral:
    - Educação e Ciências sociais. Rio: MEC/INEP/CBPE, n. 1 a 21.
    - Pesquisa e Planejamento. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho.
    - Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
    - Centros Regionais de Pesquisa Educacional. CRPE/INEP de Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre (publicações diversas).

V. Programa da disciplina Planejamento Educacional II (Princípios e Técnicas de Planejamento)

PUC/RJ – Departamento de Educação

Curso de Mestrado em Educação

Prof. Osmar Fávero

Planejamento Educacional II (Princípios e Técnicas de Planejamento)

PROGRAMA

1. O programa deste semestre será uma continuação do iniciado no primeiro. Podemos considerar que pelo menos 1/3 dos conteúdos foram desenvolvidos e os restantes 2/3 deverão sê-lo agora. A forma de realizá-los, todavia, será diferente, como veremos a seguir.
2. O programa será desdobrado em quatro unidades, a saber:
   a) EMERGÊNCIA E SEMÂNTICA DO PLANEJAMENTO (visto como modo típico de estruturação de sociedades e, em especial, como forma de intervenção do Estado nas sociedades capitalistas periféricas, a partir do caso latino-americano e destacando o caso brasileiro).
   b) ORIGENS DO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO (pressupostos, princípios e métodos; novas políticas internacionais, estratégias e [trecho ilegível]).
   c) POLÍTICA E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL ([trecho ilegível] a intervenção do Estado brasileiro em Educação e formação profissional, após [trecho ilegível] e principalmente entre 1965-80).
   d) POLÍTICAS E MECANISMOS ATUAIS DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (propostas no 3º Plano Setorial de Educação e Cultura e dos PRODASEC/Urbanos e PRONASEC/Rural).
3. A primeira e a terceira unidades são as mais importantes. Na primeira, procurar-se-á fixar um quadro teórico-conceitual [trecho ilegível] e estabelecer um conjunto de categorias que nos permitam analisar, na terceira, através de um "corte", a intervenção do Estado brasileiro em educação, tomando

educação num sentido bem amplo e vendo-a lado a lado com a formação profissional.

4. A segunda unidade visa à passagem do planejamento geral ao planejamento educacional, procurando rastrear o que se poderia designar o caminho ideológico do planejamento e das políticas da educação e da formação profissional, inclusive a proposição de novas estratégias (como a da educação para o desenvolvimento rural, por exemplo), a nível internacional. Especialmente, será destacada uma alternativa nascida das próprias contradições do modo de desenvolvimento implantado e das políticas de educação realizadas, alternativa essa sistematizada principalmente por Paulo Freire.
5. Finalmente, na unidade 4, se redefinirá a análise do papel do Estado (enquanto sociedade política e sociedade civil, na terminologia de Gramsci) na educação e na formação profissional das classes populares. A partir de uma opção já encaminhada com o grupo, pretende-se discutir o papel do Estado a partir do confronto entre:

   a) a educação popular produzida para o povo, [trecho ilegível] seja analisada a expansão do ensino fundamental para as classes populares, principalmente a partir de 1949, e os problemas [trecho ilegível];

   b) [trecho ilegível].

   6. [Trecho parcialmente ilegível].

   7. [Trecho parcialmente ilegível].

   8. [Trecho parcialmente ilegível].

   9. Quanto à avaliação, solicita-se:

   a) um trabalho individual, preferencialmente sobre a parte conceitual e analítica desenvolvida na unidade 1;

   b) um trabalho de pequeno grupo, em princípio um *paper* preparado pela equipe responsável [trecho ilegível] de cada seminário da unidade 4.

Este "paper" terá a função de introduzir o seminário para [trecho ilegível] por todo o grupo e, se necessário, revisto e

complementado para ser [trecho ilegível] do trabalho final da equipe responsável.

Serão levados em conta ainda a participação nos trabalhos e o desempenho geral no curso (embora [trecho ilegível] relativamente subjetivo, por parte do professor). Será solicitada uma [trecho ilegível] individual (também ela subjetiva, da parte [trecho ilegível]), [trecho ilegível] validade e importância do curso para cada um.

VI. Programa da disciplina Estatística

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Educação
Curso de Mestrado – 1966
Disciplina: Estatística
Prof.ª: Maria Lígia de Brito Moura Guerra Ferreira

PROGRAMA DE ESTATÍSTICA

1. Correlação linear

1.1. Coeficiente de correlação de Pearson: r

1.1.1. Cálculo do coeficiente r de Pearson a partir dos desvios das médias

1.1.2. Cálculo direto do coeficiente r de Pearson a partir dos dados brutos

1.1.3. Cálculo do coeficiente r de Pearson pelo método das diferenças

1.1.4. Cálculo do coeficiente r de Pearson numa tabela de correlação

1.1.5. Interpretação do coeficiente r de Pearson

1.2. Outras técnicas de correlação

1.2.1. Coeficiente de correlação rbp bisserial de pontos

1.2.2. Coeficiente de correlação rbis bisserial

1.2.3. Correlação por intermédio de tabelas quádruplas

1.2.3.1. r tetracórico

1.2.3.2. O coeficiente φ (fi)

2. **Probabilidades e distribuições matemáticas**
   2.1. Princípios de probabilidades
   2.2. Distribuição normal
      2.2.1. Pontuações derivadas
      2.2.2. Curva de distribuição normal
      2.2.3. Área abaixo da curva normal
      2.2.4. Normalização de uma distribuição de frequência
   2.3. Distribuição binomial
      2.3.1. Parâmetros da distribuição binomial
      2.3.2. Aplicações da distribuição binomial

3. **Significância da média e de outras estatísticas**
   3.1. Significância da média e da mediana
      3.1.1. Erro padrão da média de amostras grandes
      3.1.2. Erro padrão da média de amostras pequenas
         3.1.2.1. Razão t de Student
         3.1.2.2. Graus de liberdade
         3.1.2.3. Intervalo de confiança
      3.1.3. Erro padrão da mediana
   3.2. Significância das medidas de variabilidade
   3.3. Significância das percentagens e do coeficiente de correlação

4. **Amostragem e emprego de fórmulas de erro-padrão**
   4.1. Métodos de amostragem
   4.2. Tamanho da amostra
   4.3. Flutuação de amostragem de erros das medidas
   4.4. Tendenciosidade de amostragem de erros constantes

5. **Significação de diferença entre médias e outros dados estatísticos**
   5.1. A significância da diferença entre médias
   5.2. A significância da diferença entre os desvios
   5.3. A significância da diferença entre percentagens e coeficientes de correlação

6. A verificação das hipóteses experimentais

6.1. O teste Qui-Quadrado

6.1.1.O emprego do Qui-Quadrado

6.1.2.Coeficiente de [trecho ilegível]

6.2. Introdução à análise de variância

6.2.1.Distribuição F de Snedecor

7. Introdução dos métodos não paramétricos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUILFORD, J. P. *Fundamental Statistics in Psychology and Education*. New York: McGraw-Hill.

GARRETT, Henry E. *A Estatística na Psicologia e na Educação*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

YOUNG, Robert; VELDMAN, Donald J. *Introducción a la estadística aplicada a las ciencias de la conducta*. México: Ed. Trillas.

DOWNIE, N. M.; HEATH, R. W. *Métodos Estatísticos Aplicados*. Madrid: Ed. Del Castillo.

SIEGEL, Sidney. *Nonparametric Statistics for the Behavioral Sciences*. New York: McGraw-Hill.



"Este é um legado que pertence a todos nós, os atores da primeira hora e os que, em distintos momentos da trajetória do nosso Programa, nos comprometemos com esta aventura, com este projeto, com esta utopia." *Vera Maria Candau*

"A investigação sobre as memórias, o pioneirismo e as trajetórias dos alunos da primeira turma do curso de Mestrado em Educação do Brasil, realizado na PUC-Rio, é o tema deste livro." *Organizadores*

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br
ISBN 978-65-265-3308-6